



PROPOSTA DA DIRETORIA PARA DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO VERIFICADO NO EXERCÍCIO DE 2014 E PARA PAGAMENTO DE PARTICIPAÇÃO REFERENTE À INTEGRAÇÃO ENTRE O CAPITAL E O TRABALHO E INCENTIVO À PRODUTIVIDADE

Senhor Presidente do Conselho de Administração

Em cumprimento ao disposto no artigo 192 da Lei 6.404, de 15.12.1976, bem como às demais disposições legais e estatutárias vigentes, vimos apresentar a esse Conselho, a fim de serem levadas à deliberação da Assembleia Geral Ordinária – ouvido o Conselho Fiscal - as proposições adiante especificadas.

I. DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO: Do lucro líquido do exercício de 2014, apurado de acordo com a legislação societária, no valor de **R\$ 1.205.950.340,45** (hum bilhão, duzentos e cinco milhões, novecentos e cinquenta mil, trezentos e quarenta reais e quarenta e cinco centavos), a Diretoria propõe as seguintes destinações:

- a) **R\$ 60.297.517,02** (sessenta milhões, duzentos e noventa e sete mil, quinhentos e dezessete reais e dois centavos), equivalentes a 5% do lucro líquido, para constituição da Reserva Legal, conforme estabelecido no artigo 193 da Lei nº 6.404, de 15.12.1976 e no artigo 40, inciso II, do Estatuto Social;
 - b) **R\$ 30.000.000,00** (trinta milhões de reais) para pagamento de juros sobre o capital próprio, em substituição parcial aos dividendos mínimos obrigatórios, conforme estabelecido no artigo 202 da Lei n.º 6.404, de 15.12.1976; no artigo 9º e seu parágrafo 7º, da Lei nº 9.249, de 26.12.1995 e no artigo 6º e seus parágrafos do Estatuto Social, os quais já foram declarados e pagos antecipadamente em 21.11.2014, conforme proposição efetuada na 2.131ª Reunião de Diretoria, de 20.10.2014, referendada pela 126ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração, de 24.10.2014;
 - c) **R\$ 592.523.190,03** (quinhentos e noventa e dois milhões, quinhentos e vinte e três mil, cento e noventa reais e três centavos) para pagamento de complementação aos dividendos mínimos obrigatórios, em conformidade com o disposto no artigo 202 da Lei n.º 6.404, de 15.12.1976; no artigo 9º e seu parágrafo 7º, da Lei nº 9.249, de 26.12.1995 e no artigo 6º e seus parágrafos do Estatuto Social, bem como para pagamento de dividendos adicionais aos mínimos obrigatórios, dos quais R\$ 350.769.731,75 (trezentos e cinquenta milhões, setecentos e sessenta e nove mil, setecentos e trinta e um reais e setenta e cinco centavos) foram declarados e pagos antecipadamente em 21.11.2014, conforme proposição efetuada na 2.131ª Reunião de Diretoria, de 20.10.2014, referendada pela 126ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração, de 24.10.2014;
- Conforme as disposições legais e estatutárias vigentes, os acionistas têm o direito de receber dividendos em montante não inferior a 25% do lucro líquido ajustado, apurado a partir do lucro líquido do exercício, subtraído da quota destinada à
-



constituição da reserva legal. Contudo, a citada base de cálculo foi acrescida da realização dos ajustes de avaliação patrimonial, de que trata o item 28 do ICPC nº 10, de forma a anular o efeito negativo causado ao resultado pelo aumento da despesa com depreciação, decorrente da adoção das normas contábeis por ele estabelecidas, bem como pelo Pronunciamento Contábil CPC nº 27 – Ativo Imobilizado – , cujo montante em 2014, líquido de imposto de renda e contribuição social, foi de **R\$ 99.393.556,62** (noventa e nove milhões, trezentos e noventa e três mil, quinhentos e cinquenta e seis reais e sessenta e dois centavos). Este procedimento reflete a política de remuneração aos acionistas da Companhia, proposta pela 1943ª Reunião de Diretoria, de 21.03.2011, referendada pela 132ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração, de 23.03.2011 e aprovada pela 56ª Assembleia Geral Ordinária de 28.04.2011. Portanto, tal política será praticada durante a realização de toda a reserva de ajustes de avaliação patrimonial. Deste modo, os valores da base de cálculo e dos dividendos mínimos obrigatórios são, respectivamente, R\$ 1.245.046.380,05 (um bilhão, duzentos e quarenta e cinco milhões, quarenta e seis mil, trezentos e oitenta reais e cinco centavos) e R\$ 311.261.595,01 (trezentos e onze milhões, duzentos e sessenta e um mil, quinhentos e noventa e cinco reais e um centavo).

- A proposição para pagamento de juros sobre o capital próprio, no valor bruto de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), representa para os acionistas uma remuneração líquida de tributos, no valor de R\$ 26.838.504,76 (vinte e seis milhões, oitocentos e trinta e oito mil, quinhentos e quatro reais e setenta e seis centavos), os quais, somados aos R\$ 592.523.190,03 (quinhentos e noventa e dois milhões, quinhentos e vinte e três mil, cento e noventa reais e três centavos), propostos a título de dividendos, perfazem uma remuneração total, líquida de tributos, no valor de R\$ 619.361.694,79 (seiscentos e dezenove milhões, trezentos e sessenta e um mil, seiscentos e noventa e quatro reais e setenta e nove centavos). Tal montante, por sua vez, é superior ao valor dos dividendos mínimos obrigatórios em R\$ 308.100.099,78 (trezentos e oito milhões, cem mil, noventa e nove reais e setenta e oito centavos).
- Conforme disposto nos itens 10, 11 e 24 do ICPC nº 08 (R1) – Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos –, combinados com o inciso III da Deliberação CVM nº 683 de 30.08.2012, a parcela da remuneração proposta, excedente aos dividendos mínimos obrigatórios, anteriormente mencionada, que é de R\$ 308.100.099,78 (trezentos e oito milhões, cem mil, noventa e nove reais e setenta e oito centavos), deveria figurar nas demonstrações financeiras como “dividendo adicional proposto”. Contudo, os pagamentos antecipados de juros sobre o capital próprio e dividendos, líquidos de tributos, perfizeram o total de R\$ 377.608.236,51 (trezentos e setenta e sete milhões, seiscentos e oito mil, duzentos e trinta e seis reais e cinquenta e um centavos), montante este, igualmente superior ao valor dos dividendos mínimos obrigatórios. Em consequência das antecipações aos acionistas terem superado o valor da remuneração obrigatória em R\$ 66.346.641,50 (sessenta e seis milhões, trezentos e quarenta e seis mil, seiscentos e quarenta e um reais e cinquenta centavos), tal valor representará um ajuste negativo ao dividendo adicional proposto originalmente apurado, o qual passará a ser contabilmente demonstrado pelo valor de R\$ 241.753.458,28 (duzentos e quarenta e um milhões, setecentos e cinquenta e três mil, quatrocentos e cinquenta e oito reais e vinte e oito centavos). Este valor será mantido em reserva, no patrimônio líquido da Companhia, na rubrica



“dividendo adicional proposto”, até a deliberação da presente proposta por ocasião da 60ª Assembleia Geral Ordinária, quando então, se aprovado, ato contínuo será transferido para rubrica específica do passivo circulante.

- d) **R\$ 622.523.190,03** (seiscentos e vinte e dois milhões, quinhentos e vinte e três mil, cento e noventa reais e três centavos), correspondentes ao remanescente do lucro líquido do exercício, acrescido da realização da reserva de avaliação patrimonial, como Reserva de Retenção de Lucros, com a finalidade de assegurar o programa de investimentos da Companhia, conforme disposto no artigo 196 da Lei nº 6.404, de 15.12.1976.
- O valor da constituição da reserva de retenção de lucros corresponde à soma do saldo remanescente do lucro líquido do exercício (após a reserva legal, os juros sobre o capital próprio e os dividendos) com o acréscimo à conta de lucros acumulados oriundo da realização dos ajustes de avaliação patrimonial verificada no exercício de 2014, de que trata o item 28 do ICPC nº 10, no valor de R\$ 99.393.556,62 (noventa e nove milhões, trezentos e noventa e três mil, quinhentos e cinquenta e seis reais e sessenta e dois centavos).

Segue demonstrativo das mutações ocorridas na rubrica “lucros acumulados”, incluindo as destinações ora propostas:

Mutações patrimoniais (destinações)	
Lucro líquido do exercício de 2014	R\$ 1.205.950.340,45
(-) Reserva legal (5% do lucro líquido do exercício)	R\$ 60.297.517,02
= Lucro líquido ajustado	R\$ 1.145.652.823,43
(+) Realização de ajustes de avaliação patrimonial – líquida de tributos	R\$ 99.393.556,62
= Base de cálculo para destinação dos lucros (incluindo os dividendos)	R\$ 1.245.046.380,05
(-) Juros sobre o capital próprio – valor bruto	R\$ 30.000.000,00
(-) Dividendos	R\$ 592.523.190,03
(-) Reserva de retenção de lucros	R\$ 622.523.190,03

As demonstrações financeiras do exercício de 2014 refletem os respectivos registros contábeis das destinações especificadas, com base no pressuposto de sua aprovação pela 60ª Assembleia Geral Ordinária, conforme estabelecido no parágrafo 3º do artigo 176 da Lei nº 6.404, de 15.12.1976.

I.1. PARTICIPAÇÃO REFERENTE À INTEGRAÇÃO ENTRE O CAPITAL E O TRABALHO E INCENTIVO À PRODUTIVIDADE: A Lei Federal n.º 10.101, de 19.12.2000, bem como a Lei Estadual nº 16.560, de 09.08.2010 e o Decreto Estadual nº 1978, de 20.12.2007 regulamentam a participação dos trabalhadores nos lucros da Companhia, como instrumento de integração entre o capital e o trabalho e como incentivo à produtividade, nos termos do artigo 7º, inciso XI, da Constituição



da República. Em cumprimento à citada legislação, a Diretoria propõe a distribuição, a título de participação nos lucros e resultados, de R\$ 90.000.000,00 (noventa milhões de reais) a serem pagos aos empregados pela Controladora e pelas Subsidiárias Integrais.

Tal valor está provisionado nas demonstrações financeiras do exercício de 2014, especificamente na rubrica “despesas com pessoal”, de acordo com o item 26.2 do Ofício-Circular CVM/SNC/SEP nº 1, de 14.02.2007.

Somos de parecer que as proposições acima atendem às disposições legais e estatutárias vigentes e aos interesses da Companhia e, por esse motivo, merecerão o pleno acolhimento desse Conselho, do Conselho Fiscal e da Assembleia Geral.

Curitiba, 18 de março de 2015

LUIZ FERNANDO LEONE VIANNA

Diretor Presidente

MARCOS DOMAKOSKI

Diretor de Gestão Empresarial

LUIZ EDUARDO DA VEIGA SEBASTIANI

Diretor de Finanças e de
Relações com Investidores

JONEL NAZARENO IURK

Diretor de Desenvolvimento
de Negócios

CRISTIANO HOTZ

Diretor de Relações Institucionais



INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES À PROPOSTA DA DIRETORIA PARA A DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO VERIFICADO NO EXERCÍCIO DE 2014, DE ACORDO COM O ANEXO 9-1-II DA INSTRUÇÃO CVM 481/09.

1. Informar o lucro líquido do exercício:
 - R\$ 1.205.950.340,45 (hum bilhão, duzentos e cinco milhões, novecentos e cinquenta mil, trezentos e quarenta reais e quarenta e cinco centavos).

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre o capital próprio já declarados:
 - R\$ 622.523.190,03 (seiscentos e vinte e dois milhões, quinhentos e vinte e três mil, cento e noventa reais e três centavos).
 - R\$ 2,17236 por ação Ordinária – ON
 - R\$ 2,52507 por ação Preferencial classe A - PNA
 - R\$ 2,39000 por ação Preferencial classe B – PNB

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído:
 - 51,62% (cinquenta e um e sessenta e dois percentuais).

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores:
 - Não houve distribuição de dividendos com base em lucro de exercícios anteriores.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:
 - a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe.

PROVENTO	AÇÕES ON	AÇÕES PNA ^(*)	AÇÕES PNB	TOTAL
DIVIDENDOS BRUTO	122.335.166,30	404.287,36	119.014.004,62	241.753.458,28
DIVIDENDOS POR AÇÃO	0,84351	1,06310	0,92803	0,88342(*)

(*)média

- b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio.
 - Crédito em conta corrente bancária (conforme dados de cadastro do acionista), ou ordem de pagamento bancária.
 - O prazo para pagamento é de até 60 dias a contar da AGO que será realizada em 23/04/2015.
-



- c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio.
 - Não houve incidência de juros.
 - d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento.
 - Ações com direito em 23/04/2015;
 - Ex-DIV a partir de 24/04/2015 inclusive.
6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores:
- a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados.
 - R\$ 380.769.731,75 (trezentos e oitenta milhões setecentos e sessenta e nove mil setecentos e trinta e um reais e setenta e cinco centavos), na forma de dividendos e juros sobre o capital próprio.
 - b. Informar a data dos respectivos pagamentos.
 - Pagos antecipadamente em 21.11.2014.
-



7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

- a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores.
- b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores.

Exerc.	Lucro Líquido (R\$ mil)	Lucro Líquido Ajustado (R\$ mil)	Tipo de Provento	Aprovado	Pagamento	Bruto (R\$ mil)	Por ação		
							ON	PNA	PNB
2011	1.157.690	1.203.117	JCP (antecipação)	11/8/2011	15/9/2011	225.814	0,7803	0,86706	0,86706
			JCP	26/4/2012	26/5/2012	195.277	0,6803	1,65801	0,74840
2012	700.688	767.298	JCP (antecipação)	19/12/2012	15/01/2013	138.072	0,4792	2,52507	0,52720
			Dividendos	25/04/2013	23/05/2013	130.482	0,45607	-	0,50169
2013	1.072.559	1.121.075	Dividendos (antecipação)	13/11/2013	16/12/2013	145.039	0,50617	0,55688	0,55688
			JCP (antecipação)	13/11/2013	16/12/2013	180.000	0,62819	0,69111	0,69111
			Dividendos	24/04/2014	28/05/2014	235.498	0,82136	1,27708	0,90366
2014	1.205.950	1.245.046	Dividendos (antecipação)	24/10/2014	21/11/2014	350.770	1,22416	1,34678	1,34678
			JCP (antecipação)	24/10/2014	21/11/2014	30.000	0,10469	0,11519	0,11519
			Dividendos	23/04/2015	A definir	241.753	0,84351	1,06310	0,92803

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal:

- a. Identificar o montante destinado à reserva legal.
 - R\$ 60.297.517,02 (sessenta milhões, duzentos e noventa e sete mil, quinhentos e dezessete reais e dois centavos).
- b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal.
 - Equivalente a 5 % do lucro líquido, para constituição da Reserva Legal, conforme o artigo 40, inciso II, do Estatuto Social.



9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos:

- a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos.
 - De acordo com o nosso Estatuto, as ações classe A e classe B fazem jus a dividendos anuais mínimos não cumulativos pelo menos 10,0% maiores que os dividendos por ação pagos às ações ordinárias. As ações classe A têm prioridade para recebimento de dividendos sobre as ações classe B, e as ações classe B têm prioridade sobre as ações ordinárias. Na medida em que haja recursos disponíveis para tanto, os dividendos devem ser pagos na seguinte ordem:
 - primeiro, os portadores de ações classe A têm direito de receber dividendos mínimos iguais a 10,0% do capital acionário total representado pelas ações classe A existentes ao final do exercício fiscal em relação ao qual os dividendos estão sendo declarados;
 - segundo, na medida em que haja montantes adicionais a serem distribuídos após todos os montantes alocados às ações classe A terem sido pagos, os portadores de ações classe B têm direito de receber dividendos mínimos por ação iguais (1) à Distribuição Obrigatória dividida pelo (2) número total de ações classe B existente ao final do exercício fiscal em relação ao qual os dividendos estão sendo declarados; e
 - terceiro, na medida em que haja montantes adicionais a serem distribuídos após todos os montantes alocados às ações classe A e às ações classe B terem sido pagos, os portadores de ações ordinárias têm direito de receber uma importância por ação igual (1) à Distribuição Obrigatória dividida pelo (2) número total de ações ordinárias existente ao final do exercício em relação ao qual os dividendos tenham sido declarados, desde que os portadores de ações classe A e classe B recebam dividendos pelo menos 10,0% maiores que os dividendos por ação pagos aos portadores de ações ordinárias.

Na medida em que haja montantes adicionais a serem distribuídos depois de todos os montantes descritos nos itens precedentes e na forma neles descrita terem sido pagos, tais montantes adicionais deverão ser divididos igualmente entre todos os nossos acionistas.

 - b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos.
 - O Lucro Líquido do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos mínimos.
 - c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa.
 - Não há parcela pendente de pagamento.
-



- d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais.
- e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe.

PROVENTO	AÇÕES PNA
Dividendos + JCP Bruto	962.042,08
Dividendos + JCP por ação	2,52507

10. Em relação ao dividendo obrigatório:

- a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto.

“Art. 6º As ações preferenciais não terão direito a voto e serão de classes “A” e “B”.

§ 1º As ações preferenciais classe “A” terão prioridade na distribuição de dividendos mínimos de 10% (dez por cento) ao ano, a serem entre elas rateados igualmente, calculados com base no capital próprio a esta espécie e classe de ações, integralizado até 31 de dezembro do ano findo.

§ 2º As ações preferenciais classe “B” terão prioridade na distribuição de dividendos mínimos, a serem entre elas rateados igualmente, correspondentes à parcela do valor equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, ajustado de acordo com o artigo 202 e seus parágrafos, da Lei nº 6.404/76, calculada proporcionalmente ao capital próprio a esta espécie e classe de ações, integralizado até 31 de dezembro do ano findo.

§ 3º Os dividendos assegurados pelo parágrafo anterior às ações preferenciais classe “B” serão prioritários apenas em relação às ações ordinárias e somente serão pagos à conta dos lucros remanescentes depois de pagos os dividendos prioritários das ações preferenciais classe “A”.

§ 4º O dividendo a ser pago por ação preferencial, independente de classe, será, no mínimo, 10% (dez por cento) superior ao que for atribuído a cada ação ordinária, conforme o disposto no inciso II do parágrafo 1º do artigo 17, da Lei nº 6.404/76, com a redação determinada pela Lei nº 10.303, de 31 de outubro de 2001.

§ 5º As ações preferenciais adquirirão o direito de voto se, pelo prazo de 3 (três) exercícios consecutivos, não lhes forem pagos os dividendos mínimos a que fazem jus na forma dos parágrafos 1º, 2º e 3º deste artigo, observado o disposto em seu parágrafo 4º.”

- b. Informar se ele está sendo pago integralmente.
 - Os Dividendos e os Juros Sobre o Capital Próprio estão sendo pagos integralmente.
- c. Informar o montante eventualmente retido.
 - Não há montante retido.



11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia:
 - a. Informar o montante da retenção.
 - b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos.
 - c. Justificar a retenção dos dividendos.
 - Não houve retenção dos dividendos.

 12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências:
 - a. Identificar o montante destinado à reserva.
 - b. Identificar a perda considerada provável e sua causa.
 - c. Explicar porque a perda foi considerada provável.
 - d. Justificar a constituição da reserva.
 - Não houve destinação de resultado para reserva de contingências.

 13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar:
 - a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar.
 - b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva.
 - Não houve destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

 14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias:
 - a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva.
 - b. Identificar o montante destinado à reserva.
 - c. Descrever como o montante foi calculado.
 - Não houve destinação de resultado para reservas estatutárias.
-



15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital:

- a. Identificar o montante da retenção.
 - b. Fornecer cópia do orçamento de capital.
- Em conformidade com a Instrução CVM Nº 480 de 07 de dezembro de 2009, em vigor a partir de 1º de janeiro de 2010, abaixo se encontra demonstrada a proposta de orçamento de capital para o ano de 2015, aprovado na 147ª reunião ordinária do Conselho de Administração da Companhia Paranaense de Energia – COPEL, realizada em 11 de dezembro de 2014, bem como a origem dos recursos.

PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	R\$ Mil
Geração e Transmissão	1.300.033
Distribuição	784.697
Telecomunicações	107.700
Holding	5.524
Complexo Eólico Cutia	90.000
Complexo Eólico Bento Miguel	50.000
Complexo Eólico São Miguel do Gostoso (a)	22.569
Outras Participações (b)	116.265
TOTAL	2.476.789

(a) Referente à participação da Copel nos empreendimentos.

(b) Inclui a SPE Paraná Gás e demais parques eólicos em fase final de construção.

FONTES DE RECURSOS	R\$ Mil
Recursos de Terceiros	2.077.158
BNDES	540.281
Outras Instituições Financeiras	1.536.877
Recursos Próprios, oriundos de retenção de lucros e geração de caixa das operações da Companhia	399.631
TOTAL	2.476.789

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais:

- a. Informar o montante destinado à reserva.
 - b. Explicar a natureza da destinação.
- Não houve destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais.



17. Inserir cópia do estatuto social contendo, em destaque, as alterações propostas e relatório detalhando a origem e justificativas das alterações propostas, bem como analisando seus efeitos jurídicos e econômicos:

A alteração proposta para o Art. 4º visa tão somente a adequação para refletir as conversões facultadas no § 1º do art. 7º do Estatuto Social, ocorridas no exercício a pedido dos acionistas, portanto, não causando efeitos jurídicos e econômicos.

“Art. 4º - O capital social integralizado é de R\$ 6.910.000.000,00 (seis bilhões, novecentos e dez milhões de reais), representado por 273.655.375 (duzentos e setenta e três milhões, seiscentos e cinquenta e cinco mil e trezentas e setenta e cinco) ações, sem valor nominal, sendo 145.031.080 (cento e quarenta e cinco milhões, trinta e um mil e oitenta) ações ordinárias e 128.624.295 (cento e vinte e oito milhões, seiscentos e vinte e quatro mil, duzentas e noventa e cinco) ações preferenciais e, destas, ~~381.509 (trezentas e oitenta e uma mil, quinhentos e nove)~~ 380.291 (trezentos e oitenta mil, duzentas e noventa e uma) são ações classe “A” e ~~128.242.786 (cento e vinte e oito milhões, duzentos e quarenta e dois mil, setecentos e oitenta e seis)~~ 128.244.004 (cento e vinte e oito milhões, duzentas e quarenta e quatro mil e quatro) são ações classe “B”.”



PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Paranaense de Energia - Copel, abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame das Demonstrações Financeiras, do Relatório Anual da Administração e da Proposta da Administração para Destinação do Lucro Líquido referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014 e, com base em análises efetuadas e esclarecimentos adicionais prestados pela Administração, considerando, ainda, o Relatório dos Auditores Independentes, KPMG Auditores Independentes, emitido sem ressalvas, concluíram que os documentos analisados, em todos os seus aspectos relevantes, estão adequadamente apresentados, motivo pelo qual opinam favoravelmente ao seu encaminhamento para deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.

Curitiba, 19 de março de 2015

JOAQUIM ANTONIO GUIMARÃES DE OLIVEIRA PORTES
Presidente

GEORGE HERMANN RODOLFO TORMIN

JOSÉ TAVARES DA SILVA NETO

CARLOS EDUARDO PARENTE DE OLIVEIRA ALVES



Apresentação em cumprimento a INSTRUÇÃO CVM Nº 481, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

"Art. 9º...III – comentário dos administradores sobre a situação financeira da companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência;"

"Art. 10 Sempre que a assembleia geral for convocada para eleger administradores ou membros do conselho fiscal, a companhia deve fornecer, no mínimo, as informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do formulário de referência,..."

"Art. 12. Sempre que a assembleia geral dos acionistas for convocada para fixar a remuneração dos administradores, a companhia deve fornecer, no mínimo, os seguintes documentos e informações:

I – a proposta de remuneração dos administradores; e

II – as informações indicadas no item 13 do formulário de referência."

Valores em R\$ mil, exceto quando indicado.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

A conjuntura econômica internacional passou por um período de instabilidade a partir do segundo semestre de 2013, reflexo das incertezas quanto ao posicionamento do Federal Reserve Bank em relação ao fim dos estímulos monetários. A retirada dos estímulos aumenta a atratividade para o investimento de capital estrangeiro nos Estados Unidos e, conseqüentemente, mantém o processo de desvalorização das moedas dos países emergentes. Aliado a isso, o temor quanto à diminuição do ritmo de crescimento da China deflagra a migração de recursos dos mercados de maior risco rumo ao dólar e papéis do governo americano. Apesar desse receio, o Fundo Monetário Internacional - FMI prevê crescimento de 3,7% para a economia mundial em 2014, devido à saída da recessão na zona do Euro e ao aumento na demanda das economias desenvolvidas.

A economia nacional sofreu os impactos da redução dos incentivos monetários norte americanos e o real sofreu acentuada volatilidade e desvalorização. Segundo o FMI, a restrição no crédito, os gargalos na economia e a incerteza política irão reduzir o crescimento da economia brasileira em 2014 e 2015. Por outro lado, o País está prestes a receber grandes eventos que tendem a atrair investimentos e manter a estabilidade do emprego e renda do trabalhador. A economia cresceu 2,3% em 2013 e deverá registrar expansão de 2,3% e 2,8% em 2014 e 2015, respectivamente.

A economia paranaense se descolou da economia nacional em 2013 e apresentou desempenho bastante positivo. Os indicadores conjunturais da indústria, mercado de trabalho, comércio e serviços já mostravam no decorrer do ano que o Estado superaria com folga o crescimento da economia nacional. Em 2013 o produto interno bruto do Paraná cresceu mais que o dobro da média Brasil, atingindo variação de 5,0%. Para 2014, dentro de um ambiente estável, a economia do Estado deverá continuar colhendo os benefícios da recuperação do agronegócio, ancorada nas elevações de produção, produtividade e cotações globais das commodities alimentares, na vitalidade do mercado de trabalho e na maturação dos investimentos do programa Paraná Competitivo, que desde 2011 já atraiu mais de R\$ 26.000.000 para a indústria, fomentando toda cadeia econômica local.

Em 2014, a conjuntura econômica internacional foi marcada positivamente pelo maior vigor da economia americana, que apresentou expansão de 2,4% em relação à registrada em 2013. Paralelamente a esse quadro de maior prosperidade, a zona do euro encerrou o ano num ambiente de baixo crescimento e inflação, o Japão entrou em recessão técnica e a China, considerada o motor da pujança global, foi atingida pelo desaquecimento do setor imobiliário, pelo enfraquecimento da demanda doméstica e pela redução da produção industrial, fatores



Apresentação em cumprimento a INSTRUÇÃO CVM Nº 481, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

"Art. 9º...III – comentário dos administradores sobre a situação financeira da companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência;"

"Art. 10 Sempre que a assembleia geral for convocada para eleger administradores ou membros do conselho fiscal, a companhia deve fornecer, no mínimo, as informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do formulário de referência,..."

"Art. 12. Sempre que a assembleia geral dos acionistas for convocada para fixar a remuneração dos administradores, a companhia deve fornecer, no mínimo, os seguintes documentos e informações:

I – a proposta de remuneração dos administradores; e

II – as informações indicadas no item 13 do formulário de referência."

Valores em R\$ mil, exceto quando indicado.

que determinaram o crescimento de 7,4% para o PIB, o menor nível dos últimos 24 anos. Em um contexto de riscos cada vez mais presentes, projeta-se que, para 2015, os Estados Unidos deverão crescer a uma taxa de 3,6%, motivados pela inovação tecnológica e pelo comércio exterior com o Canadá, México e China; a zona do euro, com sinais de fragilidade espalhados pelos países do grupo, terá uma melhora modesta (1,2%) se considerado um cenário otimista e a China, que se moverá em direção ao segmento de serviços, alcançará um desempenho de 6,8%.

Internamente, com resultados de 2014 inferiores aos de seus pares, o Brasil apresentou variação no PIB estimada em -0,15%, inflação próxima ao teto da banda de flutuação (6,41%), déficit na balança comercial de US\$ 3.930.000 e aumento da dívida pública (déficit primário equivalente a 0,63% do PIB), em um ano marcado pela queda nos preços das *commodities*, pela crise da Argentina, um dos seus principais parceiros comerciais, pelos desdobramentos da Operação Lava-Jato e pela alta na taxa Selic que, em última análise, deverá ajudar a amortecer os efeitos do ajuste a ser promovido na curva de juros americana. Para 2015, estima-se retração de 0,66% e inflação de 7,77% pressionada pelos preços administrados. A maneira como a economia irá reagir às medidas fiscais e monetárias a serem adotadas ao longo do ano será decisiva para recolocar o país na rota de investimento dos agentes estrangeiros.

No Paraná, dado preliminar do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IparDES indica que o Produto Interno Bruto do estado, em 2014, expandiu 0,8% e, em 2015, expandirá 1%. Depois de três anos ininterruptos de maior crescimento, os vetores do dinamismo da base produtiva local foram atingidos pelos elementos de perturbação que acompanham a economia brasileira desde 2011.

No ano de 2013, a Copel obteve lucro líquido de R\$ 1.101.435, valor 51,6% maior que 2012. O bom desempenho econômico-financeiro das subsidiárias de energia no período espelhou, principalmente, o significativo aumento na produtividade da indústria paranaense em 2013 — quatro vezes maior que a média brasileira — impulsionando as vendas de energia para nosso mercado cativo e para o mercado livre entre janeiro e dezembro. O fornecimento de energia cresceu 9,6% para todas as classes de consumo, beneficiando-se também da estratégia adotada pela Copel Geração e Transmissão de alocar mais energia para comercialização no mercado livre.

Os resultados positivos em 2013 refletem nossa estratégia de recuperação da capacidade de geração de valor da Copel, com o objetivo de tornar a estrutura da empresa mais ágil e com menor custo operacional. Além do crescimento de nossas receitas, tal estratégia se pauta pela reestruturação organizacional da empresa e pela expansão de nossos investimentos.



Apresentação em cumprimento a INSTRUÇÃO CVM Nº 481, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

"Art. 9º...III – comentário dos administradores sobre a situação financeira da companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência;"

"Art. 10 Sempre que a assembleia geral for convocada para eleger administradores ou membros do conselho fiscal, a companhia deve fornecer, no mínimo, as informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do formulário de referência,..."

"Art. 12. Sempre que a assembleia geral dos acionistas for convocada para fixar a remuneração dos administradores, a companhia deve fornecer, no mínimo, os seguintes documentos e informações:

I – a proposta de remuneração dos administradores; e

II – as informações indicadas no item 13 do formulário de referência."

Valores em R\$ mil, exceto quando indicado.

Em outubro de 2013, foi aprovada a redução de dez para cinco diretorias na *holding* e a criação de duas subsidiárias integrais, a Copel Participações S.A. — para gerir as parcerias da empresa em empreendimentos nos setores de setor de energia, gás, telecomunicações, saneamento e serviços — e a Copel Renováveis S.A., que concentrará os investimentos em geração a partir de fontes renováveis.

Destacamos a entrada da Copel no setor de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural, integrando consórcio com outras empresas na 12ª Rodada de Licitações da Agência Nacional de Petróleo - ANP, em novembro.

Na geração de energia, concluímos a construção da UHE Mauá (363 MW), em parceria com a Eletrosul, e da PCH Cavernoso (19 MW), que marca o retorno da Copel aos empreendimentos de geração de menor porte. A Copel também constituiu consórcio, com a participação de 30%, para construir e explorar a Usina Baixo Iguaçu (350 MW), que está em construção no rio Iguaçu, e deu continuidade às obras da UHE Colíder (300 MW), no Mato Grosso.

Vale ressaltar aqui nossa diretriz estratégica de ampliação da participação das fontes alternativas de geração, de forma rentável e sustentável, na matriz energética. Ela inclui a prospecção de novos negócios no segmento, com destaque para a identificação de locais com potencial eólico competitivo no Paraná, a aquisição de sete parques eólicos no Rio Grande do Norte, a pesquisa da produção de biodiesel a partir de espécies nativas de microalgas e a geração de biogás a partir de resíduos sólidos.

No segmento de transmissão, destacamos a ampliação, em 2013, da Subestação Cascavel Oeste 500 kV e do início dos projetos das linhas Londrina — Figueira e Foz do Chopim — Salto Osório, ambos em 230 kV, bem como do avanço, em São Paulo, nas obras em duas subestações 230 kV e nos dois trechos de linhas de transmissão sob nossa concessão. Com as recentes conquistas da Copel em leilões de transmissão da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, a configuração de obras de grande porte para os próximos anos totaliza 14 empreendimentos, sendo 5.391,5 km em linhas de transmissão e 6.188 MVA em 14 subestações.

O ano de 2013 também foi muito promissor para a Copel Telecomunicações. A subsidiária lançou em dezembro o programa Paraná Conectado, que levará internet em fibra óptica com preços populares a 25 pequenos municípios até o final de 2014. Paralelamente, levamos conexões de até 100 Mbps a cinco municípios paranaenses, no programa BEL Fibra, e alcançamos a marca de 8,2 mil clientes corporativos atendidos com soluções de conectividade.

Em 2014, a Copel investiu quase R\$ 2.500.000 em todas as suas áreas de atuação. O plano de investimentos, o maior de sua história, teve como premissa uma reestruturação que delimitou



Apresentação em cumprimento a INSTRUÇÃO CVM Nº 481, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

"Art. 9º...III – comentário dos administradores sobre a situação financeira da companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência;"

"Art. 10 Sempre que a assembleia geral for convocada para eleger administradores ou membros do conselho fiscal, a companhia deve fornecer, no mínimo, as informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do formulário de referência,..."

"Art. 12. Sempre que a assembleia geral dos acionistas for convocada para fixar a remuneração dos administradores, a companhia deve fornecer, no mínimo, os seguintes documentos e informações:

I – a proposta de remuneração dos administradores; e

II – as informações indicadas no item 13 do formulário de referência."

Valores em R\$ mil, exceto quando indicado.

as áreas de negócios em subsidiárias sob controle da *holding*. O lucro líquido no exercício foi de R\$ 1.335.615.

Em reconhecimento à qualidade do serviço prestado, a Copel recebeu os prêmios de melhor distribuidora da América Latina pela Cier — principal entidade do setor no continente —, melhor distribuidora do Brasil na avaliação do cliente segundo a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica - Abradee, e melhor empresa dentre as grandes distribuidoras, de acordo com a Agência Nacional de Energia - Aneel. Também a Fundação Nacional da Qualidade atestou nossa excelência no que se refere ao atendimento aos clientes.

As conquistas da Copel Distribuição foram alcançadas mesmo durante o cenário crítico vivido pelo setor elétrico, graças a um audacioso programa de redução de custos que vem tornando a subsidiária cada vez mais competitiva e eficiente, e que nos deixa confiantes quanto à renovação desta concessão em 2015.

Na distribuição de energia, destacamos as obras de construção e reforma de subestações e modernização da rede elétrica para a Copa do Mundo, que deram plena confiabilidade ao fornecimento de energia durante o evento e conferem melhorias perenes para o sistema elétrico da Região Metropolitana de Curitiba.

Em geração, estão em construção atualmente duas hidrelétricas e 28 centrais eólicas, que somarão 1.068 MW a nosso parque gerador até 2019. Quase metade desta capacidade provém de cinco complexos eólicos instalados no Rio Grande do Norte, três deles com início de operação previsto para o primeiro semestre de 2015. Na transmissão, estão em curso empreendimentos em nove estados que duplicarão nossos ativos neste segmento nos próximos anos.

A diversificação de nossas atividades também alcança o segmento de hidrocarbonetos. Em setembro, a Copel liderou a criação da Paraná Gás, sociedade que atuará na exploração e produção de gás natural convencional na Bacia do Paraná, na região central do Estado. A prospecção deste insumo marca a estreia da Companhia num segmento estratégico e promissor para os planos de expansão de nosso parque gerador.

Nas telecomunicações, a Copel Telecom triplicou sua carteira de clientes em apenas um ano, com serviços de conectividade residencial e corporativa em fibra óptica que já chegaram a 47 cidades paranaenses. Ao final de 2014, alcançamos 22 mil clientes, com um ainda amplo potencial de expansão a partir de um *backbone* com quase 10 mil quilômetros e cobertura a todos os 399 municípios do Paraná.



Apresentação em cumprimento a INSTRUÇÃO CVM Nº 481, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

"Art. 9º...III – comentário dos administradores sobre a situação financeira da companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência;"

"Art. 10 Sempre que a assembleia geral for convocada para eleger administradores ou membros do conselho fiscal, a companhia deve fornecer, no mínimo, as informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do formulário de referência,..."

"Art. 12. Sempre que a assembleia geral dos acionistas for convocada para fixar a remuneração dos administradores, a companhia deve fornecer, no mínimo, os seguintes documentos e informações:

I – a proposta de remuneração dos administradores; e

II – as informações indicadas no item 13 do formulário de referência."

Valores em R\$ mil, exceto quando indicado.

Em 2015, pretendemos dar continuidade à expansão da Copel em bases sustentáveis, com especial atenção às fontes renováveis, fundamental para ajudar a suprir com energia limpa o crescimento da demanda brasileira de 6 mil megawatts médios por ano. Também atuaremos com ênfase na geração distribuída.

Ancorada na excelência técnica de seu quadro de empregados, a Copel se mostra preparada para os desafios que atualmente se impõem ao setor elétrico, sendo competitiva, ousada e inovadora sem descuidar da responsabilidade no uso dos recursos naturais, na eficiência de sua gestão econômica e no atendimento às demandas sociais sobre suas atividades.

Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate

A estrutura da Copel nos 3 últimos exercícios foi:

Estrutura de Capital	2014	2013	2012
Próprio (Patrimônio Líquido)	53%	56%	58%
Capital de Terceiros (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)	47%	44%	42%

O endividamento da Companhia nos 3 últimos exercícios foi:

Endividamento	2014	2013	2012
Empréstimos, financiamentos e debêntures	6.054.398	4.531.729	3.261.555

Não há previsão e/ou possibilidade de resgate de ações autorizada em nosso Estatuto Social ou pela Assembleia Geral de Acionistas.

Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Estamos com um perfil de dívida confortável, com 79% concentrada em longo prazo. Além do atual saldo de caixa e equivalentes de caixa de R\$ 740.131 e do saldo de R\$ 591.325 em títulos e valores mobiliários, totalizando R\$ 1.331.456, observa-se em 2014 um expressivo EBITDA (geração de caixa operacional) de R\$ 2.339.857. Os índices de liquidez corrente e geral na ordem de 1,3 e 1,1, respectivamente, demonstram a boa capacidade financeira da Companhia.



Apresentação em cumprimento a INSTRUÇÃO CVM Nº 481, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

"Art. 9º...III – comentário dos administradores sobre a situação financeira da companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência;"

"Art. 10 Sempre que a assembleia geral for convocada para eleger administradores ou membros do conselho fiscal, a companhia deve fornecer, no mínimo, as informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do formulário de referência,..."

"Art. 12. Sempre que a assembleia geral dos acionistas for convocada para fixar a remuneração dos administradores, a companhia deve fornecer, no mínimo, os seguintes documentos e informações:

I – a proposta de remuneração dos administradores; e

II – as informações indicadas no item 13 do formulário de referência."

Valores em R\$ mil, exceto quando indicado.

Endividamento	2014	2013	2012
Curto Prazo	21%	17%	5%
Longo Prazo	79%	78%	92%

	2014	2013	2012
Caixa e equivalentes de caixa	740.131	1.741.632	1.459.217
Títulos e valores mobiliários	591.325	509.758	764.016
Total	1.331.456	2.251.390	2.223.233

Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Tendo em vista que a Copel é uma empresa estatal sujeita às restrições de crédito impostas ao setor público, atualmente o acesso ao crédito interno está limitado ao mercado de capitais, ao financiamento, via excepcionalidade do Conselho Monetário Nacional - CMN, para projetos hoje constantes no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC e a rolagem de dívidas existentes. No mercado externo o acesso a financiamento está limitado também à rolagem de dívida e ao acesso aos organismos internacionais de desenvolvimento.

Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Vide item "Contratos de empréstimo e financiamento relevantes"

Níveis de endividamento e as características de tais dívidas:

O nível de endividamento da Copel em dezembro de 2014 foi de 44% e dezembro de 2013 atingiu 35%. Esse índice reflete o total da dívida de curto e longo prazo pelo patrimônio líquido. A exposição da Copel em moeda estrangeira é muito pequena. Do total da dívida, em 2014 somente 3% é de moeda estrangeira e 79% de longo prazo. Em 2013, apenas 2% são provenientes de moeda estrangeira e 78% são de longo prazo.



Apresentação em cumprimento a INSTRUÇÃO CVM Nº 481, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

"Art. 9º...III – comentário dos administradores sobre a situação financeira da companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência;"

"Art. 10 Sempre que a assembleia geral for convocada para eleger administradores ou membros do conselho fiscal, a companhia deve fornecer, no mínimo, as informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do formulário de referência,..."

"Art. 12. Sempre que a assembleia geral dos acionistas for convocada para fixar a remuneração dos administradores, a companhia deve fornecer, no mínimo, os seguintes documentos e informações:

I – a proposta de remuneração dos administradores; e

II – as informações indicadas no item 13 do formulário de referência."

Valores em R\$ mil, exceto quando indicado.

Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Em 2014 ocorreram os seguintes ingressos de recursos:

- R\$ 4.889 para a implantação da PCH Cavernoso II na Copel Geração e Transmissão.;
- R\$ 100.000 para Obras da Copa 2014 na Copel Distribuição.;
- R\$ 1.000.000 referente 5ª emissão de debêntures na Controladora;
- R\$ 330.000 em debêntures para as eólicas Nova Asa Branca I, II e III; Eurus IV, Ventos de Santo Uriel, Santa Maria e Santa Helena.

Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

- Banco do Brasil S.A.:
 - a) contrato de Abertura de Crédito Fixo no valor de R\$ 350.000 firmado com a Copel Distribuição em 2010, destinado única e exclusivamente ao financiamento de capital de giro. O saldo em 31.12.2014 é de R\$ 173.240.
 - b) contrato de Abertura de Crédito Fixo no valor de R\$ 150.000 firmado com a Copel Distribuição em 22.06.2011, destinado única e exclusivamente ao financiamento de capital de giro. Saldo em 31.12.2014 de R\$ 205.643.
 - c) Contrato de Abertura de Crédito Fixo no valor de R\$ 151.000 firmado com a Copel Distribuição em 26.08.2013, destinado a capital de giro. Saldo em 31.12.2014 de R\$ 171.209.
 - d) notas de crédito da Controladora visando à rolagem de dívidas existentes em 2007 e 2011, tendo como garantia quaisquer importâncias levadas, a qualquer título, a crédito da conta depósito. Saldo em 31.12.2014 e R\$ 887.219.
 - e) Contrato de Abertura de Crédito Fixo no valor de R\$ 116.667 firmado em 11.07.2014 com a Copel Distribuição destinado a renegociação de dívida, com saldo de R\$ 121.175 em 31.12.2014.
- Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras:
 - a) contrato realizado em 1994 com a Copel Geração e Transmissão para cobrir financeiramente a implantação da UHE Governador José Richa e o sistema de transmissão. Saldo em 31.12.2014 de R\$ 50.237.



Apresentação em cumprimento a INSTRUÇÃO CVM Nº 481, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

"Art. 9º...III – comentário dos administradores sobre a situação financeira da companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência;"

"Art. 10 Sempre que a assembleia geral for convocada para eleger administradores ou membros do conselho fiscal, a companhia deve fornecer, no mínimo, as informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do formulário de referência,..."

"Art. 12. Sempre que a assembleia geral dos acionistas for convocada para fixar a remuneração dos administradores, a companhia deve fornecer, no mínimo, os seguintes documentos e informações:

I – a proposta de remuneração dos administradores; e

II – as informações indicadas no item 13 do formulário de referência."

Valores em R\$ mil, exceto quando indicado.

- b) seis contratos com a Copel Distribuição referente ao Programa Nacional de Irrigação - Proni, firmados em 1994, que possuem saldo total em 31.12.2014 de R\$ 766.
- c) quatro contratos com a Copel Distribuição referente ao Programa de Eletrificação Rural - Luz para Todos, firmados em 2004, 2006, 2008 e 2010, que possuem saldo total em 31.12.2014 de R\$ 78.934.
- d) contrato com a Copel Distribuição referente ao Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente - Reluz, feito para cobertura de 75% do custo total do município de Ponta Grossa, assinado em 2009. Saldo em 31.12.2014 de R\$ 824.
- Financiadora de Estudos e Projetos - Finep:
 - a) em 2012, foi assinado contrato com o objetivo de custear, parcialmente, despesas incorridas na elaboração do Projeto Banda Extra Larga - BEL da Copel Telecomunicações. O saldo em 31.12.2014 é de R\$ 33.168.
- BNDES:
 - a) contrato com a Copel Geração e Transmissão, assinado em 2009, no valor de R\$ 169.500, com o objetivo de implementar o empreendimento UHE Mauá e seu Sistema de Transmissão Associado. O saldo em 31.12.2014 é de R\$ 149.198.
 - b) dois contratos, assinados pela Copel Geração e Transmissão, no montante de R\$ 44.723, com o objetivo de implementar a LT Foz do Iguaçu — Cascavel Oeste e a aquisição de máquinas e equipamentos para implantação dessa linha. O saldo em 31.12.2014 é de R\$ 36.310.
 - c) contrato com a Copel Geração e Transmissão, assinado em 2012, no valor de R\$ 73.122, para implantação da PCH Cavernoso II. O saldo em 31.12.2014 é de R\$ 67.700.
 - d) contrato com a Copel Geração e Transmissão, assinado em 2014, total de R\$ 1.041.155, para implantação da UHE Colíder e seu Sistema de Transmissão Associado. O saldo em 31.12.2014 é de R\$ 850.782.
 - e) Contrato com a Copel Geração e Transmissão, assinado em 2014, no montante de R\$ 17.644, para implantação da Subestação Cerquilho III. O saldo em 31.12.2014 é de R\$ 17.273.
 - f) Contrato com a Copel Distribuição, assinado em 2014, no montante de R\$ 139.075, visando o aumento da confiabilidade do sistema de distribuição de Curitiba/PR,



Apresentação em cumprimento a INSTRUÇÃO CVM Nº 481, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

"Art. 9º...III – comentário dos administradores sobre a situação financeira da companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência;"

"Art. 10 Sempre que a assembleia geral for convocada para eleger administradores ou membros do conselho fiscal, a companhia deve fornecer, no mínimo, as informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do formulário de referência,..."

"Art. 12. Sempre que a assembleia geral dos acionistas for convocada para fixar a remuneração dos administradores, a companhia deve fornecer, no mínimo, os seguintes documentos e informações:

I – a proposta de remuneração dos administradores; e

II – as informações indicadas no item 13 do formulário de referência."

Valores em R\$ mil, exceto quando indicado.

cidade sede da Copa do Mundo de 2014, e arredores. Em 31.12.2014 o saldo era de R\$ 100.052.

- STN:
 - a) Dívida de médio e longo prazo – DMLP da Secretaria do Tesouro Nacional, referente aos financiamentos sob amparo da Lei 4131/62, assinado em 20.05.1998. Saldo em 31.12.2014 de R\$ 71.197. Existem garantias depositadas no total de R\$ 56.956.
- **Emissão de debêntures:**
 - a) Instrumento particular de escritura da 1ª emissão de debêntures, assinado em 22.10.2012 com a Copel Distribuição, destinado a capital de giro e realização de investimentos. O saldo em 31.12.2014 é de R\$ 1.019.037.
 - b) Instrumento particular de escritura da 5ª emissão de debêntures, assinado em 13.05.2014 com a Controladora, destinado a capital de giro e realização de investimentos. O saldo em 31.12.2014 é de R\$ 1.010.485.
 - c) Instrumento particular de escritura da 1ª emissão de debêntures, assinado em jun./2014 pelas eólicas Nova Asa Branca I, II e III, Eurus IV, Ventos de Santo Uriel, Santa Maria e Santa Helena, destinado a investimento nos parques. O saldo em 31.12.2014 é de R\$ 350.332.

Grau de subordinação entre as dívidas

Não há grau de subordinação contratual entre as dívidas.

Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, a distribuição de dividendos, a alienação de ativos, a emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário

A Companhia e suas controladas contrataram empréstimos e emitiram debêntures com cláusulas que requerem a manutenção de determinados índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, bem como outras condições a ser observadas, como não alterar a participação acionária da Companhia no capital social das controladas que represente alteração de controle sem a prévia anuência. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar vencimento antecipado das dívidas e/ou multas.



Apresentação em cumprimento a INSTRUÇÃO CVM Nº 481, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

"Art. 9º...III – comentário dos administradores sobre a situação financeira da companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência;"

"Art. 10 Sempre que a assembleia geral for convocada para eleger administradores ou membros do conselho fiscal, a companhia deve fornecer, no mínimo, as informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do formulário de referência,..."

"Art. 12. Sempre que a assembleia geral dos acionistas for convocada para fixar a remuneração dos administradores, a companhia deve fornecer, no mínimo, os seguintes documentos e informações:

I – a proposta de remuneração dos administradores; e

II – as informações indicadas no item 13 do formulário de referência."

Valores em R\$ mil, exceto quando indicado.

Os principais indicadores econômico-financeiros contratados são:

Ebitda consolidado/despesas financeiras iguais ou superiores a 1,5;

Dívida líquida/Ebitda de, no máximo, 3,5;

Em 31.12.2014, todas as condições foram plenamente atendidas.

Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Atualmente em fase de utilização, a Copel tem contratado financiamentos abaixo descritos:

- a) Finep, no valor total de R\$ 52.198; já liberados R\$ 38.471.
- b) Eletrobras - Programa Luz para Todos, 4ª tranche, no valor de R\$ 63.944, com saldo a sacar de R\$ 29.554.
- c) Eletrobras - Programa Luz para Todos, 5ª tranche, no valor de R\$ 22.646 (Sendo 5.661 subvenção da Eletrobras e 16.985 com Recursos do Fundo de Investimento de Infraestrutura e Saneamento da Caixa Econômica Federal).
- d) BNDES, para implantação de Colíder, no valor total de R\$ 1.041.155, já liberados R\$ 840.000.
- e) BNDES, para implantação das "Obras da Copa", valor total de R\$ R\$ 139.075, já liberados R\$ 100.000.

Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Ativo

Em 31.12.2014, o ativo total da Copel alcançou R\$ 25.618.142, montante 10,8% superior ao registrado em 31.12.2013.

Principais contas do Ativo

Caixa, Equivalentes de Caixa e Títulos e Valores Mobiliários

Em 31.12.2014, as disponibilidades das subsidiárias integrais e controladas da Copel (caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários de curto e longo prazo) totalizaram R\$ 1.331.456, montante 40,9% inferior aos R\$ 2.251.390 registrados em 2013, e estavam aplicadas, majoritariamente, em Certificados de Depósitos Bancários - CDB e operações



Apresentação em cumprimento a INSTRUÇÃO CVM Nº 481, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

"Art. 9º...III – comentário dos administradores sobre a situação financeira da companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência;"

"Art. 10 Sempre que a assembleia geral for convocada para eleger administradores ou membros do conselho fiscal, a companhia deve fornecer, no mínimo, as informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do formulário de referência,..."

"Art. 12. Sempre que a assembleia geral dos acionistas for convocada para fixar a remuneração dos administradores, a companhia deve fornecer, no mínimo, os seguintes documentos e informações:

I – a proposta de remuneração dos administradores; e

II – as informações indicadas no item 13 do formulário de referência."

Valores em R\$ mil, exceto quando indicado.

compromissadas. As aplicações foram remuneradas, em média, à taxa de variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI do período.

Clientes

Em 2014, a conta "clientes" registrou crescimento de 53,3% em comparação com 2013, totalizando R\$ 2.254.512, reflexo, principalmente, do registro de R\$ 470.268 referentes à alocação de energia no mercado de curto prazo do despacho da UTE Araucária.

Repasse CRC ao Estado do Paraná

Através do quarto termo aditivo, assinado em 21.01.2005, a Companhia renegociou com o Governo do Estado do Paraná o saldo da Conta de Resultados a Compensar - CRC em 31.12.2004, no montante de R\$ 1.197.404, em 244 prestações mensais recalculadas pelo sistema *price* de amortização, atualizado pela variação do IGP-DI, e juros de 6,65% a.a. O vencimento da primeira parcela ocorreu em 30.01.2005 e as demais têm vencimentos subsequentes e consecutivos até abril de 2025. O saldo atual da CRC é de R\$ 1.344.108.

O Governo do Estado vem cumprindo o pagamento das parcelas renegociadas conforme estabelecido no quarto termo aditivo, que também prevê a garantia por dividendos das amortizações desse financiamento.

Ativos Financeiros Setoriais

Em decorrência (a) da assinatura do 4º Termo Aditivo do Contrato de Concessão da Copel Distribuição, que contempla a inclusão da garantia de que os valores residuais de itens da Parcela A e outros componentes financeiros não recuperados ou devolvidos via tarifa serão incorporados, ou descontados, no cálculo da indenização de ativos não amortizados ao término da concessão, e (b) da Deliberação CVM nº 732 que aprova a Orientação Técnica OCPC 08 a partir do exercício findo em 31.12.2014, tornando obrigatório o reconhecimento dos ativos e/ou passivos financeiros setoriais nos relatórios Contábil-Financeiros das Distribuidoras de Energia Elétrica, a Copel Distribuição registrou um ativo financeiro setorial de R\$ 1.041.144, sendo R\$ 1.033.866, reconhecidos na receita operacional em "resultado de ativos e passivos financeiros setoriais".

Contas a Receber Vinculadas à Prorrogação da Concessão

Em decorrência do aceite da Copel Geração e Transmissão às condicionantes estabelecidas pelo poder concedente para antecipação da prorrogação dos ativos de transmissão (MP 579), em 1º.11.2012, através das Portarias 578 e 579 e Portaria Interministerial 580, o Ministério de Minas e Energia informou o valor da indenização que a Companhia faz jus no Contrato de Concessão de Transmissão nº 060/2001, no montante de R\$ 893.900 (considerando apenas os



Apresentação em cumprimento a INSTRUÇÃO CVM Nº 481, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

"Art. 9º...III – comentário dos administradores sobre a situação financeira da companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência;"

"Art. 10 Sempre que a assembleia geral for convocada para eleger administradores ou membros do conselho fiscal, a companhia deve fornecer, no mínimo, as informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do formulário de referência,..."

"Art. 12. Sempre que a assembleia geral dos acionistas for convocada para fixar a remuneração dos administradores, a companhia deve fornecer, no mínimo, os seguintes documentos e informações:

I – a proposta de remuneração dos administradores; e

II – as informações indicadas no item 13 do formulário de referência."

Valores em R\$ mil, exceto quando indicado.

ativos que entraram em operação após maio de 2000). Em 31.12.2014, o montante registrado nessa conta foi de R\$ 461.263, R\$ 256.543 menor que o registrado em dezembro de 2013, devido às amortizações ocorridas no período.

Com a promulgação da Lei 12.783, em 11.01.2013, o poder concedente reconsiderou o direito de indenização dos ativos existentes em 31.05.2000 (RBSE), e a Resolução Normativa Aneel nº 589, de 13.12.2013, definiu que a indenização deve ser calculada com base no Valor Novo de Reposição - VNR, descontada a taxa de depreciação do bem. A Copel está realizando os cálculos para apresentar à Aneel o valor da indenização desses ativos, que deverão ser apresentados até 31.03.2015.

Investimento, Imobilizado e Intangível

O saldo na conta "investimentos" apresentou expansão em 2014, reflexo da equivalência patrimonial e dos aportes registrados no período. A conta "imobilizado" cresceu 4,0% em função da entrada de novos ativos, conforme o programa de investimentos da Companhia, líquido da quota de depreciação do período. Já a conta "intangível" apresentou aumento de 6,8% decorrente, principalmente, da contabilização de investimentos em novos ativos na Copel Distribuição, parcialmente compensada pelas amortizações relacionadas ao Contrato de Concessão.

Passivo

Principais contas

Fornecedores

Em 2014, a linha "fornecedores" apresentou crescimento de 40,5%, totalizando R\$ 1.604.830, em decorrência, principalmente, (a) do aumento da compra de gás, realizada pela Compagas, para atender o consumo da UTE Araucária, e (b) da compra de energia no mercado de curto prazo em razão do GSF e do PLD no período.

Endividamento e Patrimônio Líquido

O total da dívida consolidada da Copel somava R\$ 6.054.398 em 31.12.2014, representando endividamento de 44,2% sobre o patrimônio líquido consolidado, o qual, ao final do período, era de R\$ 13.682.780, equivalente a R\$ 50,00 por ação (Valor Patrimonial por Ação - VPA).



Apresentação em cumprimento a INSTRUÇÃO CVM Nº 481, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

"Art. 9º...III – comentário dos administradores sobre a situação financeira da companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência;"

"Art. 10 Sempre que a assembleia geral for convocada para eleger administradores ou membros do conselho fiscal, a companhia deve fornecer, no mínimo, as informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do formulário de referência,..."

"Art. 12. Sempre que a assembleia geral dos acionistas for convocada para fixar a remuneração dos administradores, a companhia deve fornecer, no mínimo, os seguintes documentos e informações:

I – a proposta de remuneração dos administradores; e

II – as informações indicadas no item 13 do formulário de referência."

Valores em R\$ mil, exceto quando indicado.

Contas a pagar vinculadas à concessão - Utilização do Bem Público

Refere-se aos encargos de outorga de concessão pela Utilização do Bem Público - UBP incorridos a partir da assinatura do contrato de concessão do empreendimento até a data final da concessão.

Provisões para Litígios

A Companhia responde por diversos processos judiciais perante diferentes tribunais e instâncias. A Administração da Copel, fundamentada na opinião de seus assessores legais, mantém provisão para litígios sobre as causas cuja probabilidade de perda é considerada provável. Os saldos das provisões para litígios são os seguintes:

Consolidado	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2012
Fiscais			
Cofins	254.386	243.131	243.131
Outras	37.458	44.108	51.445
	291.844	287.239	294.576
Trabalhistas	326.246	196.054	154.990
Benefícios a empregados	114.543	94.809	78.670
Cíveis			
Fornecedores	60.680	64.775	68.630
Cíveis e direito administrativo	256.169	197.838	176.811
Servidões de passagem	25.407	10.639	5.964
Desapropriações e patrimoniais	402.219	353.461	317.472
Consumidores	10.602	9.633	7.477
	755.076	636.346	576.354
Ambientais	479	211	193
Regulatórias	58.443	51.468	50.925
	1.546.632	1.266.127	1.155.708

As causas classificadas como perdas possíveis, estimadas pela Companhia e suas controladas ao final do período, totalizaram R\$ 2.738.763, montante 5,2% menor ao registrado em dezembro de 2013, distribuídos em ações das seguintes naturezas: fiscais - R\$ 1.356.224; cíveis - R\$ 698.084; trabalhistas - R\$ 558.873; benefícios a empregados - R\$ 107.118 e regulatórias - R\$ 18.464.



Apresentação em cumprimento a INSTRUÇÃO CVM Nº 481, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

"Art. 9º...III – comentário dos administradores sobre a situação financeira da companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência;"

"Art. 10 Sempre que a assembleia geral for convocada para eleger administradores ou membros do conselho fiscal, a companhia deve fornecer, no mínimo, as informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do formulário de referência,..."

"Art. 12. Sempre que a assembleia geral dos acionistas for convocada para fixar a remuneração dos administradores, a companhia deve fornecer, no mínimo, os seguintes documentos e informações:

I – a proposta de remuneração dos administradores; e

II – as informações indicadas no item 13 do formulário de referência."

Valores em R\$ mil, exceto quando indicado.

Resultado

Principais contas

Receita Operacional Líquida

Em 2014, a Receita Operacional Líquida teve acréscimo de R\$ 4.738.313, representando 51,6% de aumento em relação a 2013. Tal variação decorre principalmente de:

1) Acréscimo de R\$ 1.026.504 na **Receita de Fornecimento de Energia Elétrica**, em virtude principalmente:

- do reajuste tarifário ocorrido em junho de 2014; e
- ao aumento de 5,6% do mercado cativo;

2) Aumento de R\$ 2.438.530 em **Suprimento de Energia Elétrica**, devido principalmente a:

- variação do PLD; e
- receita da venda de energia produzida pela UEG Araucária;

3) Acréscimo de R\$ 208.494 na **Receita de Disponibilidade da Rede Elétrica**, devido ao reajuste tarifário ocorrido em junho de 2014;

4) Acréscimo de R\$ 202.869 na **Receita de Construção**. A Companhia contabiliza receitas relativas a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação de serviços de distribuição, transmissão de energia elétrica e gás, as quais totalizaram R\$ 1.279.010 em 2014 e R\$ 1.076.141 em 2013. Os respectivos gastos são reconhecidos na demonstração do resultado do período, como custo de construção, quando incorridos;

5) Acréscimo de R\$ 24.146 na **Receita de Telecomunicações**, decorrente principalmente do aumento do número de clientes, de 8.270 em 2013 para 22.574 em 2014, e do aumento do número de circuitos, de 27.957 em 2013 para 47.279 em 2014, sobretudo no mercado varejo com o produto BEL Fibra;

6) Acréscimo de R\$ 22.665 na **Receita de Distribuição do Gás Canalizado**, devido ao aumento de volume de distribuição de gás em 2014 em relação a 2013, pelo reajuste dos contratos e pela variação do mercado; e

7) Reconhecimento de R\$ 1.033.866 em **Resultado de ativos e passivos financeiros setoriais**, de acordo com OCPC nº 08/2014 e Deliberação CMV nº 732/2014, possibilitado pela assinatura em 10.12.2014 do 4º Termo Aditivo do Contrato de Concessão nº 046/99.



Apresentação em cumprimento a INSTRUÇÃO CVM Nº 481, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

"Art. 9º...III – comentário dos administradores sobre a situação financeira da companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência;"

"Art. 10 Sempre que a assembleia geral for convocada para eleger administradores ou membros do conselho fiscal, a companhia deve fornecer, no mínimo, as informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do formulário de referência,..."

"Art. 12. Sempre que a assembleia geral dos acionistas for convocada para fixar a remuneração dos administradores, a companhia deve fornecer, no mínimo, os seguintes documentos e informações:

I – a proposta de remuneração dos administradores; e

II – as informações indicadas no item 13 do formulário de referência."

Valores em R\$ mil, exceto quando indicado.

Custos e Despesas Operacionais

Tiveram acréscimo de R\$ 4.300.931 em 2014, representando aumento de 53,3%, influenciados, principalmente por:

- 1) Acréscimo de R\$ 1.761.360 em **Energia Elétrica Comprada para Revenda**, devido principalmente ao maior valor de energia adquirida na CCEE e de CCEAR e ao maior valor do PLD; compensada pelo recebimento de recursos provenientes da CDE, destinados ao ressarcimento de custos de energia;
- 2) Decréscimo de R\$ 22.471 em **Encargos do Uso da Rede**, em virtude principalmente da contabilização dos efeitos dos Encargos dos serviços do sistema - ESS e das restituições aos usuários de Energia de Reserva dos montantes financeiros excedentes da Conta de Energia de Reserva - Coner, conforme Despacho Aneel nº 4.786/2014 e Resolução Normativa Aneel nº 613/2014;
- 3) Acréscimo de R\$ 1.174.171 em **Gás Natural**, decorrente da maior aquisição de gás para UEG Araucária;
- 4) Decréscimo de R\$ 43.536 em **Pessoal e Administradores**, decorrente principalmente da redução do quadro de empregados; e
- 5) Acréscimo de R\$ 1.004.127 em **Provisões e Reversões**, devido principalmente ao reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável para os ativos do segmento de geração, de R\$ 807.281.

Resultado - LAJIDA

	2014	2013	2012
Ebitda	2.339.857	1.829.396	1.549.033

No exercício de 2014, o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA aumentou em 27,9% do apresentado no mesmo período do ano anterior, que foi de R\$ 1.829.396.



Apresentação em cumprimento a INSTRUÇÃO CVM Nº 481, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

"Art. 9º...III – comentário dos administradores sobre a situação financeira da companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência;"

"Art. 10 Sempre que a assembleia geral for convocada para eleger administradores ou membros do conselho fiscal, a companhia deve fornecer, no mínimo, as informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do formulário de referência,..."

"Art. 12. Sempre que a assembleia geral dos acionistas for convocada para fixar a remuneração dos administradores, a companhia deve fornecer, no mínimo, os seguintes documentos e informações:

I – a proposta de remuneração dos administradores; e

II – as informações indicadas no item 13 do formulário de referência."

Valores em R\$ mil, exceto quando indicado.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro apresentou decréscimo em 2014 de R\$ 132.594 devido a:

- 1) acréscimo de 6,5% em receitas financeiras, decorrente do maior valor de acréscimos moratórios sobre faturas de energia e em renda de aplicações financeiras; e
- 2) acréscimo de 47,0% em despesas financeiras, devido principalmente ao maior valor de encargos de dívidas decorrente do ingresso de recursos no período.



Apresentação em cumprimento a INSTRUÇÃO CVM Nº 481, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

"Art. 9º...III – comentário dos administradores sobre a situação financeira da companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência;"

"Art. 10 Sempre que a assembleia geral for convocada para eleger administradores ou membros do conselho fiscal, a companhia deve fornecer, no mínimo, as informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do formulário de referência,..."

"Art. 12. Sempre que a assembleia geral dos acionistas for convocada para fixar a remuneração dos administradores, a companhia deve fornecer, no mínimo, os seguintes documentos e informações:

I – a proposta de remuneração dos administradores; e

II – as informações indicadas no item 13 do formulário de referência."

Valores em R\$ mil, exceto quando indicado.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

Resultados das operações do emissor, em especial:

- i. **descrição de quaisquer componentes importantes da receita**
- ii. **fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais**

Ambiente regulatório

O impacto de eventual escassez de energia e do subsequente racionamento de energia, como em 2001 e 2002, pode ter efeito adverso relevante sobre nosso negócio e nossos resultados operacionais.

Dependemos das condições hidrológicas existentes no Brasil e na região geográfica em que operamos. De acordo com dados da Aneel, aproximadamente 63% da capacidade instalada brasileira atual é proveniente de usinas de geração hidrelétrica. Nossa região, e o Brasil, de forma geral, estão sujeitos a condições hidrológicas imprevisíveis devido a desvios não-cíclicos da precipitação média. Atualmente estamos vivenciando um período de poucas chuvas. O período mais recente de poucas chuvas foi nos anos anteriores a 2001, quando o governo brasileiro instituiu o Programa de Racionamento, para reduzir o consumo de eletricidade que esteve em vigor de 1º.06.2001 a 28.02.2002.

No segmento de geração, as condições hidrológicas desfavoráveis podem resultar no rebaixamento de Garantia Física (*Generation Scaling Factor - GSF*). Quando a geração hidrelétrica é inferior à garantia física das usinas do Sistema Interligado Nacional - SIN somos obrigados a ratar, proporcionalmente, o déficit entre os participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, o que pode resultar em exposição ao mercado de energia de curto prazo - MCP e ao Preço de Liquidação das Diferenças - PLD.

Além disso, condições hidrológicas desfavoráveis também podem resultar em baixo fornecimento de eletricidade ao mercado brasileiro e causar, entre outras coisas, a implementação de programas abrangentes de economia de eletricidade (racionalização), incluindo reduções obrigatórias de consumo (acionamento).

Não podemos garantir que períodos severos ou sustentados de chuvas abaixo da média, como o que vivenciamos no momento, não afetarão adversamente nossos resultados financeiros futuros.



Apresentação em cumprimento a INSTRUÇÃO CVM Nº 481, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

"Art. 9º...III – comentário dos administradores sobre a situação financeira da companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência;"

"Art. 10 Sempre que a assembleia geral for convocada para eleger administradores ou membros do conselho fiscal, a companhia deve fornecer, no mínimo, as informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do formulário de referência,..."

"Art. 12. Sempre que a assembleia geral dos acionistas for convocada para fixar a remuneração dos administradores, a companhia deve fornecer, no mínimo, os seguintes documentos e informações:

I – a proposta de remuneração dos administradores; e

II – as informações indicadas no item 13 do formulário de referência."

Valores em R\$ mil, exceto quando indicado.

Além disso, se houvesse escassez de gás natural, isso aumentaria a demanda geral por energia no mercado e portanto aumentaria o risco de instalação de um programa de racionamento.

Prorrogação das Concessões

Em 2012, publicou-se a Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei nº 12.783/2013, dispendo, dentre outras, sobre o tratamento a ser dado às concessões de geração, transmissão e distribuição alcançadas pelos artigos 17, 19 e 22 da Lei nº 9.074/1995, cujo vencimento se daria entre os anos de 2015 e 2017 e que já haviam sofrido uma única renovação.

Conforme a legislação, esse elenco de empreendimentos deveria ser licitado após o término do prazo de concessão. Para atender interesses do Poder Concedente, principalmente relacionados ao princípio da Modicidade Tarifária, foi definido um novo regramento, que permite mais uma prorrogação das concessões, desde que o concessionário aceitasse antecipar em até 60 meses o fim da sua concessão e renunciasse aos direitos daquele contrato.

Cabe salientar que a aplicação desses instrumentos também alcançaram empreendimentos de geração que ainda detinham o direito a uma prorrogação e que, inclusive, já estavam com processo de Requerimento da Prorrogação das Concessões em andamento na Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel e também com processo concluído por aquela Agência com indicação de prorrogação ao Ministério de Minas e Energia. Como exemplo, pode-se citar o processo da UHE Rio dos Patos, iniciado em 27.01.2011.

Concessões de Geração

Para as concessões de geração, ficou estabelecida prorrogação de mais 30 anos. A prorrogação foi facultada ao concessionário e sua adesão dependeu, além da aceitação de antecipação do termo original de sua concessão, também da aceitação expressa das seguintes condições: i) remuneração por tarifa calculada pela Aneel para cada usina hidrelétrica; ii) alocação de cotas de garantia física de energia e de potência da usina hidrelétrica às concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional - SIN, a ser definida pela agência reguladora, conforme regulamento do poder concedente; iii) submissão aos padrões de qualidade do serviço fixados pela Aneel.

Cabe ressaltar que essa nova condição altera o regime de Concessionário de Serviço Público de Geração de Energia Elétrica para a posição de titular da concessão com geração realizada como função de utilidade pública prioritária. Nessa nova condição, o concessionário ficará limitado a



Apresentação em cumprimento a INSTRUÇÃO CVM Nº 481, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

"Art. 9º...III – comentário dos administradores sobre a situação financeira da companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência;"

"Art. 10 Sempre que a assembleia geral for convocada para eleger administradores ou membros do conselho fiscal, a companhia deve fornecer, no mínimo, as informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do formulário de referência,..."

"Art. 12. Sempre que a assembleia geral dos acionistas for convocada para fixar a remuneração dos administradores, a companhia deve fornecer, no mínimo, os seguintes documentos e informações:

I – a proposta de remuneração dos administradores; e

II – as informações indicadas no item 13 do formulário de referência."

Valores em R\$ mil, exceto quando indicado.

exercer somente funções de operação e manutenção, uma vez que a exploração retornou ao Poder Concedente.

Sendo assim, a tarifa proposta visa cobrir, basicamente, as despesas com encargos, tributos, operação e manutenção rotineiras, não prevendo, entretanto, os investimentos decorrentes de contingências, modernizações, atualizações e reformas de estruturas e equipamentos, o que pode comprometer a manutenção, a qualidade e a continuidade da prestação do serviço pelas usinas hidrelétricas. Pela sua natureza esses investimentos são, frequentemente, muito onerosos.

A aplicação se efetivará desde que haja reconhecimento pela Aneel, sua autorização e consequente garantia de ressarcimento em prazo realista (vide as regras aplicadas para o ressarcimento dos investimentos com mesma característica feitos na transmissão — ReN nº 443/2011).

Tal aspecto ainda depende de regulamentação da Aneel e sua lacuna legal causa insegurança regulatória aos agentes, podendo impactar nas decisões no momento do investimento.

A Copel Geração e Transmissão, após conhecimento das condições de renovação, procedeu às análises possíveis. Diante da precariedade de informações disponibilizadas pelo Poder Concedente e de posse das avaliações obtidas, concluiu pela não viabilidade da renovação das concessões de geração de suas quatro usinas vincendas entre 2014 e 2015: Rio dos Patos, com 1,8 MW de capacidade instalada, Usina Governador Pedro Viriato Parigot de Souza, com 260,0 MW, Mourão, com 8,2 MW, e Chopim I, com 1,8 MW.

Concessões de Transmissão

Para as concessões de transmissão, ficou estabelecida prorrogação por mais 30 anos. A prorrogação foi facultada ao concessionário e sua adesão dependeu, além da aceitação de antecipação do termo original de sua concessão, da aceitação expressa das seguintes condições: receita fixada conforme critérios estabelecidos pela Aneel e submissão aos padrões de qualidade do serviço fixados pela Aneel.

Foram mantidas as condições para a realização dos investimentos decorrentes de contingências, modernizações, atualizações e reformas de estruturas e equipamentos que se efetivarão desde que haja reconhecimento e autorização da Aneel. A garantia de ressarcimento se dá conforme a ReN nº 443/2011, não causando perdas financeiras ao concessionário.



Apresentação em cumprimento a INSTRUÇÃO CVM Nº 481, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

"Art. 9º...III – comentário dos administradores sobre a situação financeira da companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência;"

"Art. 10 Sempre que a assembleia geral for convocada para eleger administradores ou membros do conselho fiscal, a companhia deve fornecer, no mínimo, as informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do formulário de referência,..."

"Art. 12. Sempre que a assembleia geral dos acionistas for convocada para fixar a remuneração dos administradores, a companhia deve fornecer, no mínimo, os seguintes documentos e informações:

I – a proposta de remuneração dos administradores; e

II – as informações indicadas no item 13 do formulário de referência."

Valores em R\$ mil, exceto quando indicado.

A Copel Geração e Transmissão, após conhecimento das condições de renovação, procedeu às análises e avaliações, optando pela renovação. Dessa forma, contribui com a redução nas tarifas e com a modicidade tarifária.

Concessões de Distribuição

Conforme a Lei, as concessões de distribuição poderão ser prorrogadas por mais 30 anos. A prorrogação é facultada ao concessionário e sua adesão depende da aceitação expressa das seguintes condições: receita fixada conforme critérios estabelecidos pela Aneel e submissão aos padrões de qualidade do serviço fixados pela Aneel.

O pedido de prorrogação das concessões de distribuição da Copel Distribuição foi encaminhado para Aneel em 31.05.2012, e ratificado nos termos da Lei nº 12.783/2013. No momento, aguarda-se a decisão do Poder Concedente sobre a concessão. Caso as condições estabelecidas pelo Poder Concedente garantam os níveis de rentabilidade da empresa, a Companhia assinará o contrato de concessão ou termo aditivo, pelo período de mais 30 anos. Apesar do contexto de incertezas no cenário regulatório, a Companhia confia na possibilidade de prorrogação do contrato, embora não possua informações suficientes para garantir sua prorrogação em termos favoráveis.

Em 10.12.2014 foi assinado o quarto aditivo contratual, que estabelece as condições para eventual reversão dos bens e instalações vinculados, garantindo a indenização total dos bens reversíveis bem como de todos os saldos remanescentes ativos ou passivos decorrentes de eventual insuficiência ou ressarcimento pela tarifa.

Receitas de Transmissão

Através da Resolução Homologatória nº 1.756/2014, a Aneel estabeleceu a Receita Anual Permitida - RAP para o ciclo jul./2014 a jun./2015 pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da rede básica e das demais instalações de transmissão. A Copel Geração e Transmissão é detentora de onze contratos de concessão de transmissão, sendo cinco em operação comercial com direito ao recebimento de receitas e seis em fase de construção. Os reajustes das receitas foram efetuados conforme estabelecido em cada contrato.

O Contrato de Concessão nº 060/2001, que compreende as instalações de transmissão do sistema existente e ampliações autorizadas pela Aneel, e o Contrato de Concessão nº



Apresentação em cumprimento a INSTRUÇÃO CVM Nº 481, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

"Art. 9º...III – comentário dos administradores sobre a situação financeira da companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência;"

"Art. 10 Sempre que a assembleia geral for convocada para eleger administradores ou membros do conselho fiscal, a companhia deve fornecer, no mínimo, as informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do formulário de referência,..."

"Art. 12. Sempre que a assembleia geral dos acionistas for convocada para fixar a remuneração dos administradores, a companhia deve fornecer, no mínimo, os seguintes documentos e informações:

I – a proposta de remuneração dos administradores; e

II – as informações indicadas no item 13 do formulário de referência."

Valores em R\$ mil, exceto quando indicado.

027/2009, da LT Cascavel Oeste — Foz do Iguaçu foram reajustados pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, cuja variação foi de 6,37%.

O Contrato de Concessão nº 015/2010 - SE Cerquilha III iniciou sua operação comercial em junho de 2014, com uma RAP atualizada no valor de R\$ 4.200.

O Contrato de Concessão nº 006/2008, referente à LT Bateias — Pilarzinho, e o Contrato de Concessão nº 075/2001, referente à LT Bateias — Jaguaíva, tiveram um reajuste efetuado pelo Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M acumulado no período, de 7,84%.

Revisão Tarifária Extraordinária

Em 2015 a Aneel deliberou sobre a Revisão Tarifária Extraordinária das distribuidoras de energia elétrica.

O reajuste tarifário médio da Copel Distribuição aprovado pela Aneel foi de 36,79% a partir de 02.03.2015. Desse total, 22,14% estão relacionados à quota de Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, e 14,65% ao reposicionamento dos custos com aquisição de energia.

A Revisão Tarifária Extraordinária se dá em decorrência de uma série de eventos que impactaram de maneira significativa os custos das concessionárias de energia, os quais não foram previstos no reajuste tarifário de 2014, com destaque para o aumento da quota de CDE, dos custos com compra de energia em função do reajuste da tarifa de Itaipu (46,14%) e dos elevados preços praticados nos últimos leilões.

Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Tarifa - Copel Distribuição

Em junho de 2014, com a Resolução nº 1.740/2014, a Aneel homologou o resultado do reajuste tarifário anual da Copel Distribuição em 30,78%, sendo 24,78% relativos ao reajuste econômico e 6,00% relativos aos componentes financeiros pertinentes, o que representaria um efeito médio para o consumidor de 35,05%.

Em junho de 2014, através do Despacho nº 2.037/2014, foi concedido efeito suspensivo ao recurso interposto pela Copel Distribuição em face da Resolução Homologatória nº 1.740/2014, de forma a suspender seus efeitos. Em julho de 2014, a Copel Distribuição solicitou diferimento parcial do reajuste, sendo autorizado pela Aneel e homologado, por meio da Resolução



Apresentação em cumprimento a INSTRUÇÃO CVM Nº 481, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

"Art. 9º...III – comentário dos administradores sobre a situação financeira da companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência;"

"Art. 10 Sempre que a assembleia geral for convocada para eleger administradores ou membros do conselho fiscal, a companhia deve fornecer, no mínimo, as informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do formulário de referência,..."

"Art. 12. Sempre que a assembleia geral dos acionistas for convocada para fixar a remuneração dos administradores, a companhia deve fornecer, no mínimo, os seguintes documentos e informações:

I – a proposta de remuneração dos administradores; e

II – as informações indicadas no item 13 do formulário de referência."

Valores em R\$ mil, exceto quando indicado.

nº 1.763/2014, diferindo-se o valor de R\$ 622.400. Este valor se soma aos R\$ 275.900 (a preços de junho de 2014) já diferidos no reajuste de 2013, resultando em um montante de R\$ 898.300 a ser considerado como componente financeiro nos próximos reajustes tarifários da Companhia, reduzindo, desta forma, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores de 35,05% para 24,86%.

Mercado

Em 2014 o mercado total faturado da Copel, que inclui o mercado cativo, consumidores livres atendidos pela Copel GeT e suprimento às concessionárias e permissionária cresceu 4,7%, totalizando 28.923 GWh contra 27.629 GWh em 2013. O mercado cativo apresentou crescimento de 5,6% em 2014, influenciado pelas classes residencial e comercial, que representaram mais de 50% do consumo e refletiram os efeitos das elevadas temperaturas observadas durante o ano. O mercado livre da GeT apresentou queda de 1,6%, devido ao término de alguns contratos em 2014.

O suprimento às concessionárias dentro do Estado foi de 676 GWh e cresceu 13,1%, quando comparado aos 598 GWh verificados em 2013. O suprimento à permissionária foi de 23 GWh e apresentou variação de 1,3% quando comparado ao mesmo período de 2013. A carga fio, que leva em conta todos os consumidores que acessaram a rede da Distribuidora, teve acréscimo de 5,0% de janeiro a dezembro de 2014

Em 2014 a demanda máxima ocorreu em fevereiro e foi de 5.410,8 MWh/h no horário fora de ponta, 7,4% superior à máxima ocorrida em 2013, no mês de novembro, também no horário fora de ponta.

De janeiro a dezembro de 2014 o consumo do mercado cativo apresentou crescimento de 5,6%, totalizando 24.208 GWh. A quantidade de consumidores cativos faturados pela Copel em dezembro de 2014 apresentou variação de 3,5% ao atingir 4.326.970 consumidores. No ano foram agregados a Distribuidora 145.477 consumidores cativos.

Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Os principais impactos no resultado operacional são refletidos principalmente na rubrica de pessoal, em virtude do acordo coletivo atrelado ao INPC, bem como nos contratos de compra e venda de energia que possuem cláusulas de reajuste anuais.

Também é impactado pelo custo de energia elétrica adquirida. Em 2013, devido a alterações impostas pela reposição de contratos de energia existente com vencimento em 31.12.2012



Apresentação em cumprimento a INSTRUÇÃO CVM Nº 481, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

"Art. 9º...III – comentário dos administradores sobre a situação financeira da companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência;"

"Art. 10 Sempre que a assembleia geral for convocada para eleger administradores ou membros do conselho fiscal, a companhia deve fornecer, no mínimo, as informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do formulário de referência,..."

"Art. 12. Sempre que a assembleia geral dos acionistas for convocada para fixar a remuneração dos administradores, a companhia deve fornecer, no mínimo, os seguintes documentos e informações:

I – a proposta de remuneração dos administradores; e

II – as informações indicadas no item 13 do formulário de referência."

Valores em R\$ mil, exceto quando indicado.

através das cotas de energia, com frustração do atendimento ao montante necessário aliada ao fato da não entrada em operação comercial de várias usinas térmicas, contratadas através do 7º leilão de Energia Nova, bem como outros fatores de ordem técnica e climática, a Companhia ficou subcontratada em 112,54 MW médios, e desta forma exposta ao mercado de energia de curto prazo - PLD.

No resultado financeiro, os principais impactos tratam-se do:

- Aumento em encargos de dívidas - os custos de empréstimos e financiamentos capitalizados durante o ano de 2014 totalizaram R\$ 123.795; e

- Variação monetária sobre contas a receber vinculadas à concessão, a qual é corrigida pelo IGP-M, indicador que, no período de janeiro a dezembro de 2014, teve variação positiva de 3,69%, enquanto que, no mesmo período de 2013, a variação foi positiva de 5,51%.



Apresentação em cumprimento a INSTRUÇÃO CVM Nº 481, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

"Art. 9º...III – comentário dos administradores sobre a situação financeira da companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência;"

"Art. 10 Sempre que a assembleia geral for convocada para eleger administradores ou membros do conselho fiscal, a companhia deve fornecer, no mínimo, as informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do formulário de referência,..."

"Art. 12. Sempre que a assembleia geral dos acionistas for convocada para fixar a remuneração dos administradores, a companhia deve fornecer, no mínimo, os seguintes documentos e informações:

I – a proposta de remuneração dos administradores; e

II – as informações indicadas no item 13 do formulário de referência."

Valores em R\$ mil, exceto quando indicado.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

Introdução ou alienação de segmento operacional

No dia 18 de setembro foi oficializada a criação da SPE Paraná Gás Exploração e Produção S.A, formada pela participação da Copel (30%), Petra Energia S.A (30%), Bayar Empreendimentos e Participações Ltda (30%) e Tucuman Engenharia e Empreendimentos Ltda (10%). A SPE irá atuar em atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural convencional em blocos da Bacia do Paraná, na região oeste do Estado.

Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Cutia Empreendimentos

Em março de 2014, a Copel finalizou o processo de aquisição da participação de 50,1% da Cutia Empreendimentos Eólicos SPE S.A, cujo empreendimento a Copel já possuía participação de 49,9%. A Companhia é composta por cinco projetos de parques eólicos no Estado do Rio Grande do Norte, com potência conjunta de 129 MW.

Parques Eólicos - Voltalia

Em 2014 foi finalizada a aquisição de 49% de participação no Complexo Eólico São Miguel do Gostoso, localizado no Rio Grande do Norte, pertencente à Voltalia Energia do Brasil Ltda. - Voltalia, que permaneceu com a participação restante (51%). O Complexo Eólico São Miguel do Gostoso é composto por 4 parques eólicos e tem 108 MW de capacidade instalada. A energia foi comercializada no 4º Leilão de Energia de Reserva ao preço médio de R\$ 98,92/MWh em contratos de 20 anos.

Aquisição de Parques Eólicos e comercialização de energia no Leilão A-5

Em novembro de 2014 a Copel adquiriu 100% dos projetos do Complexo Eólico pertencentes à Rodrigo Pedroso Energia Ltda - RPE Energia. O complexo, formado por 6 parques eólicos com potência total de 136,4 MW e garantia física de 54,8 MW médios, será construído no município de São Bento do Norte, no Rio Grande do Norte, e teve toda sua energia vendida no 20º Leilão de Energia Nova (A-5), pelo preço de R\$ 136,97/MWh, por meio de contratos de disponibilidade com prazo de suprimento de 20 anos.



Apresentação em cumprimento a INSTRUÇÃO CVM Nº 481, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

"Art. 9º...III – comentário dos administradores sobre a situação financeira da companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência;"

"Art. 10 Sempre que a assembleia geral for convocada para eleger administradores ou membros do conselho fiscal, a companhia deve fornecer, no mínimo, as informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do formulário de referência,..."

"Art. 12. Sempre que a assembleia geral dos acionistas for convocada para fixar a remuneração dos administradores, a companhia deve fornecer, no mínimo, os seguintes documentos e informações:

I – a proposta de remuneração dos administradores; e

II – as informações indicadas no item 13 do formulário de referência."

Valores em R\$ mil, exceto quando indicado.

Copel GeT faz parceria para ampliação do Complexo Eólico de Palmas

A Copel GeT (13%) firmou termo de compromisso com a WEG Equipamentos Elétricos (87%) para a implantação, em parceria, da Usina Eólica de Palmas II, no município de Palmas - PR. A criação da SPE foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e objetiva a ampliação do Complexo Eólico de Palmas. A Usina contará com até dois aerogeradores com potência de 2,1 MW cada e possibilidade futura de instalação de um terceiro aerogerador com potência de 3,3 MW. Os aerogeradores serão fornecidos e implantados pela WEG.

Copel passa a deter participação direta de 7,6% no Capital Social da Sanepar

A Copel passou a deter participação direta de 36.343.267 (trinta e seis milhões, trezentos e quarenta e três mil, duzentos e sessenta e sete) ações preferenciais (PN) da Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar, equivalente a 14,86% das ações PN e a 7,63% do Capital Total. Considerando a participação societária através da Dominó Holdings, a Copel permanece com os mesmos 13,58% do capital total da Sanepar.

Eventos ou operações não usuais

No exercício de 2014 a Companhia efetuou a revisão do valor recuperável de seus ativos devido principalmente a indicativos decorrentes de período prolongado de escassez prolongado de chuvas e restrições legais ambientais.

A revisão resultou no reconhecimento no resultado do exercício de uma perda por redução ao valor recuperável para os ativos do segmento de geração no montante de R\$ 807.281, deste R\$ 678.529 referem-se ao ativo da UHE Colíder, em construção, localizado no Estado do Mato Grosso, e R\$ 128.752 referem-se aos ativos localizados no Estado do Paraná.

A perda por redução ao valor recuperável foi incluída na rubrica de custos operacionais, provisões e reversões, na demonstração do resultado.

Em 2013, apesar de não ter ocorrido nenhum indicador de perda de valor recuperável de seus ativos operacionais, a Companhia realizou o teste de recuperação e, com base naquelas premissas, não identificou necessidade de constituição de provisão para redução do valor do ativo imobilizado ao valor recuperável.



Apresentação em cumprimento a INSTRUÇÃO CVM Nº 481, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

"Art. 9º...III – comentário dos administradores sobre a situação financeira da companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência;"

"Art. 10 Sempre que a assembleia geral for convocada para eleger administradores ou membros do conselho fiscal, a companhia deve fornecer, no mínimo, as informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do formulário de referência,..."

"Art. 12. Sempre que a assembleia geral dos acionistas for convocada para fixar a remuneração dos administradores, a companhia deve fornecer, no mínimo, os seguintes documentos e informações:

I – a proposta de remuneração dos administradores; e

II – as informações indicadas no item 13 do formulário de referência."

Valores em R\$ mil, exceto quando indicado.

Reconhecimento de Ativos e Passivos Setoriais - Efeito Extraordinário CVA

A Copel Distribuição reconheceu uma receita de R\$ 1.041.100 em 2014, referente ao saldo líquido dos ativos e passivos setoriais. Esta receita é decorrente (a) da assinatura do Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão da Copel Distribuição, que contempla a inclusão da garantia de que, no caso de extinção da concessão por qualquer motivo, os valores residuais de itens da Parcela A e outros componentes financeiros não recuperados ou devolvidos via tarifa sejam incorporados no cálculo da indenização ou descontados dos valores da indenização de ativos não amortizados, resguardando assim o direito ou a obrigação do concessionário junto ao Poder Concedente na realização desses ativos e passivos, e (b) da Deliberação CVM nº 732/14, que aprova a Orientação Técnica OCPC 08, tornando obrigatório o reconhecimento de determinados ativos ou passivos financeiros setoriais nos relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica, emitidos de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Contabilidade (IFRS) a partir do exercício de 2014. Com isso, o lucro líquido da Copel Distribuição em 2014 foi de R\$ 437.900.



Apresentação em cumprimento a INSTRUÇÃO CVM Nº 481, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

"Art. 9º...III – comentário dos administradores sobre a situação financeira da companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência;"

"Art. 10 Sempre que a assembleia geral for convocada para eleger administradores ou membros do conselho fiscal, a companhia deve fornecer, no mínimo, as informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do formulário de referência,..."

"Art. 12. Sempre que a assembleia geral dos acionistas for convocada para fixar a remuneração dos administradores, a companhia deve fornecer, no mínimo, os seguintes documentos e informações:

I – a proposta de remuneração dos administradores; e

II – as informações indicadas no item 13 do formulário de referência."

Valores em R\$ mil, exceto quando indicado.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis (Ressalvas e ênfases no parecer do auditor)

Mudanças significativas nas práticas contábeis e efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Exercício de 2014

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

Durante o exercício de 2014, o CPC emitiu revisões de pronunciamentos que não produziram efeitos nas principais políticas contábeis e nas demonstrações financeiras da Companhia.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não há.

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não há.

Exercício de 2013

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

A partir do exercício iniciado em 1º.01.2013 estão sendo aplicados os CPCs: 18 (R2) Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto; 19 (R2) Negócios em Conjunto; 33 (R1) Benefícios a Empregados; 36 (R3) Demonstrações Consolidadas; e 45 Divulgação de Participações em Outras Entidades.

As principais mudanças ocorridas com a aplicação dos novos pronunciamentos, na apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, foram a exclusão dos saldos proporcionais dos empreendimentos controlados em conjunto, que eram apresentados linha a linha, e a eliminação dos diferimentos das perdas e ganhos atuariais dos planos de pensão e saúde (método corredor).



COPEL

COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA

CNPJ: 76.483.817/0001-20

Código CVM: 1431-1

Apresentação em cumprimento a INSTRUÇÃO CVM Nº 481, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

"Art. 9º...III – comentário dos administradores sobre a situação financeira da companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência;"

"Art. 10 Sempre que a assembleia geral for convocada para eleger administradores ou membros do conselho fiscal, a companhia deve fornecer, no mínimo, as informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do formulário de referência,..."

"Art. 12. Sempre que a assembleia geral dos acionistas for convocada para fixar a remuneração dos administradores, a companhia deve fornecer, no mínimo, os seguintes documentos e informações:

I – a proposta de remuneração dos administradores; e

II – as informações indicadas no item 13 do formulário de referência."

Valores em R\$ mil, exceto quando indicado.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Efeitos no balanço patrimonial de 31.12.2012

Controladora	Publicado	Efeitos do CPC 33 (R1)	Reapresentado
ATIVO	13.764.708	(135.608)	13.629.100
CIRCULANTE	1.218.801	-	1.218.801
NÃO CIRCULANTE	12.545.907	(135.608)	12.410.299
Realizável a Longo Prazo	1.540.940	-	1.540.940
Investimentos	11.004.967	(135.608)	10.869.359
PASSIVO	13.764.708	(135.608)	13.629.100
CIRCULANTE	257.700	-	257.700
NÃO CIRCULANTE	1.274.016	-	1.274.016
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12.232.992	(135.608)	12.097.384



COPEL

COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA**CNPJ: 76.483.817/0001-20****Código CVM: 1431-1**

Apresentação em cumprimento a INSTRUÇÃO CVM Nº 481, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

"Art. 9º...III – comentário dos administradores sobre a situação financeira da companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência;"

"Art. 10 Sempre que a assembleia geral for convocada para eleger administradores ou membros do conselho fiscal, a companhia deve fornecer, no mínimo, as informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do formulário de referência,..."

"Art. 12. Sempre que a assembleia geral dos acionistas for convocada para fixar a remuneração dos administradores, a companhia deve fornecer, no mínimo, os seguintes documentos e informações:

I – a proposta de remuneração dos administradores; e

II – as informações indicadas no item 13 do formulário de referência."

Valores em R\$ mil, exceto quando indicado.

Consolidado	Publicado	Efeitos do CPC 19 (R2)	Efeitos do CPC 33 (R1)	Reapresentado
ATIVO	21.211.554	(14.577)	11.926	21.208.903
CIRCULANTE	4.699.255	(17.563)	-	4.681.692
Caixa e equivalentes de caixa	1.483.137	(23.920)	-	1.459.217
Dividendos a receber	9.555	8.509	-	18.064
Imposto de renda e contribuição social	193.158	(1.614)	-	191.544
Outras	3.013.405	(538)	-	3.012.867
NÃO CIRCULANTE	16.512.299	2.986	11.926	16.527.211
Realizável a Longo Prazo	6.302.904	(39.068)	33.481	6.297.317
Contas a receber vinculadas à concessão	2.684.792	(38.966)	-	2.645.826
Depósitos judiciais	574.473	(102)	-	574.371
Imposto de renda e contribuição social diferidos	647.804	-	33.481	681.285
Outras	2.395.835	-	-	2.395.835
Investimentos	543.036	47.508	(21.555)	568.989
Imobilizado	7.871.849	(96)	-	7.871.753
Intangível	1.794.510	(5.358)	-	1.789.152
PASSIVO	21.211.554	(14.577)	11.926	21.208.903
CIRCULANTE	2.847.818	(14.374)	-	2.833.444
Obrigações sociais e trabalhistas	384.150	(142)	-	384.008
Fornecedores	1.136.359	(4.577)	-	1.131.782
Outras obrigações fiscais	290.896	(2.416)	-	288.480
Outras contas a pagar	97.042	(7.239)	-	89.803
Outras	939.371	-	-	939.371
NÃO CIRCULANTE	5.866.238	(203)	147.534	6.013.569
Fornecedores	100.996	(88)	-	100.908
Imposto de renda e contribuição social diferidos	615.924	(115)	(25.273)	590.536
Benefícios pós-emprego	502.423	-	172.807	675.230
Outras	4.646.895	-	-	4.646.895
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12.497.498	-	(135.608)	12.361.890



COPEL

COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA**CNPJ: 76.483.817/0001-20****Código CVM: 1431-1**

Apresentação em cumprimento a INSTRUÇÃO CVM Nº 481, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

"Art. 9º...III – comentário dos administradores sobre a situação financeira da companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência;"

"Art. 10 Sempre que a assembleia geral for convocada para eleger administradores ou membros do conselho fiscal, a companhia deve fornecer, no mínimo, as informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do formulário de referência,..."

"Art. 12. Sempre que a assembleia geral dos acionistas for convocada para fixar a remuneração dos administradores, a companhia deve fornecer, no mínimo, os seguintes documentos e informações:

I – a proposta de remuneração dos administradores; e

II – as informações indicadas no item 13 do formulário de referência."

Valores em R\$ mil, exceto quando indicado.

Efeitos na demonstração do resultado abrangente de 31.12.2012

Controladora	Efeitos do CPC		
	Publicado	33 (R1)	Reapresentado
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	700.688	-	700.688
Outros resultados abrangentes			
Itens que nunca serão reclassificados para o resultado			
Perdas com passivos atuariais - benefícios pós-emprego	-	144.573	(144.573)
Itens que são ou talvez sejam reclassificados para o resultado			
Ganhos (perdas) com ativos financeiros disponíveis para venda	(6.758)	-	(6.758)
Outros ganhos - créditos de controlada	1.462	-	1.462
Tributos sobre outros resultados abrangentes	(139)	-	(139)
Total de outros resultados abrangentes, líquido de tributos	(5.435)	144.573	(150.008)
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	695.253	144.573	550.680

Consolidado	Efeitos do CPC		
	Publicado	33 (R1)	Reapresentado
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	726.520	-	726.520
Outros resultados abrangentes			
Itens que nunca serão reclassificados para o resultado			
Perdas com passivos atuariais - benefícios pós-emprego	-	207.947	(207.947)
Tributos sobre outros resultados abrangentes	-	(63.374)	63.374
Itens que são ou talvez sejam reclassificados para o resultado			
Ganhos (perdas) com ativos financeiros disponíveis para venda	(10.449)	-	(10.449)
Outros ganhos - créditos de controlada	3.164	-	3.164
Tributos sobre outros resultados abrangentes	2.476	-	2.476
Total de outros resultados abrangentes, líquido de tributos	(4.809)	144.573	(149.382)
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	721.711	144.573	577.138

Efeitos na demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	1º.01.2012	31.12.2012	1º.01.2012
Saldo original publicado	12.232.992	11.826.694	12.497.498	12.069.528
Ajuste atuarial conforme o CPC 33 (R1) - (a)	(135.608)	8.965	(205.466)	13.585
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	69.858	(4.620)
Saldo reapresentado	12.097.384	11.835.659	12.361.890	12.078.493

(a) Equivalência patrimonial na Controladora, líquida de tributos



Apresentação em cumprimento a INSTRUÇÃO CVM Nº 481, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

"Art. 9º...III – comentário dos administradores sobre a situação financeira da companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência;"

"Art. 10 Sempre que a assembleia geral for convocada para eleger administradores ou membros do conselho fiscal, a companhia deve fornecer, no mínimo, as informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do formulário de referência,..."

"Art. 12. Sempre que a assembleia geral dos acionistas for convocada para fixar a remuneração dos administradores, a companhia deve fornecer, no mínimo, os seguintes documentos e informações:

I – a proposta de remuneração dos administradores; e

II – as informações indicadas no item 13 do formulário de referência."

Valores em R\$ mil, exceto quando indicado.

Efeitos na demonstração do fluxo de caixa de 31.12.2012

Consolidado	Efeitos do CPC		
	Publicado	19 (R2)	Reapresentado
Fluxo de caixa das atividades operacionais	1.395.216	24.147	1.419.363
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(1.780.354)	(47.388)	(1.827.742)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	819.150	-	819.150
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	434.012	(23.241)	410.771
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	434.012	(23.241)	410.771

Efeitos na demonstração do valor adicionado de 31.12.2012

Consolidado	Efeitos do CPC		
	Publicado	19 (R2)	Reapresentado
Receitas	13.622.318	(38.966)	13.583.352
Venda de energia, serviços e outras receitas	11.925.819	(468)	11.925.351
Receita de construção	1.717.587	(38.498)	1.679.089
Outras receitas	1.738	-	1.738
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(22.826)	-	(22.826)
(-) Insumos adquiridos de terceiros	6.432.730	(40.150)	6.392.580
Material, insumos e serviços de terceiros	4.654.632	(1.209)	4.653.423
Custo de construção	1.510.563	(38.335)	1.472.228
Outros insumos	231.507	(606)	230.901
Outros	36.028	-	36.028
(=) VALOR ADICIONADO BRUTO	7.189.588	1.184	7.190.772
(-) Depreciação e amortização	550.588	(733)	549.855
(=) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	6.639.000	1.917	6.640.917
(+) Valor adicionado transferido	823.985	(4.972)	819.013
Receitas financeiras	648.938	(617)	648.321
Resultado de participações societárias	12.058	(4.355)	7.703
Outras receitas	162.989	-	162.989
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	7.462.985	(3.055)	7.459.930
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
Pessoal	1.327.721	(785)	1.326.936
Governo	4.659.967	(4.438)	4.655.529
Terceiros	748.777	2.168	750.945
Acionistas	726.520	-	726.520
	7.462.985	(3.055)	7.459.930



Apresentação em cumprimento a INSTRUÇÃO CVM Nº 481, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

"Art. 9º...III – comentário dos administradores sobre a situação financeira da companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência;"

"Art. 10 Sempre que a assembleia geral for convocada para eleger administradores ou membros do conselho fiscal, a companhia deve fornecer, no mínimo, as informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do formulário de referência,..."

"Art. 12. Sempre que a assembleia geral dos acionistas for convocada para fixar a remuneração dos administradores, a companhia deve fornecer, no mínimo, os seguintes documentos e informações:

I – a proposta de remuneração dos administradores; e

II – as informações indicadas no item 13 do formulário de referência."

Valores em R\$ mil, exceto quando indicado.

a. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

O Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras do exercício de 2013 não contém ressalvas, somente ênfases, conforme apresentado a seguir:

Ênfase

Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa 3, em decorrência da mudança de política contábil pela entrada em vigor em 1º de janeiro de 2013 do CPC 33 (R1) e IAS 19 - Benefícios a Empregados e do CPC 19 (R2) e IFRS 11 - Negócios em Conjunto, os valores correspondentes, individuais e consolidados, relativos aos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2012 e 1º de janeiro de 2012 (derivado das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011) e os valores correspondentes relativos às demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado (informação suplementar) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 e IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) e IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Exercício de 2012

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

No exercício de 2012, a Companhia passou a compensar os ativos e os passivos fiscais diferidos apresentando-os de forma líquida, quando há o direito legalmente executável para compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes.

A Companhia também revisou, no exercício de 2012, a Demonstração do Valor Adicionado. Foram destacados as receitas e os custos de construção de ativos próprios e efetuada a reclassificação de Dividendos adicionais propostos, de Remuneração do capital próprio para Lucros retidos na empresa.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Efeitos nos saldos das contas de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos, no Balanço Patrimonial de 31.12.2011



Apresentação em cumprimento a INSTRUÇÃO CVM Nº 481, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

"Art. 9º...III – comentário dos administradores sobre a situação financeira da companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência;"

"Art. 10 Sempre que a assembleia geral for convocada para eleger administradores ou membros do conselho fiscal, a companhia deve fornecer, no mínimo, as informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do formulário de referência,..."

"Art. 12. Sempre que a assembleia geral dos acionistas for convocada para fixar a remuneração dos administradores, a companhia deve fornecer, no mínimo, os seguintes documentos e informações:

I – a proposta de remuneração dos administradores; e

II – as informações indicadas no item 13 do formulário de referência."

Valores em R\$ mil, exceto quando indicado.

	Controladora		Consolidado	
	Publicado	Reclassificado	Publicado	Reclassificado
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos				
Ativo não circulante	141.639	108.380	745.180	465.536
Passivo não circulante	33.259	-	927.910	648.266

Efeitos no Valor Adicionado a Distribuir e na Distribuição do Valor Adicionado, na Demonstração do Valor Adicionado de 31.12.2011

	Consolidado	
	Publicado	Reclassificado
Demonstração do Valor Adicionado		
Valor adicionado a distribuir	7.033.497	7.194.290
Distribuição do valor adicionado	7.033.497	7.194.290

a. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

O Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras do exercício de 2012 não contém ressalvas, somente uma ênfase, conforme apresentado a seguir:

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 2.1, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia Paranaense de Energia - Copel essas práticas diferem da IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Sobre as práticas adotadas pela Copel, a Administração afirma que estão em consonância com a legislação societária brasileira.



Apresentação em cumprimento a INSTRUÇÃO CVM Nº 481, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

"Art. 9º...III – comentário dos administradores sobre a situação financeira da companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência;"

"Art. 10 Sempre que a assembleia geral for convocada para eleger administradores ou membros do conselho fiscal, a companhia deve fornecer, no mínimo, as informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do formulário de referência,..."

"Art. 12. Sempre que a assembleia geral dos acionistas for convocada para fixar a remuneração dos administradores, a companhia deve fornecer, no mínimo, os seguintes documentos e informações:

I – a proposta de remuneração dos administradores; e

II – as informações indicadas no item 13 do formulário de referência."

Valores em R\$ mil, exceto quando indicado.

10.5 - Políticas contábeis críticas

Políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.

Políticas Contábeis Críticas

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Copel e de suas controladas e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas. As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem risco significativo de resultar em ajuste material no próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Base de consolidação

Os investimentos em controladas, em empreendimentos controlados em conjunto, e em coligadas são reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais da investidora com base no método de equivalência patrimonial. Conforme esse método, os investimentos são inicialmente registrados pelo valor de custo e o seu valor contábil é aumentado ou diminuído pelo reconhecimento da participação da investidora no lucro, no prejuízo e em outros resultados abrangentes gerados pelas investidas, após a aquisição. Esse método deve ser descontinuado a partir da data em que o investimento deixar de se qualificar como controlada, empreendimento controlado em conjunto ou coligada.

As distribuições de resultados reduzem o valor contábil dos investimentos.



Apresentação em cumprimento a INSTRUÇÃO CVM Nº 481, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

"Art. 9º...III – comentário dos administradores sobre a situação financeira da companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência;"

"Art. 10 Sempre que a assembleia geral for convocada para eleger administradores ou membros do conselho fiscal, a companhia deve fornecer, no mínimo, as informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do formulário de referência,..."

"Art. 12. Sempre que a assembleia geral dos acionistas for convocada para fixar a remuneração dos administradores, a companhia deve fornecer, no mínimo, os seguintes documentos e informações:

I – a proposta de remuneração dos administradores; e

II – as informações indicadas no item 13 do formulário de referência."

Valores em R\$ mil, exceto quando indicado.

Quando necessário, para cálculo das equivalências patrimoniais, as demonstrações financeiras das investidas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis às da Controladora.

As operações em conjunto (consórcios) são contabilizadas na proporção de quota-parte de ativos, passivos e resultado, na empresa que possui a participação.

Controladas

As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir.

Os saldos de ativos, passivos e resultados das controladas são consolidados linha a linha. Os saldos das contas patrimoniais e de resultado referentes às transações entre as empresas consolidadas são eliminados.

A participação de acionistas não controladores é apresentada no patrimônio líquido, separadamente do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Controladora. Os lucros, os prejuízos e os outros resultados abrangentes também são atribuídos separadamente dos atribuídos aos acionistas da Controladora, ainda que isto resulte em saldo deficitário nas participações de acionistas não controladores.

Empreendimentos controlados em conjunto e coligadas

Os empreendimentos controlados em conjuntos são as entidades em que a investidora, vinculada a um acordo, não exerce individualmente o poder de decisões financeiras e operacionais, independentemente do percentual de participação no capital votante. As coligadas são as entidades sobre as quais a investidora tem influência significativa, mas não o controle.

Quando a participação nos prejuízos de um empreendimento controlado em conjunto ou de uma coligada se igualar ou exceder o saldo contábil de sua participação na investida, a investidora deve descontinuar o reconhecimento de sua participação em perdas futuras. Perdas adicionais serão consideradas, e um passivo reconhecido, somente se a investidora incorrer em obrigações legais ou construtivas (não formalizadas) ou efetuar pagamentos em nome da investida. Se a investida subsequentemente apurar lucros, a investidora deve retomar o reconhecimento de sua participação nesses lucros somente após o ponto em que a parte que lhe cabe nesses lucros posteriores se igualar à sua participação nas perdas não reconhecidas.

Combinação de negócios

A análise da aquisição é feita caso a caso para determinar se a transação representa combinação de negócios ou compra de ativos. Transações entre empresas sob controle comum



Apresentação em cumprimento a INSTRUÇÃO CVM Nº 481, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

"Art. 9º...III – comentário dos administradores sobre a situação financeira da companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência;"

"Art. 10 Sempre que a assembleia geral for convocada para eleger administradores ou membros do conselho fiscal, a companhia deve fornecer, no mínimo, as informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do formulário de referência,..."

"Art. 12. Sempre que a assembleia geral dos acionistas for convocada para fixar a remuneração dos administradores, a companhia deve fornecer, no mínimo, os seguintes documentos e informações:

I – a proposta de remuneração dos administradores; e

II – as informações indicadas no item 13 do formulário de referência."

Valores em R\$ mil, exceto quando indicado.

não configuram uma combinação de negócios.

Os ativos e passivos adquiridos em uma combinação de negócios são contabilizados utilizando o método de aquisição e são reconhecidos pelos seus respectivos valores justo na data de aquisição.

O excesso do custo de aquisição sobre o valor justo dos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos dos passivos assumidos) é reconhecido como ágio (*goodwill*), no ativo intangível. Quando o valor gera um montante negativo, o ganho com compra vantajosa é reconhecido diretamente no resultado do exercício.

Nas aquisições de participação em coligadas e em empreendimentos controlados em conjunto, apesar de não configurarem uma combinação de negócios, os ativos líquidos adquiridos também são reconhecidos pelo valor justo. O ágio é apresentado no investimento.

Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas mantêm fundos de investimentos que operam com instrumentos financeiros derivativos, com objetivo exclusivo de proteger a carteira desses fundos.

Os instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado para instrumentos financeiros com mercado ativo e aos sem cotação disponível no mercado, os valores justos são apurados pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados conforme descrito a seguir:

Ativos financeiros

Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento financeiro é assim classificado se for designado como mantido para negociação no seu reconhecimento inicial e se a Companhia e suas controladas gerenciam esses investimentos e tomam as decisões de compra e venda com base em seu valor justo, de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.



Apresentação em cumprimento a INSTRUÇÃO CVM Nº 481, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

"Art. 9º...III – comentário dos administradores sobre a situação financeira da companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência;"

"Art. 10 Sempre que a assembleia geral for convocada para eleger administradores ou membros do conselho fiscal, a companhia deve fornecer, no mínimo, as informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do formulário de referência,..."

"Art. 12. Sempre que a assembleia geral dos acionistas for convocada para fixar a remuneração dos administradores, a companhia deve fornecer, no mínimo, os seguintes documentos e informações:

I – a proposta de remuneração dos administradores; e

II – as informações indicadas no item 13 do formulário de referência."

Valores em R\$ mil, exceto quando indicado.

Empréstimos e recebíveis

Ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos pelo método do custo amortizado com base na taxa de juros efetiva.

Instrumentos financeiros disponíveis para venda

São instrumentos financeiros cujo reconhecimento inicial é efetuado com base no valor justo e sua variação, proveniente da diferença entre a taxa de juros de mercado e a taxa de juros efetiva, é registrada diretamente no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários. A parcela dos juros definidos no início do contrato, calculada com base no método de juros efetivos, assim como qualquer mudança na expectativa de fluxo de caixa, é registrada no resultado do exercício. No momento da liquidação, as perdas ou os ganhos acumulados no patrimônio líquido são reclassificados no resultado do exercício.

Instrumentos financeiros mantidos até o vencimento

Os instrumentos financeiros são classificados nesta categoria se a Companhia e suas controladas têm intenção e capacidade de mantê-los até seu vencimento. São mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

Passivos financeiros e instrumentos de patrimônio

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

São os passivos financeiros designados dessa forma no reconhecimento inicial e os classificados como mantidos para negociação. São demonstrados ao valor justo e os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado. Os ganhos ou as perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os juros pagos pelo passivo financeiro.

Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.



Apresentação em cumprimento a INSTRUÇÃO CVM Nº 481, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

"Art. 9º...III – comentário dos administradores sobre a situação financeira da companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência;"

"Art. 10 Sempre que a assembleia geral for convocada para eleger administradores ou membros do conselho fiscal, a companhia deve fornecer, no mínimo, as informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do formulário de referência,..."

"Art. 12. Sempre que a assembleia geral dos acionistas for convocada para fixar a remuneração dos administradores, a companhia deve fornecer, no mínimo, os seguintes documentos e informações:

I – a proposta de remuneração dos administradores; e

II – as informações indicadas no item 13 do formulário de referência."

Valores em R\$ mil, exceto quando indicado.

Baixas de passivos financeiros

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

Clientes

São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis.

Os saldos de parcelamento de débitos de clientes são trazidos a valor presente, considerando o montante a ser descontado, as datas de realização, as datas de liquidação e a taxa de desconto.

O saldo de clientes é apresentado líquido da provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD, reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização de contas a receber de consumidores e de títulos a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

A PCLD dos consumidores é constituída considerando os parâmetros recomendados pela Aneel, com base nos valores a receber da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias, além da experiência em relação ao histórico das perdas efetivas.

Ativos e passivos financeiros setoriais líquidos

As normas contábeis vigentes no Brasil até 2009 permitiam o reconhecimento das variações entre os valores previstos nas tarifas e os valores efetivamente desembolsados pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica - denominados ativos e passivos setoriais, sendo as variações positivas ou negativas consideradas nas tarifas no próximo reajuste anual. A partir da adoção das IFRS em 2010, estes ativos e passivos deixaram de ser registrados nas demonstrações financeiras societárias das concessionárias de distribuição, sendo assim totalmente apropriados no resultado.

Com o advento do termo aditivo ao contrato de concessão das concessionárias de distribuição, aprovado pelo Despacho Aneel nº 4.621, de 25.11.2014, o qual prevê que, no caso de extinção da concessão por qualquer motivo, os valores residuais de itens da Parcela A e outros componentes financeiros não recuperados ou devolvidos via tarifa sejam incorporados no cálculo da indenização ou descontados dos valores da indenização de ativos não amortizados, fica resguardado o direito ou a obrigação do concessionário junto ao Poder Concedente quanto a esses ativos e passivos e que, anteriormente ao fato, eram considerados para fins setoriais.



Apresentação em cumprimento a INSTRUÇÃO CVM Nº 481, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

"Art. 9º...III – comentário dos administradores sobre a situação financeira da companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência;"

"Art. 10 Sempre que a assembleia geral for convocada para eleger administradores ou membros do conselho fiscal, a companhia deve fornecer, no mínimo, as informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do formulário de referência,..."

"Art. 12. Sempre que a assembleia geral dos acionistas for convocada para fixar a remuneração dos administradores, a companhia deve fornecer, no mínimo, os seguintes documentos e informações:

I – a proposta de remuneração dos administradores; e

II – as informações indicadas no item 13 do formulário de referência."

Valores em R\$ mil, exceto quando indicado.

Por meio da Deliberação CVM nº 732, o CPC aprovou a Orientação Técnica OCPC 08 de 09.12.2014, tornando obrigatório o reconhecimento de determinados ativos ou passivos financeiros setoriais nas distribuidoras de energia elétrica a partir do exercício de 2014. Assim, a Copel Distribuição reconheceu os correspondentes ativos e passivos financeiros setoriais (ativos e passivos setoriais) em suas demonstrações financeiras societárias em dezembro de 2014.

Considerando o previsto no OCPC 08, item 13, os efeitos do aditamento dos contratos de concessão e permissão não caracterizam mudança de política contábil, mas sim de uma nova situação, conseqüentemente, sua aplicação foi prospectiva ao evento e o reconhecimento inicial adotado baseou-se na composição dos valores dos ativos e passivos financeiros setoriais levantados até a data da assinatura dos aditivos dos contratos de concessão, ocorrida em 10.12.2014. Portanto, seu reconhecimento inicial foi registrado como componente da receita líquida.

Contas a receber vinculadas à concessão

Ativo financeiro - distribuição

Refere-se à indenização prevista no contrato de concessão de serviços públicos de distribuição de energia elétrica e que, no entendimento da Administração, assegura o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, a ser pago pelo Poder Concedente. Essa indenização tem como objetivo reembolsar a Copel Distribuição pelos investimentos efetuados em infraestrutura que não foram recuperados, por meio da tarifa, até o vencimento da concessão, por possuírem vida útil superior ao prazo da concessão.

Esses ativos financeiros, por não possuírem fluxos de caixa fixos determináveis, uma vez que a premissa da indenização terá como base o custo de reposição dos ativos da concessão, e por não possuírem as características necessárias para ser classificados nas demais categorias de ativos financeiros, são classificados como "disponíveis para venda". Os fluxos de caixa atrelados a esses ativos são determinados considerando o valor da base tarifária denominada Base de Remuneração Regulatória - BRR, definida pelo Poder Concedente, cuja metodologia utilizada é o custo de reposição dos bens integrantes da infraestrutura de distribuição vinculada à concessão. Essa base é revisada a cada quatro anos, considerando diversos fatores, e tem como objetivo refletir a variação de preços dos ativos físicos, incluindo as baixas, depreciações e adições dos bens integrantes da infraestrutura (ativo físico).

A remuneração desse ativo financeiro é baseada no Custo Médio Ponderado de Capital - WACC regulatório, homologado pela Aneel no processo de revisão tarifária periódica a cada quatro anos, e seu montante está incluído na composição da receita de tarifa faturada aos



Apresentação em cumprimento a INSTRUÇÃO CVM Nº 481, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

"Art. 9º...III – comentário dos administradores sobre a situação financeira da companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência;"

"Art. 10 Sempre que a assembleia geral for convocada para eleger administradores ou membros do conselho fiscal, a companhia deve fornecer, no mínimo, as informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do formulário de referência,..."

"Art. 12. Sempre que a assembleia geral dos acionistas for convocada para fixar a remuneração dos administradores, a companhia deve fornecer, no mínimo, os seguintes documentos e informações:

I – a proposta de remuneração dos administradores; e

II – as informações indicadas no item 13 do formulário de referência."

Valores em R\$ mil, exceto quando indicado.

consumidores e recebida mensalmente.

Ativo financeiro - transmissão

Refere-se a créditos a receber relacionados aos contratos de concessão da atividade de transmissão e estão representados pelos seguintes valores: (i) receita de construção da infraestrutura de transmissão para sua disponibilização aos usuários e (ii) remuneração financeira garantida pelo Poder Concedente durante o prazo da concessão sobre tais receitas.

A receita dos contratos de concessão de transmissão é realizada pela disponibilização da infraestrutura aos usuários do sistema, não tem risco de demanda e é, portanto, considerada receita garantida, denominada Receita Anual Permitida - RAP, a ser recebida durante o prazo da concessão. Os valores são faturados mensalmente aos usuários da infraestrutura, conforme relatório emitido pelo Operador Nacional do Sistema - ONS. No vencimento da concessão, se houver saldo remanescente ainda não recebido relacionado à construção da infraestrutura, esse será recebido diretamente do Poder Concedente por ser um direito incondicional de receber caixa, conforme previsto no contrato de concessão, a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da RAP.

Esses ativos financeiros não possuem mercado ativo, apresentam fluxos de caixa fixos e determináveis, e portanto, são classificados como "empréstimos e recebíveis", sendo inicialmente estimados com base nos respectivos valores justos e posteriormente mensurados pelo custo amortizado calculado pelo método da taxa de juros efetiva.

Especificamente em relação ao Contrato de Concessão 060/2001, adições subsequentes à renovação que representem ampliação, melhoria ou reforço da infraestrutura são reconhecidas como ativo financeiro, em virtude de representar futura geração de caixa operacional adicional, conforme regulamentação específica do Poder Concedente.

Contas a receber vinculadas à prorrogação da concessão

Referem-se a valores a receber previstos na Medida Provisória 579/12 - MP 579, convertida na Lei nº 12.783/13, em virtude da opção da Copel Geração e Transmissão pela prorrogação do contrato de concessão de transmissão nº 060/2001.

Para os ativos que entraram em operação após maio de 2000, conforme Nota Técnica 396/12 - SRE/ANEEL, o recebimento da indenização foi parcelado em 31 prestações mensais com vencimento a partir de janeiro de 2013, calculadas pelo Sistema de Amortização Constante - SAC, atualizadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e remunerada pelo WACC de 5,59% real ao ano.

Para os ativos não depreciados existentes em 31.05.2000, o artigo 1º da resolução normativa



Apresentação em cumprimento a INSTRUÇÃO CVM Nº 481, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

"Art. 9º...III – comentário dos administradores sobre a situação financeira da companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência;"

"Art. 10 Sempre que a assembleia geral for convocada para eleger administradores ou membros do conselho fiscal, a companhia deve fornecer, no mínimo, as informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do formulário de referência,..."

"Art. 12. Sempre que a assembleia geral dos acionistas for convocada para fixar a remuneração dos administradores, a companhia deve fornecer, no mínimo, os seguintes documentos e informações:

I – a proposta de remuneração dos administradores; e

II – as informações indicadas no item 13 do formulário de referência."

Valores em R\$ mil, exceto quando indicado.

Aneel nº 589, de 13.12.2013, define metodologia a ser aplicada na mensuração do valor da indenização. Esta resolução limitou-se apenas a reconhecer o direito das concessionárias à indenização definindo a forma da sua valoração. A Administração realizou avaliação dos ativos passíveis de indenização, aplicando a metodologia proposta e concluiu que a expectativa de indenização suporta os montantes registrados em 31.12.2014. A Administração contratou empresa especializada para a elaboração do laudo conforme previsto em resolução, o qual está em elaboração, que deverá ser protocolado na Aneel até 31.03.2015.

Tributos

As receitas de vendas e de serviços estão sujeitas à tributação pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS e Imposto sobre Serviços - ISS às alíquotas vigentes, assim como à tributação pelo Programa de Integração Social - PIS e pela Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - Cofins.

As receitas de ativos financeiros setoriais reconhecidas na demonstração do resultado conforme OCPC 08, consistente com o procedimento adotado em exercícios anteriores, estão sendo tributadas no momento de seu faturamento ao consumidor final.

Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da Cofins são apresentados deduzindo os custos operacionais na demonstração do resultado.

Os créditos decorrentes da não cumulatividade do ICMS, PIS e da Cofins relacionados às aquisições de bens são apresentados deduzindo o custo de aquisição dos respectivos ativos.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) de cada entidade tributável e às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente, sendo 15%, acrescido de 10% sobre o que exceder a R\$ 240 anuais para o imposto de renda, e 9% para a contribuição social.

Para fins de apuração dos resultados tributáveis foi adotado o Regime Tributário de Transição - RTT, conforme previsto na Lei nº 11.941/09, ou seja, considerou-se os critérios contábeis da Lei nº 6.404/76, antes das alterações da Lei nº 11.638/07. A Companhia e suas subsidiárias integrais não optaram em 2014 pela adoção inicial da Lei nº 12.973, de 13.05.2014.

O prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são compensáveis com lucros tributáveis futuros, observado o limite de 30% do lucro tributável no período, não estando sujeitos a prazo prescricional.



Apresentação em cumprimento a INSTRUÇÃO CVM Nº 481, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

"Art. 9º...III – comentário dos administradores sobre a situação financeira da companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência;"

"Art. 10 Sempre que a assembleia geral for convocada para eleger administradores ou membros do conselho fiscal, a companhia deve fornecer, no mínimo, as informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do formulário de referência,..."

"Art. 12. Sempre que a assembleia geral dos acionistas for convocada para fixar a remuneração dos administradores, a companhia deve fornecer, no mínimo, os seguintes documentos e informações:

I – a proposta de remuneração dos administradores; e

II – as informações indicadas no item 13 do formulário de referência."

Valores em R\$ mil, exceto quando indicado.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e os correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva, para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são divulgados por seu valor líquido caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação.

Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado vinculados aos contratos de concessão de serviço público estão depreciados pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas e revisadas periodicamente pela Aneel, as quais são praticadas e aceitas pelo mercado como representativas da vida útil econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão. No entanto, os bens vinculados aos contratos de uso de bem público sob o regime de produtor independente de energia elétrica estão sendo depreciados com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel limitados ao prazo da concessão. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil. A vida útil estimada, os valores residuais e a depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de qualquer mudança nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Os custos diretamente atribuídos às obras, bem como os juros e encargos financeiros referentes a empréstimos tomados com terceiros, durante o período de construção, são registrados no ativo imobilizado em curso.

Intangível

Contrato de concessão - distribuição de energia elétrica

Compreende o direito ao acesso e de exploração da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pelo operador como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), em consonância com o CPC 04 - Ativos Intangíveis, o ICPC 01 e o OCPC 05 - Contratos de Concessão.

O ativo intangível é determinado como sendo a parcela remanescente após a determinação do ativo financeiro (valor residual), em virtude de sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores, portanto, com risco



Apresentação em cumprimento a INSTRUÇÃO CVM Nº 481, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

"Art. 9º...III – comentário dos administradores sobre a situação financeira da companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência;"

"Art. 10 Sempre que a assembleia geral for convocada para eleger administradores ou membros do conselho fiscal, a companhia deve fornecer, no mínimo, as informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do formulário de referência,..."

"Art. 12. Sempre que a assembleia geral dos acionistas for convocada para fixar a remuneração dos administradores, a companhia deve fornecer, no mínimo, os seguintes documentos e informações:

I – a proposta de remuneração dos administradores; e

II – as informações indicadas no item 13 do formulário de referência."

Valores em R\$ mil, exceto quando indicado.

de demanda.

É reconhecido pelo valor justo de aquisição e de construção, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A amortização do intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Copel Distribuição, com expectativa de amortização durante o prazo da concessão.

Contrato de concessão - distribuição de gás

Ativo intangível relativo à construção de infraestrutura e à aquisição de bens necessários para a prestação dos serviços de distribuição de gás que corresponde ao direito de cobrar dos usuários pelo fornecimento de gás. Para fins de divulgação, os valores relativos à construção de infraestrutura e aquisição de bens são considerados como prestação de serviços do Poder Concedente, o Estado do Paraná.

Este ativo intangível é avaliado inicialmente pelo custo de aquisição, formação ou construção, inclusive juros e demais encargos financeiros capitalizados. A controlada Compagás utiliza o método de amortização linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo ou considerando o período remanescente da concessão, dos dois o menor.

Também integram este ativo intangível os valores de ativos representados por softwares, adquiridos de terceiros e os gerados internamente, que são mensurados pelo custo total de aquisição menos as despesas de amortização pelo prazo de cinco anos.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Baixa de ativos intangíveis

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.



Apresentação em cumprimento a INSTRUÇÃO CVM Nº 481, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

"Art. 9º...III – comentário dos administradores sobre a situação financeira da companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência;"

"Art. 10 Sempre que a assembleia geral for convocada para eleger administradores ou membros do conselho fiscal, a companhia deve fornecer, no mínimo, as informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do formulário de referência,..."

"Art. 12. Sempre que a assembleia geral dos acionistas for convocada para fixar a remuneração dos administradores, a companhia deve fornecer, no mínimo, os seguintes documentos e informações:

I – a proposta de remuneração dos administradores; e

II – as informações indicadas no item 13 do formulário de referência."

Valores em R\$ mil, exceto quando indicado.

Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando houver perda, decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do exercício.

Benefícios pós-emprego

A Companhia e suas controladas patrocinam planos de benefícios a empregados. Os valores destes compromissos atuariais (contribuições, custos, passivos e/ou ativos) são calculados anualmente por atuário independente, com data base que coincide com o encerramento do exercício.

A adoção do método da unidade de crédito projetada agrega cada ano de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, somando-se até o cálculo da obrigação final.

Os ativos do plano de benefícios são avaliados pelos valores de mercado (marcação a mercado).

São utilizadas outras premissas atuariais que levam em conta tabelas biométricas e econômicas, além de dados históricos dos planos de benefícios, obtidos da Fundação Copel, entidade que administra estes planos.

Ganhos ou perdas atuariais, motivados por alterações de premissas e/ou ajustes atuariais, são reconhecidos em outros resultados abrangentes.

Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou constituída) resultantes de eventos passados em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja mais provável que sua não liquidação.

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração da Companhia, complementados pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.



COPEL

COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA

CNPJ: 76.483.817/0001-20

Código CVM: 1431-1

Apresentação em cumprimento a INSTRUÇÃO CVM Nº 481, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

"Art. 9º...III – comentário dos administradores sobre a situação financeira da companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência;"

"Art. 10 Sempre que a assembleia geral for convocada para eleger administradores ou membros do conselho fiscal, a companhia deve fornecer, no mínimo, as informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do formulário de referência,..."

"Art. 12. Sempre que a assembleia geral dos acionistas for convocada para fixar a remuneração dos administradores, a companhia deve fornecer, no mínimo, os seguintes documentos e informações:

I – a proposta de remuneração dos administradores; e

II – as informações indicadas no item 13 do formulário de referência."

Valores em R\$ mil, exceto quando indicado.

Arrendamentos

Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferirem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Os outros arrendamentos que não se enquadram nas características acima são classificados como operacionais.



Apresentação em cumprimento a INSTRUÇÃO CVM Nº 481, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

"Art. 9º...III – comentário dos administradores sobre a situação financeira da companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência;"

"Art. 10 Sempre que a assembleia geral for convocada para eleger administradores ou membros do conselho fiscal, a companhia deve fornecer, no mínimo, as informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do formulário de referência,..."

"Art. 12. Sempre que a assembleia geral dos acionistas for convocada para fixar a remuneração dos administradores, a companhia deve fornecer, no mínimo, os seguintes documentos e informações:

I – a proposta de remuneração dos administradores; e

II – as informações indicadas no item 13 do formulário de referência."

Valores em R\$ mil, exceto quando indicado.

10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor

a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las;

Os controles internos da Companhia foram concebidos para fornecer garantia razoável quanto à confiabilidade das informações financeiras e à preparação de demonstrações financeiras de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos.

Todos os controles internos, por mais bem concebidos que sejam, têm limitações inerentes. Assim, mesmo os sistemas avaliados como eficazes podem não impedir ou detectar informações incorretas. Além disso, projeções de qualquer avaliação de eficácia para períodos futuros estão sujeitas ao risco de inadequação futura dos controles devido a mudanças nas circunstâncias ou à possível queda do nível de observância das políticas ou dos procedimentos.

Nossa administração avaliou a eficácia de nossos controles internos de divulgação financeira em 31.12.2014. Ao conduzir tal avaliação, ela usou os critérios estabelecidos na Estrutura Integrada de Controles Internos, emitido em 1992 pelo Comitê das Organizações Patrocinadas da Comissão Treadway - COSO. Com base em sua avaliação e nesses critérios, nossa administração concluiu que nosso controle interno de divulgação financeira era eficaz em 31.12.2014.

A eficácia dos controles internos de divulgação financeira foi auditada pela KPMG Auditores Independentes, uma firma de contabilidade pública registrada independente, que emitiu relatório de certificação sobre nossos controles internos de divulgação financeira em 31.12.2014.

b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente.

Os auditores independentes examinaram a estrutura de controles internos de divulgação financeira para o exercício findo em 2014, em conformidade com as normas do Conselho de Supervisão de Contabilidade das Companhias Abertas dos Estados Unidos da América - PCAOB.



COPEL

COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA

CNPJ: 76.483.817/0001-20

Código CVM: 1431-1

Apresentação em cumprimento a INSTRUÇÃO CVM Nº 481, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

"Art. 9º...III – comentário dos administradores sobre a situação financeira da companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência;"

"Art. 10 Sempre que a assembleia geral for convocada para eleger administradores ou membros do conselho fiscal, a companhia deve fornecer, no mínimo, as informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do formulário de referência,..."

"Art. 12. Sempre que a assembleia geral dos acionistas for convocada para fixar a remuneração dos administradores, a companhia deve fornecer, no mínimo, os seguintes documentos e informações:

I – a proposta de remuneração dos administradores; e

II – as informações indicadas no item 13 do formulário de referência."

Valores em R\$ mil, exceto quando indicado.

10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

Em 13.05.2014 a Copel emitiu debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, no valor de R\$ 1.000.000.

Em 10.06.2014, foram emitidos títulos da Nova Asa Branca I, Nova Asa Branca II, Nova Asa Branca III, Nova Eurus IV, Santa Maria, Santa Helena e Ventos Santo Uriel, no valor de R\$ 330.000.



COPEL

COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA

CNPJ: 76.483.817/0001-20

Código CVM: 1431-1

Apresentação em cumprimento a INSTRUÇÃO CVM Nº 481, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

"Art. 9º...III – comentário dos administradores sobre a situação financeira da companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência;"

"Art. 10 Sempre que a assembleia geral for convocada para eleger administradores ou membros do conselho fiscal, a companhia deve fornecer, no mínimo, as informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do formulário de referência,..."

"Art. 12. Sempre que a assembleia geral dos acionistas for convocada para fixar a remuneração dos administradores, a companhia deve fornecer, no mínimo, os seguintes documentos e informações:

I – a proposta de remuneração dos administradores; e

II – as informações indicadas no item 13 do formulário de referência."

Valores em R\$ mil, exceto quando indicado.

10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

Entendemos não se aplicar este item, uma vez que todas as informações relevantes estão divulgadas no Relatório da Administração e/ou Notas Explicativas da Companhia.



COPEL

COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA

CNPJ: 76.483.817/0001-20

Código CVM: 1431-1

Apresentação em cumprimento a INSTRUÇÃO CVM Nº 481, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

"Art. 9º...III – comentário dos administradores sobre a situação financeira da companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência;"

"Art. 10 Sempre que a assembleia geral for convocada para eleger administradores ou membros do conselho fiscal, a companhia deve fornecer, no mínimo, as informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do formulário de referência,..."

"Art. 12. Sempre que a assembleia geral dos acionistas for convocada para fixar a remuneração dos administradores, a companhia deve fornecer, no mínimo, os seguintes documentos e informações:

I – a proposta de remuneração dos administradores; e

II – as informações indicadas no item 13 do formulário de referência."

Valores em R\$ mil, exceto quando indicado.

10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há itens não evidenciados nas Demonstrações Financeiras.



Apresentação em cumprimento a INSTRUÇÃO CVM Nº 481, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

"Art. 9º...III – comentário dos administradores sobre a situação financeira da companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência;"

"Art. 10 Sempre que a assembleia geral for convocada para eleger administradores ou membros do conselho fiscal, a companhia deve fornecer, no mínimo, as informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do formulário de referência,..."

"Art. 12. Sempre que a assembleia geral dos acionistas for convocada para fixar a remuneração dos administradores, a companhia deve fornecer, no mínimo, os seguintes documentos e informações:

I – a proposta de remuneração dos administradores; e

II – as informações indicadas no item 13 do formulário de referência."

Valores em R\$ mil, exceto quando indicado.

10.10 - Plano de negócios

Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

GERAÇÃO:

Usina Hidrelétrica Colíder

Em construção no rio Teles Pires, no norte do Mato Grosso e com potência instalada de 300 MW, a usina teve 80% de suas obras concluídas no final de 2014. Em decorrência de atos do poder público e de casos fortuitos e de força maior, ocorridos ao longo da implantação do empreendimento, o início da geração comercial da UHE Colíder tem nova previsão de conclusão para abril de 2016. A Copel Geração e Transmissão já impetrou requerimento junto à Aneel para reconhecimento de excludente de responsabilidade na postergação da entrada em operação.

Usina Hidrelétrica Baixo Iguaçu

Com 30% de participação para o empreendimento e potência instalada de 350 MW, a UHE Baixo Iguaçu será construída no rio Iguaçu, entre os municípios de Capanema e Capitão Leônidas Marques, no sudoeste do Paraná.

As obras iniciaram-se em julho de 2013, porém foram paralisadas em 2014 devido à suspensão da Licença de Instalação do empreendimento pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, situação que permanece até o presente momento.

Usina Hidrelétrica São Jerônimo

Com potência instalada de 331 MW no rio Tibagi, no Paraná, a UHE São Jerônimo será implementada pelo Consórcio São Jerônimo, no qual a Copel tem 41,2% de participação. Para o início das obras é necessária autorização do Congresso Nacional, conforme artigo nº 231, parágrafo 3º, da Constituição Federal, visto que o reservatório da usina atinge áreas indígenas.

TRANSMISSÃO:

• Obras autorizadas pela Aneel

Foram concluídas em 2014 as obras de ampliação das subestações Guaíra, Maringá e Uberaba. A subestação - SE Uberaba, localizada em Curitiba, fazia parte do plano de reforços para o atendimento das cidades-sede da Copa do Mundo. Ainda no rol de obras priorizadas pelo



Apresentação em cumprimento a INSTRUÇÃO CVM Nº 481, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

"Art. 9º...III – comentário dos administradores sobre a situação financeira da companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência;"

"Art. 10 Sempre que a assembleia geral for convocada para eleger administradores ou membros do conselho fiscal, a companhia deve fornecer, no mínimo, as informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do formulário de referência,..."

"Art. 12. Sempre que a assembleia geral dos acionistas for convocada para fixar a remuneração dos administradores, a companhia deve fornecer, no mínimo, os seguintes documentos e informações:

I – a proposta de remuneração dos administradores; e

II – as informações indicadas no item 13 do formulário de referência."

Valores em R\$ mil, exceto quando indicado.

Ministério de Minas e Energia para o Mundial, destacam-se a linha de transmissão com 26,5 km de extensão conectando as subestações Uberaba e Umbará, que entrou em operação em junho de 2014. Juntos, esses empreendimentos devem render uma receita anual estimada em cerca de R\$ 6.000.

Em outubro de 2014, a Aneel emitiu a Resolução Autorizativa nº 4890/2014 para Copel Geração e Transmissão, ordenando investimentos e ampliações nas subestações Bateias e Guaíra, com a instalação de novos bancos de capacitores, além da instalação de uma linha de transmissão 230 kV com 132 km de extensão, que irá conectar as subestações Ponta Grossa Norte e Figueira, com seccionamento na nova subestação Klacel (Klabin Celulose, em Ortigueira no Paraná). Esse empreendimento deve receber R\$ 88.000 em investimentos e proporcionar à Copel uma receita anual de aproximadamente R\$ 12.300 quando entrar em operação, em 2016.

• **Grandes obras e novas concessões**

Em jul./2014, entrou em operação a subestação Cerquilha III, localizada em São Paulo, com 300 MVA de potência de transformação. A obra foi um marco histórico para a Companhia no atendimento fora das fronteiras do Paraná e proporcionará à Copel um incremento de receita anual de aproximadamente R\$ 4.200.

Ainda em São Paulo, avançaram as obras da SE 230 kV Paraguaçu Paulista II e os projetos da LT 500 kV Araraquara II — Taubaté e da LT Paraguaçu Paulista II — Assis.

No Paraná, foram iniciadas as obras da LT 230 kV Londrina — Figueira e da LT 230 kV Foz do Chopim — Salto Osório.

Em janeiro de 2014 foi assinado o contrato de concessão nº 005/2014 conquistado pela Copel Geração e Transmissão em leilão da Aneel, composto pela SE Curitiba Norte, que será construída na região metropolitana de Curitiba e vai operar na tensão de 230 kV, e por uma linha de transmissão com 33 km de extensão que irá conectá-la a SE Bateias, já existente. Esses empreendimentos devem receber R\$ 59.000 em investimentos e proporcionar à Copel uma receita anual de aproximadamente R\$ 7.000 quando entrar em operação — previsto para 2016.

Já em setembro de 2014, foram assinados os contratos de concessão nº 021/2014 e 022/2014 arrematados pela Copel Geração e Transmissão, que abrangem os empreendimentos:

- SE Realeza Sul, que será construída na região sudoeste do Paraná e vai operar na tensão de 230 kV, e uma linha de transmissão com 53 km de extensão que irá conectá-la a SE Foz do Chopim, já existente. Esse empreendimento deve receber R\$ 48.000 em investimentos e proporcionar à Companhia uma receita anual de aproximadamente R\$ 5.800 quando entrar em operação - previsto para 2017.



Apresentação em cumprimento a INSTRUÇÃO CVM Nº 481, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

"Art. 9º...III – comentário dos administradores sobre a situação financeira da companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência;"

"Art. 10 Sempre que a assembleia geral for convocada para eleger administradores ou membros do conselho fiscal, a companhia deve fornecer, no mínimo, as informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do formulário de referência,..."

"Art. 12. Sempre que a assembleia geral dos acionistas for convocada para fixar a remuneração dos administradores, a companhia deve fornecer, no mínimo, os seguintes documentos e informações:

I – a proposta de remuneração dos administradores; e

II – as informações indicadas no item 13 do formulário de referência."

Valores em R\$ mil, exceto quando indicado.

- Linha de transmissão 500 kV com 120 km de extensão que irá conectar as SE Londrina, no Paraná e Assis, em São Paulo. Esse empreendimento deve receber R\$ 128.000 em investimentos e proporcionar à Copel uma receita anual de aproximadamente R\$ 15.000 quando entrar em operação - previsto para 2017.

A configuração das grandes obras para os próximos anos é a seguinte:

Descrição	Estado	Empreendimentos	Km	MVA
LT Araraquara II — Taubaté	São Paulo	Copel Geração e Transmissão S.A.	356 km	-
LTs Londrina — Figueira LT Foz do Chopim — Salto Osório	Paraná	Copel Geração e Transmissão S.A.	88 km 10 km	-
LT Assis — Paraguaçu Paulista II SE Paraguaçu Paulista II	São Paulo	Copel Geração e Transmissão S.A.	37 km	150 MVA
LT Bateias — Curitiba Norte SE Curitiba Norte 230/138 kV	Paraná	Copel Geração e Transmissão S.A.	33 km	300 MVA
LT Foz do Chopim - Realeza Sul SE Realeza Sul	Paraná	Copel Geração e Transmissão S.A.	53 km	150 MVA
LT Assis - Londrina	Paraná São Paulo	Copel Geração e Transmissão S.A.	120 km	-

DISTRIBUIÇÃO:

Em 2014, foram conectadas novas subestações e linhas em alta tensão para reforçar o sistema elétrico de distribuição, melhorando a qualidade e aumentando a disponibilidade de energia aos consumidores. As obras de novas subestações concluídas são:

Subestação	Potência	Localidade
SE Morretes 138 kV	41,67 MVA	Morretes
SE Capanema 69 kV	41,67 MVA	Curitiba
SE Chopinzinho 138 kV	41,67 MVA	Chopinzinho



Apresentação em cumprimento a INSTRUÇÃO CVM Nº 481, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

"Art. 9º...III – comentário dos administradores sobre a situação financeira da companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência;"

"Art. 10 Sempre que a assembleia geral for convocada para eleger administradores ou membros do conselho fiscal, a companhia deve fornecer, no mínimo, as informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do formulário de referência,..."

"Art. 12. Sempre que a assembleia geral dos acionistas for convocada para fixar a remuneração dos administradores, a companhia deve fornecer, no mínimo, os seguintes documentos e informações:

I – a proposta de remuneração dos administradores; e

II – as informações indicadas no item 13 do formulário de referência."

Valores em R\$ mil, exceto quando indicado.

Em 2014 foram concluídos empreendimentos que adicionaram aproximadamente 166,7 MVA ao sistema de distribuição e 575,6 km de novas linhas de transmissão de 69 ou 138 kV. São elas:

Local	Tensão	Extensão
Santa Terezinha - Paranavaí	138 kV	51,7 km
Rosana - Paranavaí	138 kV	73,9 km
Ibiporã - Igapó	138 kV	13,8 km
Ibiporã - Palermo	138 kV	6,8 km
Astorga - Jaguapitã	138 kV	18,0 km
Santo Antonio da Platina - Siqueira Campos	138 kV	53,0 km
Londrina - Palermo	138 kV	22,0 km
Pato Branco - Chopinzinho	138 kV	45,0 km
Parolin - Xaxim	138 kV	4,0 km
Santa Quitéria - Parolin	138 kV	3,0 km
Santa Quitéria - Batel 2	138 kV	2,0 km
Santa Quitéria - Novo Mundo	138 kV	0,8 km
Pilarzinho - Bom Retiro	138 kV	6,8 km
Jardim Bandeirantes 2 - Igapó	138 kV	9,3 km
Distr. Ind. São José dos Pinhais - Guatupê	69 kV	6,8 km
Distr. Ind. São José dos Pinhais - Piraquara	69 kV	14,2 km
Bateias - Almirante Tamandaré/Rio Branco do Sul (1ª fase)	138 kV	27,0 km
Bateias - Rio Branco do Sul (2ª fase)	138 kV	13,0 km
Rio Branco do Sul - Tunas	138 kV	38,0 km
Guatupê - Pinhais	138 kV	9,0 km
Morretes - Secc (Gov. Parigot de Souza - Posto Fiscal)	138 kV	56,7 km
Tarumã - Secc (Uberaba - Atuba)	138 kV	0,3 km
Campo Comprido - Campina do Siqueira	138 kV	6,7 km
Santa Quitéria - Batel 1	138 kV	0,1 km
Santa Quitéria - Campina do Siqueira	138 kV	0,5 km
Umuarama -Umuarama Sul 1	138 kV	1,8 km
Umuarama -Umuarama Sul 2	138 kV	1,9 km
Umuarama - Tamoio	138 kV	9,7 km
Santa Terezinha - Cianorte	138 kV	32,2 km
Santos Dumont - Cianorte	138 kV	44,8 km
Cascavel Norte - Secc (Pinheiros - Assis Chateaubriand)	138 kV	0,7 km
Rio Azul - Sepac	138 kV	2,1 km

TELECOMUNICAÇÕES:

Em 2014, totalizou 15.817 km de cabos ópticos de acesso urbano, aumentando significativamente a capilaridade da rede óptica da Copel Telecomunicações. Todos os 399 municípios do Paraná, dois em Santa Catarina, um no Mato Grosso e quatro em São Paulo são atendidos por meio de 9.608 km de cabos ópticos interurbanos. Por meio dessa rede, a Companhia propicia velocidade e confiabilidade para 22.574 clientes que contam com serviços de telecomunicações com tecnologias de ponta em fibra óptica.



Apresentação em cumprimento a INSTRUÇÃO CVM Nº 481, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

"Art. 9º...III – comentário dos administradores sobre a situação financeira da companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência;"

"Art. 10 Sempre que a assembleia geral for convocada para eleger administradores ou membros do conselho fiscal, a companhia deve fornecer, no mínimo, as informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do formulário de referência,..."

"Art. 12. Sempre que a assembleia geral dos acionistas for convocada para fixar a remuneração dos administradores, a companhia deve fornecer, no mínimo, os seguintes documentos e informações:

I – a proposta de remuneração dos administradores; e

II – as informações indicadas no item 13 do formulário de referência."

Valores em R\$ mil, exceto quando indicado.

INVESTIMENTOS:

O programa de investimentos para 2015 foi aprovado em 11.12.2014 pela 147ª reunião ordinária do CAD. A seguir, os investimentos realizados e os previstos para 2015:

Empresas (em R\$ milhões)	Realizado		Variação % 2014-2013	Previsto 2015
	2014	2013		
Geração e Transmissão	758,4	478,9	58,4	1.042,2
Distribuição	857,7	816,5	5,0	784,7
Telecomunicações	107,5	74,1	45,1	107,7
Holding	5,9	-	-	5,5
Participação em Novos Negócios	739,5	407,1	81,7	536,8
Total	2.469,0	1.776,6	39,0	2.476,9

Fontes de financiamento

Historicamente, temos financiado nossa liquidez e necessidades de capital principalmente com recursos propiciados por nossas operações e mediante financiamento externo. Nossas atividades operacionais foram nossa principal fonte de recursos em 2013. Os recursos líquidos proporcionados por nossas atividades operacionais foram de R\$ 1.092.132 em 2014 e 1.337.611 em 2013, conforme divulgado nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa. Esperamos que nosso fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais seja suficiente para financiar as aplicações de capital em 2014.

A capacidade da Companhia de gerar recursos suficientes para atender a aplicações planejadas depende de uma variedade de fatores, incluindo a capacidade de manter níveis adequados de tarifas, de obter autorizações legais e ambientais, de ter acesso a mercados de capitais domésticos e internacionais e de uma série de contingências operacionais e outras. Além disso, podemos investir em participações em outras companhias elétricas existentes, em serviços de comunicação ou em outras áreas, que podem exigir financiamento doméstico e internacional adicional.

Como outras companhias estatais, estamos sujeitos a restrições sob as resoluções do Conselho Monetário Nacional - CMN quanto a nossa capacidade de obter financiamentos de fontes nacionais e internacionais. Essas restrições podem limitar a capacidade da Copel de ter acesso a fontes de financiamento se nossos recursos gerados internamente forem insuficientes para cobrir as aplicações de capitais orçadas.



Apresentação em cumprimento a INSTRUÇÃO CVM Nº 481, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

"Art. 9º...III – comentário dos administradores sobre a situação financeira da companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência;"

"Art. 10 Sempre que a assembleia geral for convocada para eleger administradores ou membros do conselho fiscal, a companhia deve fornecer, no mínimo, as informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do formulário de referência,..."

"Art. 12. Sempre que a assembleia geral dos acionistas for convocada para fixar a remuneração dos administradores, a companhia deve fornecer, no mínimo, os seguintes documentos e informações:

I – a proposta de remuneração dos administradores; e

II – as informações indicadas no item 13 do formulário de referência."

Valores em R\$ mil, exceto quando indicado.

Nossos empréstimos, financiamentos e debêntures totalizaram, em 31.12.2014, R\$ 6.054.398. Aproximadamente R\$ 71.197 desse valor eram expressos em dólares americanos.

Nossos principais contratos de empréstimos e financiamentos estão citados no item **"Contratos de empréstimo e financiamento relevantes"** e **"Outras relações de longo prazo com instituições financeiras"**

Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos:

Não possuímos desinvestimentos em andamento ou previstos.

Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Até o momento, não tivemos nenhuma aquisição material.

Novos produtos e serviços

descrição das pesquisas em andamento já divulgadas:

montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços:

projetos em desenvolvimento já divulgados:

montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços:

PESQUISA & DESENVOLVIMENTO:

Em cumprimento à Lei nº 9.991/2000, que dispõe sobre a realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento por parte das empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas do setor de energia elétrica, a Copel investiu em projetos nos setores:

Geração e Transmissão

Aplicou aproximadamente R\$ 8.300 na execução de seu programa de P&D de geração e transmissão, composto por 26 projetos, sendo que em 12 deles a companhia participou de forma cooperada com outras empresas. Destes, 3 são estratégicos, cujos temas foram estabelecidos pela Aneel, por meio de Chamada de Projetos.



Apresentação em cumprimento a INSTRUÇÃO CVM Nº 481, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

"Art. 9º...III – comentário dos administradores sobre a situação financeira da companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência;"

"Art. 10 Sempre que a assembleia geral for convocada para eleger administradores ou membros do conselho fiscal, a companhia deve fornecer, no mínimo, as informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do formulário de referência,..."

"Art. 12. Sempre que a assembleia geral dos acionistas for convocada para fixar a remuneração dos administradores, a companhia deve fornecer, no mínimo, os seguintes documentos e informações:

I – a proposta de remuneração dos administradores; e

II – as informações indicadas no item 13 do formulário de referência."

Valores em R\$ mil, exceto quando indicado.

Alguns projetos desenvolvidos:

- Desenvolvimento de metodologias para diagnóstico e reparo de estrutura em concreto com manifestações patológicas por ataques de íons sulfatos: barragem de Mauá.
- Caracterização de transientes muito rápidos - VFT através de medição em campo e simulação digital em subestações isoladas a gás SF6 - SIG e subestações isoladas a ar - SAI.
- Aumento da capacidade de transmissão de linhas aéreas: novas técnicas de projeto com trações elevadas.
- Monitoramento de obras de terra através de fibras ópticas.

Distribuição

Em 2014, foram contratados 10 projetos de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, nove deles continuam em execução e 43 estão em fase de elaboração para contratação, sendo um estratégico cooperado — Sistema de Inteligência Analítica do Setor Elétrico - Siasse, no qual a Copel participa como cooperada juntamente a outras empresas do setor elétrico. Foram aplicados em projetos de P&D aproximadamente R\$ 8.400.

Alguns projetos desenvolvidos:

- SPIM - Sistema de Previsão Integrada de Mercado de Energia Elétrica
- Sistema Automático de Gerenciamento da Proteção em Tempo Real - GEPROTEC
- Desenvolvimento de metodologia para avaliação em tempo real dos efeitos de descargas atmosféricas em redes de distribuição
- Avaliação do desempenho de óleo vegetal de crambe (*crambe abyssinica*) como fluido isolante em transformadores de distribuição e potência
- Equipamento de monitoramento de imagens para operação de subestações.



Apresentação em cumprimento a INSTRUÇÃO CVM Nº 481, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

"Art. 9º...III – comentário dos administradores sobre a situação financeira da companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência;"

"Art. 10 Sempre que a assembleia geral for convocada para eleger administradores ou membros do conselho fiscal, a companhia deve fornecer, no mínimo, as informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do formulário de referência,..."

"Art. 12. Sempre que a assembleia geral dos acionistas for convocada para fixar a remuneração dos administradores, a companhia deve fornecer, no mínimo, os seguintes documentos e informações:

I – a proposta de remuneração dos administradores; e

II – as informações indicadas no item 13 do formulário de referência."

Valores em R\$ mil, exceto quando indicado.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

2014-2025

As declarações relativas às perspectivas de negócios da Copel e metas operacionais e financeiras constituem-se em crenças e premissas da diretoria da Companhia, bem como em informações atualmente disponíveis. Considerações futuras não são garantias de desempenho. Elas envolvem riscos, incertezas e premissas, pois se referem a eventos futuros e, portanto, dependem de circunstâncias que podem ou não ocorrer. Os investidores precisam compreender que condições econômicas gerais, condições da indústria e outros fatores operacionais podem afetar o desempenho futuro da Copel e podem conduzir a resultados que diferem, materialmente, daqueles expressos em tais considerações futuras.

Sobre a Companhia

A Copel foi criada em outubro de 1954 e atua com tecnologia de ponta nas áreas de geração, transmissão e distribuição de energia, além de telecomunicações.

Opera um abrangente e eficaz sistema elétrico com parque gerador próprio de usinas, linhas de transmissão, subestações, linhas e redes elétricas do sistema de distribuição e um moderno sistema óptico de telecomunicações que integra as principais cidades do Estado.

Comprometida com o bem-estar e o desenvolvimento, a empresa não se limita a levar somente energia elétrica à população. Está presente no dia-a-dia dos paranaenses ao promover o crescimento socioeconômico, a responsabilidade ambiental e o desenvolvimento sustentável. Pioneira no Brasil na elaboração de estudos e relatórios de impacto ambiental na construção de usinas hidrelétricas, a Copel vem ao longo dos anos praticando importantes ações e programas nessa área, o que atesta o seu compromisso com o desenvolvimento sustentável.

Adotou as diretrizes da *Global Reporting Initiative - GRI* na elaboração de seu Relatório Anual e o principal resultado é a percepção e confiança do mercado, que se reflete no aumento do valor real da empresa. A Copel tem suas ações negociadas nas bolsas de valores de São Paulo, Nova Iorque e Madri, sendo referência internacional em sustentabilidade social e ambiental.



Apresentação em cumprimento a INSTRUÇÃO CVM Nº 481, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

"Art. 9º...III – comentário dos administradores sobre a situação financeira da companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência;"

"Art. 10 Sempre que a assembleia geral for convocada para eleger administradores ou membros do conselho fiscal, a companhia deve fornecer, no mínimo, as informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do formulário de referência,..."

"Art. 12. Sempre que a assembleia geral dos acionistas for convocada para fixar a remuneração dos administradores, a companhia deve fornecer, no mínimo, os seguintes documentos e informações:

I – a proposta de remuneração dos administradores; e

II – as informações indicadas no item 13 do formulário de referência."

Valores em R\$ mil, exceto quando indicado.

Visão Geral

O Planejamento foi elaborado de acordo com o Referencial Estratégico - Missão, Visão, Valores e as Diretrizes Estratégicas, que estabelece e baliza o posicionamento futuro. O Referencial Estratégico da Companhia foi redefinido em abril de 2011, a partir do trabalho desenvolvido por profissionais de todas as diretorias da empresa.

Este planejamento visa levar a Copel a conquistar sua Visão de ser "Simplesmente a Melhor da Década" nos negócios que compõem seu core business: Geração, Transmissão, Distribuição de Energia Elétrica e Telecomunicações.

O Planejamento original ocorreu em 2011 tendo como orientação o Plano Decenal de Expansão de Energia até 2020 (PDE 2020) que incorporava uma visão integrada da expansão da demanda e da oferta de diversos energéticos no período 2011-2020. Sendo o PDE de natureza indicativa da política energética nacional, ele foi utilizado como guia para que os investidores estabelecessem suas estratégias de prospecção, avaliação e investimento em novos projetos. Com a disponibilização do PDE 2020 para consulta pública, pôde-se constatar que o Planejamento Estratégico da Copel estava aderente ao Planejamento Decenal de Expansão de Energia (PDE 2020) do governo federal.

Em 2013, a Copel realizou a revisão do seu Planejamento Estratégico que foi orientada pelas mudanças dos cenários Nacional e Internacionais, em especial a publicação da Medida Provisória 579/2012, que trata das renovações das Concessões, dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária, e dá outras providências.



Apresentação em cumprimento a INSTRUÇÃO CVM Nº 481, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

"Art. 9º...III – comentário dos administradores sobre a situação financeira da companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência;"

"Art. 10 Sempre que a assembleia geral for convocada para eleger administradores ou membros do conselho fiscal, a companhia deve fornecer, no mínimo, as informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do formulário de referência,..."

"Art. 12. Sempre que a assembleia geral dos acionistas for convocada para fixar a remuneração dos administradores, a companhia deve fornecer, no mínimo, os seguintes documentos e informações:

I – a proposta de remuneração dos administradores; e

II – as informações indicadas no item 13 do formulário de referência."

Valores em R\$ mil, exceto quando indicado.

Manutenção do Referencial Estratégico definido em 2011

VALORES

- **Ética** - Resultado de um pacto coletivo que define comportamentos individuais alinhados a um objetivo comum.
- **Respeito às Pessoas** - Consideração com o próximo.
- **Dedicação** - Capacidade de se envolver de forma intensa e completa no trabalho, contribuindo para a realização dos objetivos da organização.
- **Transparência** - Prestação de contas das decisões e realizações da empresa para informar seus aspectos positivos ou negativos a todas as partes interessadas.
- **Segurança** - Ambiente de trabalho saudável em que os trabalhadores e os gestores colaboram para o uso de um processo de melhoria contínua da proteção e promoção da segurança, saúde e bem-estar de todos.
- **Responsabilidade** - Condução da vida da empresa de maneira sustentável, respeitando os direitos de todas as partes interessadas, inclusive das futuras gerações, e o compromisso com a sustentação de todas as formas de vida.
- **Inovação** - Aplicação de ideias em processos, produtos ou serviços de forma a melhorar algo existente ou construir algo diferente e melhor.

Diretrizes Estratégicas

- Valorizar a força de trabalho.
- Reter talentos e conhecimento.
- Expandir os negócios de forma sustentável e rentável.
- Obter a excelência em custos, processos e qualidade.
- Promover a sinergia entre as diversas áreas da companhia.
- Investir em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação com agregação de valor.



Apresentação em cumprimento a INSTRUÇÃO CVM Nº 481, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

"Art. 9º...III – comentário dos administradores sobre a situação financeira da companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência;"

"Art. 10 Sempre que a assembleia geral for convocada para eleger administradores ou membros do conselho fiscal, a companhia deve fornecer, no mínimo, as informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do formulário de referência,..."

"Art. 12. Sempre que a assembleia geral dos acionistas for convocada para fixar a remuneração dos administradores, a companhia deve fornecer, no mínimo, os seguintes documentos e informações:

I – a proposta de remuneração dos administradores; e

II – as informações indicadas no item 13 do formulário de referência."

Valores em R\$ mil, exceto quando indicado.

Síntese do Planejamento Estratégico

Geração de Energia

A Copel possui um parque gerador próprio composto por 25 usinas, sendo 19 hidráulicas, 1 térmica e 5 eólicas totalizando 4.848,6 MW de potência instalada.

Incluindo a capacidade instalada das empresas de geração em que possui participação acionária, a capacidade instalada total é de 5.454,6 MW.

Projetos de Geração da Copel em implantação

Usina	Potência instalada MW	Garantia física MW médios	Localização	Período de obras (previsão)	Investimento previsto (R\$ milhões)
UHE Colíder	300	179,6	Rio Teles Pires MT	2011-2014	1.800 (2014)
UHE Baixo Iguaçu	350	172,8	Rio Iguaçu PR	2013-2017	1.700 (2014)
Cutia (13 parques eólicos)	332,0	126,2	Pedra Grande e São Bento do Norte RN	2014-2019	140

Perspectiva do Negócio de Geração

Até 2025, a Copel espera garantir 15.000 MW de outorgas em geração, com um Market share de 6,5%.

Atualmente estão em construção duas hidrelétricas e 28 centrais eólicas, que somarão 1.068 MW a nosso parque gerador até 2019. Quase metade desta capacidade provém de cinco complexos eólicos instalados no Rio Grande do Norte, três deles com início de operação previsto para o primeiro semestre de 2015.

Obs.: O incremento da capacidade instalada da Copel depende do sucesso na aquisição de novos ativos e na obtenção de concessões via leilões promovidos pelo Governo Federal.



Apresentação em cumprimento a INSTRUÇÃO CVM Nº 481, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

"Art. 9º...III – comentário dos administradores sobre a situação financeira da companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência;"

"Art. 10 Sempre que a assembleia geral for convocada para eleger administradores ou membros do conselho fiscal, a companhia deve fornecer, no mínimo, as informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do formulário de referência,..."

"Art. 12. Sempre que a assembleia geral dos acionistas for convocada para fixar a remuneração dos administradores, a companhia deve fornecer, no mínimo, os seguintes documentos e informações:

I – a proposta de remuneração dos administradores; e

II – as informações indicadas no item 13 do formulário de referência."

Valores em R\$ mil, exceto quando indicado.

Transmissão de Energia

A Copel possui 2.204,0 km de extensão em linhas de transmissão, com capacidade média em subestações equivalente a 12.502 MVA.

Na transmissão, estão em curso empreendimentos em nove estados que duplicarão nossos ativos neste segmento nos próximos anos.

Obs.: O incremento da receita anual permitida depende do sucesso na aquisição de novos ativos e na obtenção de concessões via leilões promovidos pelo Governo Federal.

Distribuição de Energia

A Copel está presente em 394 municípios no Estado do Paraná e em um no Estado de Santa Catarina, e serve 4,33 milhões de consumidores (dezembro/2014).

O objetivo estratégico é investir na prorrogação e modernização dos ativos para aprimorar os indicadores de qualidade, promovendo melhoria na confiabilidade do sistema de distribuição e o pleno atendimento ao crescimento do mercado.

Aumentar a base de ativos de distribuição até 2025. Em 2014 foram concluídos empreendimentos que adicionaram aproximadamente 166,7 MVA ao sistema de distribuição e 575,6 km de novas linhas de transmissão de 69 ou 138 kV.

Obs.: O incremento da base de ativos de distribuição depende do sucesso na aquisição de ativos disponíveis.

Telecomunicações

A Copel possui uma rede de 9.621 km de cabos ópticos no anel principal e 17.728 km cabos ópticos autossustentados, atendendo a 399 cidades no Estado do Paraná e a 2 cidades no Estado de Santa Catarina, totalizando 21.761 clientes.

A Copel triplicou sua carteira de clientes em apenas um ano, com serviços de conectividade residencial e corporativa em fibra óptica que já chegaram a 47 cidades paranaenses. Ao final de 2014, alcançamos 22 mil clientes, com um ainda amplo potencial de expansão a partir de um backbone com quase 10 mil quilômetros e cobertura a todos os 399 municípios do Paraná.



COPEL

COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA

CNPJ: 76.483.817/0001-20

Código CVM: 1431-1

Apresentação em cumprimento a INSTRUÇÃO CVM Nº 481, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

"Art. 9º...III – comentário dos administradores sobre a situação financeira da companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência;"

"Art. 10 Sempre que a assembleia geral for convocada para eleger administradores ou membros do conselho fiscal, a companhia deve fornecer, no mínimo, as informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do formulário de referência,..."

"Art. 12. Sempre que a assembleia geral dos acionistas for convocada para fixar a remuneração dos administradores, a companhia deve fornecer, no mínimo, os seguintes documentos e informações:

I – a proposta de remuneração dos administradores; e

II – as informações indicadas no item 13 do formulário de referência."

Valores em R\$ mil, exceto quando indicado.

10.11 - Outros fatores com influência relevante

Todos os fatores relevantes foram comentados nos itens anteriores.

Apresentação em cumprimento a INSTRUÇÃO CVM Nº 481, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

"Art. 9º...III – comentário dos administradores sobre a situação financeira da companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência;"

"Art. 10 Sempre que a assembleia geral for convocada para eleger administradores ou membros do conselho fiscal, a companhia deve fornecer, no mínimo, as informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do formulário de referência,..."

"Art. 12. Sempre que a assembleia geral dos acionistas for convocada para fixar a remuneração dos administradores, a companhia deve fornecer, no mínimo, os seguintes documentos e informações:

I – a proposta de remuneração dos administradores; e

II – as informações indicadas no item 13 do formulário de referência."

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

INDICADOS PELO CONTROLADOR PARA O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nome	Idade	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
Fernando Xavier Ferreira	66	Pertence apenas ao Conselho de Administração	09/02/2015	Mandato 2013/2015 Recondução 2015/2017
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
142.144.239-68	Engenheiro Eletricista	20 – Presidente do Conselho de Administração	10/02/2015	Sim
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
Não exerceu cargos e funções no emissor				
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações				
<p>Funções atuais: Membro do Conselho de Administração da Companhia Paranaense de Energia - Copel; Secretário da Educação do Estado do Paraná; Membro do Conselho Superior Estratégico da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - Fiesp; Membro do Conselho de Administração do Centro Educacional João Paulo II; Membro do Conselho da Associação Amigos do Hospital das Clínicas.</p> <p>Principais atividades exercidas: Presidente da Telecomunicações do Paraná S/A – TELEPAR; Diretor Geral Brasileiro da Itaipu Binacional; Presidente da Northern Telecom do Brasil; Secretário Executivo do Ministério das Comunicações; Presidente da Telecomunicações Brasileiras S/A – TELEBRAS; Presidente do Grupo Telefônica no Brasil; Professor das cadeiras de Microondas e Eletromagnetismo no Departamento de Engenharia Elétrica da Universidade Federal do Paraná; Membro do Comitê Latino Americano da New York Stock Exchange - NYSE (EUA); Presidente do Conselho Superior de Infraestrutura da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - Fiesp; e Presidente e membro do Conselho de Administração de várias empresas.</p> <p>Formação: Graduado em Engenharia Elétrica, opção Telecomunicações, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em 1971. Kursou o Management Training Course da Escola de Business Administration da Western Ontario University (Canadá) em 1982.</p> <p>Não há qualquer condenação criminal</p>				

Apresentação em cumprimento a INSTRUÇÃO CVM Nº 481, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

“Art. 9º...III – comentário dos administradores sobre a situação financeira da companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência;”

“Art. 10 Sempre que a assembleia geral for convocada para eleger administradores ou membros do conselho fiscal, a companhia deve fornecer, no mínimo, as informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do formulário de referência...”

“Art. 12. Sempre que a assembleia geral dos acionistas for convocada para fixar a remuneração dos administradores, a companhia deve fornecer, no mínimo, os seguintes documentos e informações:

I – a proposta de remuneração dos administradores; e

II – as informações indicadas no item 13 do formulário de referência.”

Nome	Idade	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
Luiz Fernando Leone Vianna	62	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	23/12/2014	DIR 2015/2017 CAD 2015/2017
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
201.576.659-68	Engenheiro Eletricista e Administrador de Empresas	33 - Dir. Presidente e Conselheiro (Efetivo)	01/01/2015	Sim
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
Diretor de Relações Institucionais da Copel (Holding) (2002); Diretor Presidente da Copel Geração S.A. (1999-2002); Assistente da Presidência da Copel (1998-1999); Assistente da Diretoria de Operação da Copel (1997-1998) e Superintendente de Operação e Manutenção da Geração e Transmissão Leste (1995-1997).				
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações				
Funções atuais: Diretor Presidente da Companhia Paranaense de Energia - Copel, Membro do Conselho de Administração da Companhia Paranaense de Energia, Conselheiro no Fórum de Meio Ambiente do Setor Elétrico - FMASE; Membro do Conselho de Administração da ONS – Operador Nacional do Sistema Elétrico; Membro Fundador do Fórum das Associações do Setor Elétrico Brasileiro; e Vice-Presidente do Conselho Consultivo da Empresa de Pesquisa Energética - EPE/Concepe. Principais atividades exercidas: Presidente do Conselho de Administração da Associação dos Produtores Independentes de Energia Elétrica - Apine (2004-2014); Membro do Conselho Temático de Meio Ambiente da CNI - Coema (2010-2011); Presidente do Fórum de Meio Ambiente do Setor Elétrico FMASE (2005-2006 e 2010-2011); Consultor na empresa Vianna Consultoria Ltda. (2003-2004); Conselheiro da Associação dos Produtores Independentes de Energia Elétrica - Apine (2001-2003); Membro do Conselho Paranaense de Recursos Hídricos (1997-2002); Membro do Mercado Atacadista de Energia - MAE e da Administradora do Mercado Atacadista de Energia - Asmae (1998-2001); Membro do Conselho Regional de Engenharia do Paraná (1999-2000) e Diretor da Duke do Brasil (1997-1998) Formação: Especialização em Geração Hidrelétrica; Pós-graduação em Materiais para Equipamentos Elétricos, pela Universidade Federal do Paraná - UFPR (1992); Especialização em Gerência de Manutenção (Eletrobras) (1984); Especialização em Manutenção de Usinas Hidrelétricas (Eletrobras) (1982); Graduação em Engenharia Elétrica, pela UFPR (1978); e Graduação em Administração de Empresas, pela UFPR (1974). Não há qualquer condenação criminal.				

Apresentação em cumprimento a INSTRUÇÃO CVM Nº 481, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

“Art. 9º...III – comentário dos administradores sobre a situação financeira da companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência;”

“Art. 10 Sempre que a assembleia geral for convocada para eleger administradores ou membros do conselho fiscal, a companhia deve fornecer, no mínimo, as informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do formulário de referência,...”

“Art. 12. Sempre que a assembleia geral dos acionistas for convocada para fixar a remuneração dos administradores, a companhia deve fornecer, no mínimo, os seguintes documentos e informações:

I – a proposta de remuneração dos administradores; e

II – as informações indicadas no item 13 do formulário de referência.”

Nome	Idade	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
Mauro Ricardo Machado Costa	53	Pertence apenas ao Conselho de Administração	09/02/2015	Mandato 2013/2015 Recondução 2015/2017
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
266.821.251-00	Administrador de Empresas	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	10/02/2015	Sim
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
Não exerceu cargos e funções no emissor				
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações				
Funções atuais: Membro do Conselho de Administração da Companhia Paranaense de Energia - Copel; Secretário de Estado da Fazenda do Estado do Paraná; Presidente do Conselho de Administração - FOMENTO PARANÁ; Presidente do Conselho de Administração – PARANACIDADE; Presidente do Conselho de Administração - Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR; Membro do Conselho de Administração - Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR; e Membro do Conselho de Administração - Agência Paraná de Desenvolvimento – APD. Principais atividades exercidas: Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil; Secretário da Fazenda do Estado de São Paulo (2007 a 2010); Secretário de Finanças da Prefeitura de São Paulo (2005-2006 e 2011-2012); Presidente da Fundação Nacional de Saúde – Funasa (1999 a 2002); Presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa (2003 a 2004); e Superintendente da Zona Franca de Manaus – Suframa (1996 a 1999). Formação: Graduação em Administração de empresas, Centro Universitário de Brasília – UNICEUB (1981-1984); e Pós-graduação em Administração Pública, pela Fundação Getúlio Vargas (1988). Não há qualquer condenação criminal.				

Apresentação em cumprimento a INSTRUÇÃO CVM Nº 481, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

"Art. 9º...III – comentário dos administradores sobre a situação financeira da companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência;"

"Art. 10 Sempre que a assembleia geral for convocada para eleger administradores ou membros do conselho fiscal, a companhia deve fornecer, no mínimo, as informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do formulário de referência,..."

"Art. 12. Sempre que a assembleia geral dos acionistas for convocada para fixar a remuneração dos administradores, a companhia deve fornecer, no mínimo, os seguintes documentos e informações:

I – a proposta de remuneração dos administradores; e

II – as informações indicadas no item 13 do formulário de referência."

Nome	Idade	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
José Richa Filho	50	Pertence ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria	28/01/2011	Mandato 2009/2011; Recondução 2011/2013; Recondução 2013/2015 Recondução 2015/2017
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
567.562.919-04	Engenheiro Civil	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	28/01/2011	Sim
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
Não exerceu cargos e funções no emissor				
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações				
Funções atuais: Membro do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria da Companhia Paranaense de Energia - Copel; Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, desde 01/01/2011, Presidente do Conselho de Administração da Paraná Edificações – PRED, Decreto 7.842/2013; Presidente do Conselho de Administração do Departamento de Estradas de Rodagens do Paraná – DER; Presidente do Conselho de Administração da Estrada de Ferro Oeste Pr- FERROESTE; Membro do Conselho de Administração da Agência Paraná de Desenvolvimento- APD; Membro do Conselho de Administração do Departamento de Transito do Paraná-DETRAN; e Presidente do Conselho de Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA. Principais atividades exercidas: Membro do Comitê Gestor e Deliberativo do Programa Paraná Competitivo (2013); Membro do Conselho de Administração da Companhia de Informática do Paraná - Celepar (2011-2013); Secretário Municipal de Administração da Prefeitura de Curitiba (2005-2010); Diretor Administrativo e Financeiro da Agência de Fomento do Paraná S.A. (2003-2004); e Diretor Administrativo e Financeiro do Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná - DER-PR (2000-2002). Formação: Pós-graduação em gestão pública, pela Sociedade Paranaense de Ensino e Informática – Spei (2006); e Graduação em engenharia civil, pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC-PR (1987). Não há qualquer condenação criminal				

Apresentação em cumprimento a INSTRUÇÃO CVM Nº 481, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

"Art. 9º...III – comentário dos administradores sobre a situação financeira da companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência;"

"Art. 10 Sempre que a assembleia geral for convocada para eleger administradores ou membros do conselho fiscal, a companhia deve fornecer, no mínimo, as informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do formulário de referência..."

"Art. 12. Sempre que a assembleia geral dos acionistas for convocada para fixar a remuneração dos administradores, a companhia deve fornecer, no mínimo, os seguintes documentos e informações:

I – a proposta de remuneração dos administradores; e

II – as informações indicadas no item 13 do formulário de referência."

Nome	Idade	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
Carlos Homero Giacomini	59	Pertence ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria	12/07/2011	Mandato 2011/2013; Recondução 2013/2015 Recondução 2015/2017
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
269.970.880-15	Médico	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	13/07/2011	Sim
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
Não exerceu cargos e funções no emissor				
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações				
Funções Atuais: Membro do Conselho de Administração e Presidente do Comitê de Auditoria da Companhia Paranaense de Energia - Copel; Médico da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná. Principais atividades exercidas: Diretor do Hospital Oswaldo Cruz (1985-1986); Diretor de Planejamento e Superintendente do Instituto Municipal de Administração Pública - Imap (1997-1998); Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Curitiba - IPMC (1999); Secretário Municipal de Recursos Humanos da Prefeitura de Curitiba (1999-2002); Presidente do Imap de Curitiba (2005-2012); e Secretário Municipal de Planejamento e Gestão da Prefeitura de Curitiba (2009-2012). Formação: Mestrado em Saúde Coletiva, pela Universidade Estadual de Londrina - UEL (1994); Especialização em Pediatria, com residência no Hospital Evangélico de Curitiba (1982); e Graduação em Medicina, pela Faculdade Evangélica de Medicina do Paraná (1980). Não há qualquer condenação criminal.				

Apresentação em cumprimento a INSTRUÇÃO CVM Nº 481, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

“Art. 9º...III – comentário dos administradores sobre a situação financeira da companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência;”

“Art. 10 Sempre que a assembleia geral for convocada para eleger administradores ou membros do conselho fiscal, a companhia deve fornecer, no mínimo, as informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do formulário de referência...”

“Art. 12. Sempre que a assembleia geral dos acionistas for convocada para fixar a remuneração dos administradores, a companhia deve fornecer, no mínimo, os seguintes documentos e informações:

I – a proposta de remuneração dos administradores; e

II – as informações indicadas no item 13 do formulário de referência.”

INDICADOS PELO CONTROLADOR PARA O CONSELHO FISCAL

Nome	Idade	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
Joaquim Antonio Guimarães de Oliveira Portes	73	Conselho Fiscal	28/01/2011	Mandato 2010/2011; Recondução 2011/2012; Recondução 2012/2013; Recondução 2013/2014 Recondução 2014/2015 Recondução 2015/2016
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
005.082.929-72	Advogado	Pres. C.F. Eleito p/Controlador	28/01/2011	Sim
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
Não exerceu cargos e funções no emissor				
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações				
<p>Funções atuais: Presidente do Conselho Fiscal da Companhia Paranaense de Energia – Copel e de suas Subsidiárias Integrais.</p> <p>Principais atividades exercidas: Assessor Especial do Gabinete do Governador do Estado do Paraná; Integrante do Grupo de Trabalho do Conselho Revisor; Membro do Grupo de Trabalho do G-Gov/PR; e Membro do Grupo de Trabalho Mãos Limpas; Membro Suplente do Conselho de Administração da Sanepar(2006); Diretor Administrativo-Financeiro da Paraná Esporte(2004-2005); Membro do Conselho Estadual de Esporte (2005); Chefe da Assessoria Jurídica do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná (1995-1996); e Diretor Geral da Secretaria de Estado da Justiça (1991-1994).</p> <p>Formação: Graduado pela Escola de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Paraná; Graduado em Jornalismo pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Católica do Paraná; Pós-graduação em Administração Pública pela Escola Brasileira de Administração Pública da FGV - RJ; Especialização em Direito Administrativo pela Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – SP.</p> <p>Não há qualquer condenação criminal</p>				

Apresentação em cumprimento a INSTRUÇÃO CVM Nº 481, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

"Art. 9º...III – comentário dos administradores sobre a situação financeira da companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência;"

"Art. 10 Sempre que a assembleia geral for convocada para eleger administradores ou membros do conselho fiscal, a companhia deve fornecer, no mínimo, as informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do formulário de referência,..."

"Art. 12. Sempre que a assembleia geral dos acionistas for convocada para fixar a remuneração dos administradores, a companhia deve fornecer, no mínimo, os seguintes documentos e informações:

I – a proposta de remuneração dos administradores; e

II – as informações indicadas no item 13 do formulário de referência."

Nome	Idade	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
George Hermann Rodolfo Tormin	55	Conselho Fiscal	09/02/2015	Mandato 2014/2015; Recondução 2015/2016.
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
247.119.341-20	Engenheiro Civil	C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	10/02/2015	Sim
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
Não exerceu cargos e funções no emissor				
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações				
Funções atuais: Membro do Conselho Fiscal da Companhia Paranaense de Energia – Copel e de suas Subsidiárias Integrais; Membro do Conselho Fiscal da Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar e Diretor Geral da Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná (desde 1º/01/15). Principais atividades exercidas: Subsecretário da Fazenda do Município do Salvador e Diretor da Receita Municipal (2013-2014); Secretário Adjunto da Secretaria de Finanças da Prefeitura de São Paulo (2005-2006 e 2011-2012); Diretor Presidente da Companhia São Paulo de Desenvolvimento de Ativos - SPDA (2011-2012); Diretor Presidente da Companhia Paulistana de Securitização - SPSec (2011-2012); Secretário Adjunto da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo e Diretor Presidente da Companhia Paulista de Parcerias - CPP (2007-2010); Subsecretário da Receita Municipal de São Paulo (2005-2006); Diretor Financeiro, Administrativo e de Relações com Investidores da Companhia de Saneamento de Minas Gerais - Copasa (2003-2004); Diretor Executivo da Fundação Nacional de Saúde - Funasa (1999-2002); Superintendente Adjunto de Operações e de Projetos da Zona Franca de Manaus - Suframa. (1996-1999); Subsecretário Adjunto de Planejamento e Orçamento no Ministério do Planejamento e Orçamento (1995-1996); Chefe da Divisão de Suporte Tecnológico da Secretaria da Receita Federal (1994-1995); Coordenador Geral da Secretaria de Administração Geral do Ministério do Bem-Estar Social (1993-1994); e Coordenador de Acompanhamento e Avaliação da Secretaria da Receita Federal (1991-1993); e Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil (desde 1986). Formação: Graduação em Engenharia Civil, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.(1978-1983) Não há qualquer condenação criminal				

Apresentação em cumprimento a INSTRUÇÃO CVM Nº 481, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

“Art. 9º...III – comentário dos administradores sobre a situação financeira da companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência;”

“Art. 10 Sempre que a assembleia geral for convocada para eleger administradores ou membros do conselho fiscal, a companhia deve fornecer, no mínimo, as informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do formulário de referência...”

“Art. 12. Sempre que a assembleia geral dos acionistas for convocada para fixar a remuneração dos administradores, a companhia deve fornecer, no mínimo, os seguintes documentos e informações:

I – a proposta de remuneração dos administradores; e

II – as informações indicadas no item 13 do formulário de referência.”

Nome	Idade	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
Nelson Leal Júnior	48	Conselho Fiscal	23/04/2015	Mandato 2015/2016
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
556.265.489-04	Engenheiro Civil	C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	23/04/2015	Sim
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
Conselheiro Fiscal da Companhia Paranaense de Energia – Copel nos mandatos 2013/2014 e 2014/2015 (incompleto), sendo substituído na 189ª AGE de 09.02.2015. Retornou como Conselheiro Fiscal da Companhia Paranaense de Energia – Copel na 60ª AGE de 23.04.2015 para o mandato 2015/2016				
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações				
Funções atuais: Membro Titular do Conselho Fiscal da Companhia Paranaense de Energia – Copel e de sua Subsidiárias Integrais; e Diretor Geral Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná - DER/PR. Principais atividades exercidas: Membro Titular do Conselho Fiscal da Companhia Paranaense de Energia – Copel – mandatos 2013/2014 e 2014/2015; Diretor Financeiro do Instituto de Engenharia do Paraná (1996 até 2000); Presidente das Associações de Engenharia e Arquitetura do Estado do Paraná (2000 até 2003); Secretário de Obras Na Prefeitura Municipal de Curitiba (2003 até 2006); Diretor Superintendente da Canet Junior S/A Desenvolvimento Imobiliário (2006 até 2013). Formação: Graduado em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Paraná (1988). Não há qualquer condenação criminal				

Apresentação em cumprimento a INSTRUÇÃO CVM Nº 481, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

“Art. 9º...III – comentário dos administradores sobre a situação financeira da companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência;”

“Art. 10 Sempre que a assembleia geral for convocada para eleger administradores ou membros do conselho fiscal, a companhia deve fornecer, no mínimo, as informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do formulário de referência...”

“Art. 12. Sempre que a assembleia geral dos acionistas for convocada para fixar a remuneração dos administradores, a companhia deve fornecer, no mínimo, os seguintes documentos e informações:

I – a proposta de remuneração dos administradores; e

II – as informações indicadas no item 13 do formulário de referência.”

Nome	Idade	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
Osni Ristow	76	Conselho Fiscal	28/01/2011	Mandato 2010/2011; Recondução 2011/2012; Recondução 2012/2013; Recondução 2013/2014 Recondução 2014/2015 Recondução 2015/2016
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
110.282.709-68	Administrador	C.F.(Suplente)Eleito p/Controlador	28/01/2011	Sim
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
Funcionário aposentado pela Copel				
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações				
Funções atuais: Membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia Paranaense de Energia – Copel e de suas Subsidiárias Integrais. Principais atividades exercidas: Presidente da Fundação Copel de Previdência e Assistência Social (1980 a 1983); Membro do Comitê de Investimentos da Fundação Copel (2004 a 2010). Formação: Graduado em Sociologia e Política e Administração Pública; Especialização em administração de Empresas. Outras informações Não há qualquer condenação criminal				

Apresentação em cumprimento a INSTRUÇÃO CVM Nº 481, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

"Art. 9º...III – comentário dos administradores sobre a situação financeira da companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência;"

"Art. 10 Sempre que a assembleia geral for convocada para eleger administradores ou membros do conselho fiscal, a companhia deve fornecer, no mínimo, as informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do formulário de referência,..."

"Art. 12. Sempre que a assembleia geral dos acionistas for convocada para fixar a remuneração dos administradores, a companhia deve fornecer, no mínimo, os seguintes documentos e informações:

I – a proposta de remuneração dos administradores; e

II – as informações indicadas no item 13 do formulário de referência."

Nome	Idade	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
Roberto Brunner	72	Conselho Fiscal	28/01/2011	Mandato 2010/2011; Recondução 2011/2012; Recondução 2012/2013; Recondução 2013/2014 Recondução 2014/2015 Recondução 2015/2016
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
114.387.549-49	Contador	C.F.(Suplente)Eleito p/Controlador	28/01/2011	Sim
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
Funcionário aposentado pela Copel				
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações				
Funções atuais: Membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia Paranaense de Energia – Copel e de suas Subsidiárias Integrais; e Sócio Diretor da BJR – Serviços Administrativos Ltda. CNPJ 01.174.685/0001-55. Principais atividades exercidas: Membro do Conselho Fiscal (1985 a 1987), do Conselho Deliberativo (1998 a 2004) e Diretor Financeiro (2005 a 2007) da Fundação Copel de Previdência e Assistência Social. Formação: Graduado em Ciências Contábeis. Outras informações Não há qualquer condenação criminal				

Apresentação em cumprimento a INSTRUÇÃO CVM Nº 481, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

“Art. 9º...III – comentário dos administradores sobre a situação financeira da companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência;”

“Art. 10 Sempre que a assembleia geral for convocada para eleger administradores ou membros do conselho fiscal, a companhia deve fornecer, no mínimo, as informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do formulário de referência...”

“Art. 12. Sempre que a assembleia geral dos acionistas for convocada para fixar a remuneração dos administradores, a companhia deve fornecer, no mínimo, os seguintes documentos e informações:

I – a proposta de remuneração dos administradores; e

II – as informações indicadas no item 13 do formulário de referência.”

Nome	Idade	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
Gilmar Mendes Lourenço	59	Conselho Fiscal	25/04/2013	Mandato 2013/2014 Recondução 2014/2015 Recondução 2015/2016
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
183.745.069-20	Economista	C.F.(Suplente)Eleito p/Controlador	25/04/2013	Sim
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
Não exerceu cargos e funções no emissor				
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações				
Funções atuais: Membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia Paranaense de Energia – Copel e de suas Subsidiárias Integrais; Diretor Presidente do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - Ipardes (2011-atual); e Professor de Economia da Faculdade de Administração e Economia - FAE - Centro Universitário (2000-atual). Principais atividades exercidas: Pesquisador do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes)- desde 1977. Formação: Mestre em Engenharia da Produção - Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC (2002); e Bacharel em Ciências Econômicas - Universidade Federal do Paraná - (UFPR) (1976). Outras informações Não há qualquer condenação criminal				

Apresentação em cumprimento a INSTRUÇÃO CVM Nº 481, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

"Art. 9º...III – comentário dos administradores sobre a situação financeira da companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência;"

"Art. 10 Sempre que a assembleia geral for convocada para eleger administradores ou membros do conselho fiscal, a companhia deve fornecer, no mínimo, as informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do formulário de referência..."

"Art. 12. Sempre que a assembleia geral dos acionistas for convocada para fixar a remuneração dos administradores, a companhia deve fornecer, no mínimo, os seguintes documentos e informações:

I – a proposta de remuneração dos administradores; e

II – as informações indicadas no item 13 do formulário de referência."

12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data eleição	Prazo do mandato
Carlos Homero Giacomini	Comitê de Auditoria	Presidente do Comitê	Médico	03/05/2013	2013/2015
CPF	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados	Idade	Data posse	
269.970.880-15			59	03/05/2013	
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Experiência Profissional / Declaração de Eventuais Condenações			
Membro do Conselho de Administração - Independente - Eleito pelo Controlador.	<p>Funções Atuais: Membro do Conselho de Administração e Presidente do Comitê de Auditoria da Companhia Paranaense de Energia - Copel; Médico da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná.</p> <p>Principais atividades exercidas: Diretor do Hospital Oswaldo Cruz (1985-1986); Diretor de Planejamento e Superintendente do Instituto Municipal de Administração Pública - Imap (1997-1998); Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Curitiba - IPMC (1999); Secretário Municipal de Recursos Humanos da Prefeitura de Curitiba (1999-2002); Presidente do Imap de Curitiba (2005-2012); e Secretário Municipal de Planejamento e Gestão da Prefeitura de Curitiba (2009-2012).</p> <p>Formação: Mestrado em Saúde Coletiva, pela Universidade Estadual de Londrina - UEL (1994); Especialização em Pediatria, com residência no Hospital Evangélico de Curitiba (1982); e Graduação em Medicina, pela Faculdade Evangélica de Medicina do Paraná (1980).</p> <p>Não há qualquer condenação criminal</p>				

Apresentação em cumprimento a INSTRUÇÃO CVM Nº 481, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

“Art. 9º...III – comentário dos administradores sobre a situação financeira da companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência;”

“Art. 10 Sempre que a assembleia geral for convocada para eleger administradores ou membros do conselho fiscal, a companhia deve fornecer, no mínimo, as informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do formulário de referência...”

“Art. 12. Sempre que a assembleia geral dos acionistas for convocada para fixar a remuneração dos administradores, a companhia deve fornecer, no mínimo, os seguintes documentos e informações:

I – a proposta de remuneração dos administradores; e

II – as informações indicadas no item 13 do formulário de referência.”

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data eleição	Prazo do mandato
José Richa Filho	Comitê de Auditoria	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro Civil	03/05/2013	2013/2015
CPF	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados	Idade	Data posse	
567.562.919-04			50	03/05/2013	
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Experiência Profissional / Declaração de Eventuais Condenações			
Membro do Conselho de Administração - Independente - Eleito pelo Controlador.		<p>Funções atuais: Membro do Conselho de Administração e Presidente do Comitê de Auditoria da Companhia Paranaense de Energia – Copel, Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, desde 01/01/2011, Presidente do Conselho de Administração da Paraná Edificações – PRED, Decreto 7.842/2013; Presidente do Conselho de Administração do Departamento de Estradas de Rodagens do Paraná – DER; Presidente do Conselho de Administração da Estrada de Ferro Oeste Pr- FERROESTE; Membro do Conselho de Administração da Agência Paraná de Desenvolvimento- APD; Membro do Conselho de Administração do Departamento de Transito do Paraná-DETRAN; e Presidente do Conselho de Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA.</p> <p>Principais atividades exercidas: Membro do Comitê Gestor e Deliberativo do Programa Paraná Competitivo (2013); Membro do Conselho de Administração da Companhia de Informática do Paraná - Celepar (2011-2013); Secretário Municipal de Administração da Prefeitura de Curitiba (2005-2010); Diretor Administrativo e Financeiro da Agência de Fomento do Paraná S.A. (2003-2004); e Diretor Administrativo e Financeiro do Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná - DER-PR (2000-2002).</p> <p>Formação: Pós-graduação em gestão pública, pela Sociedade Paranaense de Ensino e Informática – Spei (2006); e Graduação em engenharia civil, pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC-PR (1987).</p> <p>Não há qualquer condenação criminal</p>			



Apresentação em cumprimento a INSTRUÇÃO CVM Nº 481, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

“Art. 9º...III – comentário dos administradores sobre a situação financeira da companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência;”

“Art. 10 Sempre que a assembleia geral for convocada para eleger administradores ou membros do conselho fiscal, a companhia deve fornecer, no mínimo, as informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do formulário de referência,...”

“Art. 12. Sempre que a assembleia geral dos acionistas for convocada para fixar a remuneração dos administradores, a companhia deve fornecer, no mínimo, os seguintes documentos e informações:

I – a proposta de remuneração dos administradores; e

II – as informações indicadas no item 13 do formulário de referência.”

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
José Richa Filho	567.562.919-04	Companhia Paranaense de Energia - COPEL	76.483.817/0001-20	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Conselheiro de Administração e Membro Efetivo do Comitê de Auditoria				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Carlos Alberto Richa	123.456.789-09	Estado do Paraná	76.416.890/0001-89	
Governador do Estado do Paraná				
<u>Observação</u>				



Apresentação em cumprimento a INSTRUÇÃO CVM Nº 481, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

“Art. 9º...III – comentário dos administradores sobre a situação financeira da companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência;”

“Art. 10 Sempre que a assembleia geral for convocada para eleger administradores ou membros do conselho fiscal, a companhia deve fornecer, no mínimo, as informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do formulário de referência,...”

“Art. 12. Sempre que a assembleia geral dos acionistas for convocada para fixar a remuneração dos administradores, a companhia deve fornecer, no mínimo, os seguintes documentos e informações:

I – a proposta de remuneração dos administradores; e

II – as informações indicadas no item 13 do formulário de referência.”

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Nos últimos três exercícios, não houve relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, entre administradores do emissor e: sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor; controlador direto ou indireto do emissor.



Apresentação em cumprimento a INSTRUÇÃO CVM Nº 481, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

“Art. 9º...III – comentário dos administradores sobre a situação financeira da companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência;”

“Art. 10 Sempre que a assembleia geral for convocada para eleger administradores ou membros do conselho fiscal, a companhia deve fornecer, no mínimo, as informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do formulário de referência,...”

“Art. 12. Sempre que a assembleia geral dos acionistas for convocada para fixar a remuneração dos administradores, a companhia deve fornecer, no mínimo, os seguintes documentos e informações:

I – a proposta de remuneração dos administradores; e

II – as informações indicadas no item 13 do formulário de referência.”

13. Remuneração dos administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

A Assembleia Geral, de acordo com o artigo 152, da Lei 6.404/76, define a remuneração anual, com encargos, dos Administradores e Conselheiros Fiscais da Copel que, de acordo com a mesma prática adotada nos anos anteriores, leva em consideração a remuneração do exercício anterior acrescida de correção monetária acumulada no período e, eventualmente, de ganho real.

Não há outro objetivo específico dessa prática que não seja, simplesmente, remunerar os administradores e conselheiros fiscais pelos serviços prestados à Companhia, pois não há pagamentos vinculados ao atingimento de quaisquer metas, nem tampouco remuneração variável ou indicadores de desempenho sendo, assim, a remuneração composta apenas pelo honorário e, para os membros do Comitê de Auditoria, acrescida de gratificação específica no valor de R\$ 5.000,00 por mês.

Nenhuma remuneração dos administradores e conselheiros fiscais é suportada por subsidiária, controlada ou controladores diretos ou indiretos e não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como alienação do controle societário da Companhia.

Para 2015, e atendendo ao item 1 do Art. 12 da Instrução CVM 481/2009, informamos que o Acionista Majoritário deverá propor o limite global anual, com encargos, de até R\$ 9.738.040,00 o qual contempla:

- a) para os Diretores: a remuneração do exercício anterior, acrescida de correção monetária pelo INPC acumulado no período, e
- b) para cada um dos membros em exercício do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, remuneração mensal equivalente a até 15% (quinze por cento) daquela que, em média, é atribuída a cada Diretor, incluindo a 13ª remuneração.

Sendo assim, do limite global anual, até R\$ 7.698.320,00 com encargos (INSS e FGTS) deverá ser proposto para à Diretoria; até R\$ 1.390.611,00 com encargos (INSS) para o Conselho de Administração; e até R\$ 649.109,00 com encargos (INSS) para o Conselho Fiscal.

Apresentação em cumprimento a INSTRUÇÃO CVM Nº 481, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

“Art. 9º...III – comentário dos administradores sobre a situação financeira da companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência;”

“Art. 10 Sempre que a assembleia geral for convocada para eleger administradores ou membros do conselho fiscal, a companhia deve fornecer, no mínimo, as informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do formulário de referência,...”

“Art. 12. Sempre que a assembleia geral dos acionistas for convocada para fixar a remuneração dos administradores, a companhia deve fornecer, no mínimo, os seguintes documentos e informações:

I – a proposta de remuneração dos administradores; e

II – as informações indicadas no item 13 do formulário de referência.”

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2015 - Valores Anuais em Reais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	9	6	5	20
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	889.680,66	6.662.038,83	467.347,80	8.019.067,29
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	180.000,00	0,00	0,00	180.000,00
Outros	320.930,20	1.036.280,87	181.760,91	1.538.971,98
Descrição de outras remunerações fixas	Contribuição Previdência Privada e Plano Assistencial	Contribuição Previdência Privada, Plano Assistencial e Verba de Representação	Contribuição Previdência Privada e Plano Assistencial	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	1.390.610,86	7.698.319,70	649.108,71	9.738.039,27



Apresentação em cumprimento a INSTRUÇÃO CVM Nº 481, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

“Art. 9º...III – comentário dos administradores sobre a situação financeira da companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência;”

“Art. 10 Sempre que a assembleia geral for convocada para eleger administradores ou membros do conselho fiscal, a companhia deve fornecer, no mínimo, as informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do formulário de referência,...”

“Art. 12. Sempre que a assembleia geral dos acionistas for convocada para fixar a remuneração dos administradores, a companhia deve fornecer, no mínimo, os seguintes documentos e informações:

I – a proposta de remuneração dos administradores; e

II – as informações indicadas no item 13 do formulário de referência.”

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2014 - Valores Anuais em Reais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	9	6	5	20
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	860.762,44	6.438.415,08	494.099,54	7.793.277,06
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	173.333,33	0,00	0,00	173.333,33
Outros	33.794,71	493.451,50	16.918,67	544.164,88
Descrição de outras remunerações fixas	Plano Assistencial	Contribuição Previdência Privada, Plano Assistencial e Verba de Representação	Plano Assistencial	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	O Conselho de Administração do Emissor é composto de 9 (nove) conselheiros, 7 (sete) recebem remuneração pelo trabalho desempenhado.			
Total da remuneração	1.067.890,48	6.931.866,58	511.018,21	8.510.775,27

Apresentação em cumprimento a INSTRUÇÃO CVM Nº 481, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

“Art. 9º...III – comentário dos administradores sobre a situação financeira da companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência;”

“Art. 10 Sempre que a assembleia geral for convocada para eleger administradores ou membros do conselho fiscal, a companhia deve fornecer, no mínimo, as informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do formulário de referência,...”

“Art. 12. Sempre que a assembleia geral dos acionistas for convocada para fixar a remuneração dos administradores, a companhia deve fornecer, no mínimo, os seguintes documentos e informações:

I – a proposta de remuneração dos administradores; e

II – as informações indicadas no item 13 do formulário de referência.”

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2013 - Valores Anuais em Reais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	9	6	5	20
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	712.999,91	8.994.781,85	516.433,61	10.224.215,37
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	180.000,00	0,00	0,00	180.000,00
Outros	26.038,76	680.497,33	13.230,54	719.766,63
Descrição de outras remunerações fixas	Contribuição Previdência Privada e Plano Assistencial	Contribuição Previdência Privada, Plano Assistencial e Verba de Representação	Contribuição Previdência Privada e Plano Assistencial	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	O Conselho de Administração do Emissor é composto de 9 (nove) conselheiros. A partir de outubro de 2013, 8 (oito) conselheiros receberam remuneração pelo trabalho desempenhado. A remuneração média dos conselheiros foi calculada pelo	A Diretoria Estatutária do Emissor ao final de 2013 estava composta de 6 (seis) membros, sendo 5 (cinco) diretores e 1 (um) diretor adjunto. De janeiro a junho de 2013 estava composta de 9 (nove) diretores, de julho até setembro de 2013 estava composta de 10 (dez) diretores em função da criação de uma nova diretoria.		

Apresentação em cumprimento a INSTRUÇÃO CVM Nº 481, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

“Art. 9º...III – comentário dos administradores sobre a situação financeira da companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência;”

“Art. 10 Sempre que a assembleia geral for convocada para eleger administradores ou membros do conselho fiscal, a companhia deve fornecer, no mínimo, as informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do formulário de referência,...”

“Art. 12. Sempre que a assembleia geral dos acionistas for convocada para fixar a remuneração dos administradores, a companhia deve fornecer, no mínimo, os seguintes documentos e informações:

I – a proposta de remuneração dos administradores; e

II – as informações indicadas no item 13 do formulário de referência.”

	número médio de membros que receberam remuneração do emissor em 12 (doze) meses.	Com a reestruturação societária da companhia foi reduzido o número de diretorias, assim, de outubro a dezembro de 2013 estava composta de 6 (seis) membros, sendo 5 (cinco) diretores e 1 (um) diretor adjunto. Desta forma, em 2013, 6 (seis) receberam remuneração pelo trabalho desempenhado nos 12 (doze) meses, 3 (três) receberam remuneração pelo trabalho desempenhado em 6 (seis) meses e 1 (um) recebeu remuneração pelo trabalho desempenhado em 3 (três) meses. A remuneração média dos diretores foi calculada pelo número médio de membros que receberam remuneração do emissor em 12 (doze) meses.		
Total da remuneração	919.038,67	9.675.279,18	529.664,15	11.123.982,00

Apresentação em cumprimento a INSTRUÇÃO CVM Nº 481, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

“Art. 9º...III – comentário dos administradores sobre a situação financeira da companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência;”

“Art. 10 Sempre que a assembleia geral for convocada para eleger administradores ou membros do conselho fiscal, a companhia deve fornecer, no mínimo, as informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do formulário de referência,...”

“Art. 12. Sempre que a assembleia geral dos acionistas for convocada para fixar a remuneração dos administradores, a companhia deve fornecer, no mínimo, os seguintes documentos e informações:

I – a proposta de remuneração dos administradores; e

II – as informações indicadas no item 13 do formulário de referência.”

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2012 - Valores Anuais em Reais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	9	9	5	23
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	713.107,76	8.824.308,81	502.496,98	10.039.913,55
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	169.000,00	0,00	0,00	169.000,00
Outros	16.315,54	665.144,46	7.917,95	689.377,95
Descrição de outras remunerações fixas	Contribuição Previdência Privada e Plano Assistencial	Contribuição Previdência Privada, Plano Assistencial e Verba de Representação	Contribuição Previdência Privada e Plano Assistencial	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	O Conselho de Administração do Emissor é composto de 9 (nove) conselheiros, 7 (sete) recebem remuneração pelo trabalho desempenhado. Em 2012, 6 (seis) receberam remuneração pelo trabalho desempenhado nos 12 (doze) meses e 1 (um) recebeu	A Diretoria Estatutária do Emissor é composta de 9 (nove) diretores, sendo que uma delas foi instituída a partir do mês de abril de 2012. Desta forma, em 2012, 8 (oito) receberam remuneração pelo trabalho desempenhado nos 12 (doze) meses e 1 (um) recebeu remuneração pelo trabalho desempenhado em 8 (oito) meses. A		



Apresentação em cumprimento a INSTRUÇÃO CVM Nº 481, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

“Art. 9º...III – comentário dos administradores sobre a situação financeira da companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência;”

“Art. 10 Sempre que a assembleia geral for convocada para eleger administradores ou membros do conselho fiscal, a companhia deve fornecer, no mínimo, as informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do formulário de referência,...”

“Art. 12. Sempre que a assembleia geral dos acionistas for convocada para fixar a remuneração dos administradores, a companhia deve fornecer, no mínimo, os seguintes documentos e informações:

I – a proposta de remuneração dos administradores; e

II – as informações indicadas no item 13 do formulário de referência.”

	remuneração pelo trabalho desempenhado em 9 (nove) meses.	remuneração média dos diretores é calculada pelo número de membros que receberam remuneração do emissor.		
Total da remuneração	898.423,30	9.489.453,27	510.414,93	10.898.291,50



Apresentação em cumprimento a INSTRUÇÃO CVM Nº 481, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

“Art. 9º...III – comentário dos administradores sobre a situação financeira da companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência;”

“Art. 10 Sempre que a assembleia geral for convocada para eleger administradores ou membros do conselho fiscal, a companhia deve fornecer, no mínimo, as informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do formulário de referência,...”

“Art. 12. Sempre que a assembleia geral dos acionistas for convocada para fixar a remuneração dos administradores, a companhia deve fornecer, no mínimo, os seguintes documentos e informações:

I – a proposta de remuneração dos administradores; e

II – as informações indicadas no item 13 do formulário de referência.”

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

O emissor não aplica remuneração variável para o conselho de administração, para a diretoria estatutária e para o conselho fiscal.



Apresentação em cumprimento a INSTRUÇÃO CVM Nº 481, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

“Art. 9º...III – comentário dos administradores sobre a situação financeira da companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência;”

“Art. 10 Sempre que a assembleia geral for convocada para eleger administradores ou membros do conselho fiscal, a companhia deve fornecer, no mínimo, as informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do formulário de referência,...”

“Art. 12. Sempre que a assembleia geral dos acionistas for convocada para fixar a remuneração dos administradores, a companhia deve fornecer, no mínimo, os seguintes documentos e informações:

I – a proposta de remuneração dos administradores; e

II – as informações indicadas no item 13 do formulário de referência.”

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

O emissor não aplica plano de remuneração baseado em ações para o conselho de administração e para a diretoria estatutária.



Apresentação em cumprimento a INSTRUÇÃO CVM Nº 481, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

“Art. 9º...III – comentário dos administradores sobre a situação financeira da companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência;”

“Art. 10 Sempre que a assembleia geral for convocada para eleger administradores ou membros do conselho fiscal, a companhia deve fornecer, no mínimo, as informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do formulário de referência,...”

“Art. 12. Sempre que a assembleia geral dos acionistas for convocada para fixar a remuneração dos administradores, a companhia deve fornecer, no mínimo, os seguintes documentos e informações:

I – a proposta de remuneração dos administradores; e

II – as informações indicadas no item 13 do formulário de referência.”

13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

DIRETORIA ESTATUTÁRIA			
Nome	Quantidade de ações	Função	Indicação
Luiz Fernando Leone Vianna	1 ON	Diretor Presidente e Conselheiro de Administração	Acionista Controlador
Luiz Eduardo da Veiga Sebastiani	0	Diretor de Finanças e de Relações com Investidores	Acionista Controlador
Jonel Nazareno Iurk	0	Diretor de Desenvolvimento Negócios	Acionista Controlador
Cristiano Hotz	0	Diretor de Relações Institucionais	Acionista Controlador
Marcos Domakoski	0	Diretor de Gestão Empresarial	Acionista Controlador
Paulo Cesar Krauss	0	Diretor Adjunto	Acionista Controlador

Apresentação em cumprimento a INSTRUÇÃO CVM Nº 481, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

“Art. 9º...III – comentário dos administradores sobre a situação financeira da companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência;”

“Art. 10 Sempre que a assembleia geral for convocada para eleger administradores ou membros do conselho fiscal, a companhia deve fornecer, no mínimo, as informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do formulário de referência,...”

“Art. 12. Sempre que a assembleia geral dos acionistas for convocada para fixar a remuneração dos administradores, a companhia deve fornecer, no mínimo, os seguintes documentos e informações:

I – a proposta de remuneração dos administradores; e

II – as informações indicadas no item 13 do formulário de referência.”

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO			
Nome	Quantidade de ações	Função	Indicação
Fernando Xavier Ferreira	1 ON	Presidente do Conselho de Administração	Acionista Controlador
Luiz Fernando Leone Vianna	1 ON	Conselheiro	Acionista Controlador
Mauro Ricardo Machado Costa	1 ON	Conselheiro	Acionista Controlador
José Richa Filho	1 ON	Conselheiro	Acionista Controlador
Carlos Homero Giacomini	1 ON	Conselheiro	Acionista Controlador
Será indicado na AGO		Conselheiro	Empregados da Companhia
Será indicado na AGO		Conselheiro	BNDESPAR (Acordo de Acionistas)
Será indicado na AGO		Conselheiro	BNDESPAR (Acordo de Acionistas)
Será indicado na AGO		Conselheiro	Acionistas Minoritários

Apresentação em cumprimento a INSTRUÇÃO CVM Nº 481, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

“Art. 9º...III – comentário dos administradores sobre a situação financeira da companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência;”

“Art. 10 Sempre que a assembleia geral for convocada para eleger administradores ou membros do conselho fiscal, a companhia deve fornecer, no mínimo, as informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do formulário de referência,...”

“Art. 12. Sempre que a assembleia geral dos acionistas for convocada para fixar a remuneração dos administradores, a companhia deve fornecer, no mínimo, os seguintes documentos e informações:

I – a proposta de remuneração dos administradores; e

II – as informações indicadas no item 13 do formulário de referência.”

CONSELHO FISCAL			
Nome	Quantidade de ações	Função	Indicação
Joaquim Antonio Guimarães de Oliveira Portes	0	Presidente do Conselho Fiscal	Acionista Controlador
George Hermann Rodolfo Tormin	0	Conselheiro Efetivo	Acionista Controlador
Nelson Leal Junior	0	Conselheiro Efetivo	Acionista Controlador
Será indicado na AGO		Conselheiro Efetivo	Acionistas Minoritários Ordinaristas
Será indicado na AGO		Conselheiro Efetivo	Acionistas Minoritários Preferencialistas
Osni Ristow	0	Conselheiro Suplente	Acionista Controlador
Roberto Brunner	0	Conselheiro Suplente	Acionista Controlador
Gilmar Mendes Lourenço	0	Conselheiro Suplente	Acionista Controlador
Será indicado na AGO		Conselheiro Suplente	Acionistas Minoritários Ordinaristas
Será indicado na AGO		Conselheiro Suplente	Acionistas Minoritários Preferencialistas



Apresentação em cumprimento a INSTRUÇÃO CVM Nº 481, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

“Art. 9º...III – comentário dos administradores sobre a situação financeira da companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência;”

“Art. 10 Sempre que a assembleia geral for convocada para eleger administradores ou membros do conselho fiscal, a companhia deve fornecer, no mínimo, as informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do formulário de referência,...”

“Art. 12. Sempre que a assembleia geral dos acionistas for convocada para fixar a remuneração dos administradores, a companhia deve fornecer, no mínimo, os seguintes documentos e informações:

I – a proposta de remuneração dos administradores; e

II – as informações indicadas no item 13 do formulário de referência.”

13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

O emissor não pratica remuneração baseada em ações ao conselho de administração e a diretoria estatutária.



Apresentação em cumprimento a INSTRUÇÃO CVM Nº 481, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

“Art. 9º...III – comentário dos administradores sobre a situação financeira da companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência;”

“Art. 10 Sempre que a assembleia geral for convocada para eleger administradores ou membros do conselho fiscal, a companhia deve fornecer, no mínimo, as informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do formulário de referência,...”

“Art. 12. Sempre que a assembleia geral dos acionistas for convocada para fixar a remuneração dos administradores, a companhia deve fornecer, no mínimo, os seguintes documentos e informações:

I – a proposta de remuneração dos administradores; e

II – as informações indicadas no item 13 do formulário de referência.”

13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

Não existem opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária.



Apresentação em cumprimento a INSTRUÇÃO CVM Nº 481, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

“Art. 9º...III – comentário dos administradores sobre a situação financeira da companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência;”

“Art. 10 Sempre que a assembleia geral for convocada para eleger administradores ou membros do conselho fiscal, a companhia deve fornecer, no mínimo, as informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do formulário de referência,...”

“Art. 12. Sempre que a assembleia geral dos acionistas for convocada para fixar a remuneração dos administradores, a companhia deve fornecer, no mínimo, os seguintes documentos e informações:

I – a proposta de remuneração dos administradores; e

II – as informações indicadas no item 13 do formulário de referência.”

13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não existem opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária.



Apresentação em cumprimento a INSTRUÇÃO CVM Nº 481, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

“Art. 9º...III – comentário dos administradores sobre a situação financeira da companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência;”

“Art. 10 Sempre que a assembleia geral for convocada para eleger administradores ou membros do conselho fiscal, a companhia deve fornecer, no mínimo, as informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do formulário de referência,...”

“Art. 12. Sempre que a assembleia geral dos acionistas for convocada para fixar a remuneração dos administradores, a companhia deve fornecer, no mínimo, os seguintes documentos e informações:

I – a proposta de remuneração dos administradores; e

II – as informações indicadas no item 13 do formulário de referência.”

13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções

Não se aplica ao emissor.



Apresentação em cumprimento a INSTRUÇÃO CVM Nº 481, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

“Art. 9º...III – comentário dos administradores sobre a situação financeira da companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência;”

“Art. 10 Sempre que a assembleia geral for convocada para eleger administradores ou membros do conselho fiscal, a companhia deve fornecer, no mínimo, as informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do formulário de referência,...”

“Art. 12. Sempre que a assembleia geral dos acionistas for convocada para fixar a remuneração dos administradores, a companhia deve fornecer, no mínimo, os seguintes documentos e informações:

I – a proposta de remuneração dos administradores; e

II – as informações indicadas no item 13 do formulário de referência.”

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Os membros do conselho de administração e os diretores estatutários possuem, junto à Fundação Copel de Previdência e Assistência Social, planos de previdência complementar, conforme abaixo:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	3	1
Nome do plano	Plano Unificado	Plano Unificado
Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	Em gozo de benefício	Em gozo de benefício
Condições para se aposentar antecipadamente	-	-
Valor acumulado atualizado das contribuições acumuladas até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores	-	-
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	-	-
Possibilidade de resgate antecipado	-	-

Apresentação em cumprimento a INSTRUÇÃO CVM Nº 481, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

“Art. 9º...III – comentário dos administradores sobre a situação financeira da companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência;”

“Art. 10 Sempre que a assembleia geral for convocada para eleger administradores ou membros do conselho fiscal, a companhia deve fornecer, no mínimo, as informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do formulário de referência,...”

“Art. 12. Sempre que a assembleia geral dos acionistas for convocada para fixar a remuneração dos administradores, a companhia deve fornecer, no mínimo, os seguintes documentos e informações:

I – a proposta de remuneração dos administradores; e

II – as informações indicadas no item 13 do formulário de referência.”

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	4	5
Nome do plano	Plano III	Plano III
Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	1	somente 1 elegível
Condições para se aposentar antecipadamente	45 anos idade, tendo mínimo 5 anos contribuição.	45 anos idade, tendo mínimo 5 anos contribuição.
Valor acumulado atualizado das contribuições acumuladas até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 175.435,65	R\$ 770.809,46
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 42.463,03	R\$ 255.449,52
Possibilidade de resgate antecipado	Resgate 100% das contribuições do participante, somente após desligamento da Patrocinadora.	Resgate 100% das contribuições do participante, somente após desligamento da Patrocinadora.

Apresentação em cumprimento a INSTRUÇÃO CVM Nº 481, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

“Art. 9º...III – comentário dos administradores sobre a situação financeira da companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência;”

“Art. 10 Sempre que a assembleia geral for convocada para eleger administradores ou membros do conselho fiscal, a companhia deve fornecer, no mínimo, as informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do formulário de referência,...”

“Art. 12. Sempre que a assembleia geral dos acionistas for convocada para fixar a remuneração dos administradores, a companhia deve fornecer, no mínimo, os seguintes documentos e informações:

I – a proposta de remuneração dos administradores; e

II – as informações indicadas no item 13 do formulário de referência.”

	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária
Nº de membros	4	
Nome do plano	2 ativos no Plano III 2 aposentados no Plano Unificado	
Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	0	
Condições para se aposentar antecipadamente	45 anos idade, tendo mínimo 5 anos contribuição.	
Valor acumulado atualizado das contribuições acumuladas até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 31.987,31	
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 15.310,00	
Possibilidade de resgate antecipado	Resgate 100% das contribuições do participante, somente após desligamento da Patrocinadora.	

Apresentação em cumprimento a INSTRUÇÃO CVM Nº 481, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

“Art. 9º...III – comentário dos administradores sobre a situação financeira da companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência;”

“Art. 10 Sempre que a assembleia geral for convocada para eleger administradores ou membros do conselho fiscal, a companhia deve fornecer, no mínimo, as informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do formulário de referência...”

“Art. 12. Sempre que a assembleia geral dos acionistas for convocada para fixar a remuneração dos administradores, a companhia deve fornecer, no mínimo, os seguintes documentos e informações:

I – a proposta de remuneração dos administradores; e

II – as informações indicadas no item 13 do formulário de referência.”

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Valores anuais em Reais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012
Nº de membros	6	8,5	9	7	7,25	7	5	5	5
Valor da maior remuneração (Reais)	1.218.650,58	1.142.120,75	1.104.335,47	201.206,90	192.004,72	176.461,02	102.203,64	105.932,83	102.082,99
Valor da menor remuneração (Reais)	412.115,43	159.984,18	675.812,22	59.477,36	33.790,22	77.814,97	102.203,64	105.932,83	102.082,99
Valor médio da remuneração (Reais)	1.155.311,10	1.138.268,14	1.054.383,70	152.555,78	126.763,95	128.346,19	102.203,64	105.932,83	102.082,99

Apresentação em cumprimento a INSTRUÇÃO CVM Nº 481, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

“Art. 9º...III – comentário dos administradores sobre a situação financeira da companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência;”

“Art. 10 Sempre que a assembleia geral for convocada para eleger administradores ou membros do conselho fiscal, a companhia deve fornecer, no mínimo, as informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do formulário de referência...”

“Art. 12. Sempre que a assembleia geral dos acionistas for convocada para fixar a remuneração dos administradores, a companhia deve fornecer, no mínimo, os seguintes documentos e informações:

I – a proposta de remuneração dos administradores; e

II – as informações indicadas no item 13 do formulário de referência.”

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2014	A Diretoria Estatutária do Emissor é composta de 6 (seis) membros, sendo 5 (cinco) diretores e 1 (um) diretor adjunto. A remuneração média dos diretores foi calculada pelo número médio de membros que receberam remuneração do emissor em 12 (doze) meses.
31/12/2013	A Diretoria Estatutária do Emissor ao final de 2013 estava composta de 6 (seis) membros, sendo 5 (cinco) diretores e 1 (um) diretor adjunto. De janeiro a junho de 2013 estava composta de 9 (nove) diretores, de julho até setembro de 2013 estava composta de 10 (dez) diretores em função da criação de uma nova diretoria, com a reestruturação societária da companhia foi reduzido o número de diretorias, assim, de outubro a dezembro de 2013 a estava composta de 6 (seis) membros, sendo 5 (cinco) diretores e 1 (um) diretor adjunto. Desta forma, em 2013, 6 (seis) receberam remuneração pelo trabalho desempenhado nos 12 (doze) meses, 3 (três) receberam remuneração pelo trabalho desempenhado em 6 (seis) meses e 1 (um) recebeu remuneração pelo trabalho desempenhado em 3 (três) meses. A remuneração média dos diretores foi calculada pelo número médio de membros que receberam remuneração do emissor em 12 (doze) meses.
31/12/2012	A Diretoria Estatutária do Emissor é composta de 9 (nove) diretores, sendo que uma delas foi instituída a partir do mês de abril de 2012. Desta forma, em 2012, 8 (oito) receberam remuneração pelo trabalho desempenhado nos 12 (doze) meses e 1 (um) recebeu remuneração pelo trabalho desempenhado em 8 (oito) meses. A remuneração média dos diretores é calculada pelo número de membros que receberam remuneração do emissor.

Apresentação em cumprimento a INSTRUÇÃO CVM Nº 481, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

“Art. 9º...III – comentário dos administradores sobre a situação financeira da companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência;”

“Art. 10 Sempre que a assembleia geral for convocada para eleger administradores ou membros do conselho fiscal, a companhia deve fornecer, no mínimo, as informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do formulário de referência,...”

“Art. 12. Sempre que a assembleia geral dos acionistas for convocada para fixar a remuneração dos administradores, a companhia deve fornecer, no mínimo, os seguintes documentos e informações:

I – a proposta de remuneração dos administradores; e

II – as informações indicadas no item 13 do formulário de referência.”

Conselho de Administração	
31/12/2014	O Conselho de Administração do Emissor é composto de 9 (nove) conselheiros. Em 2014, 7 (sete) conselheiros receberam remuneração pelo trabalho desempenhado. A remuneração média dos conselheiros foi calculada pelo número médio de membros que receberam remuneração do emissor em 12 (doze) meses.
31/12/2013	O Conselho de Administração do Emissor é composto de 9 (nove) conselheiros. A partir de outubro de 2013, 8 (oito) conselheiros receberam remuneração pelo trabalho desempenhado. A remuneração média dos conselheiros foi calculada pelo número médio de membros que receberam remuneração do emissor em 12 (doze) meses.
31/12/2012	O Conselho de Administração do Emissor é composto de 9 (nove) conselheiros. Em 2012, 6 (seis) receberam remuneração pelo trabalho desempenhado nos 12 (doze) meses e 1 (um) recebeu remuneração pelo trabalho desempenhado em 8 (oito) meses. A remuneração média dos conselheiros, é calculada pelo número de membros que receberam remuneração do emissor.

Conselho Fiscal	
31/12/2014	É composto por 5 (cinco) membros titulares remunerados e 5 (cinco) membros suplentes. O suplente será remunerado se for convocado para alguma reunião.
31/12/2013	É composto por 5 (cinco) membros titulares remunerados e 5 (cinco) membros suplentes. O suplente será remunerado se for convocado para alguma reunião.
31/12/2012	É composto por 5 (cinco) membros titulares remunerados e 5 (cinco) membros suplentes. O suplente será remunerado se for convocado para alguma reunião.



Apresentação em cumprimento a INSTRUÇÃO CVM Nº 481, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

“Art. 9º...III – comentário dos administradores sobre a situação financeira da companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência;”

“Art. 10 Sempre que a assembleia geral for convocada para eleger administradores ou membros do conselho fiscal, a companhia deve fornecer, no mínimo, as informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do formulário de referência,...”

“Art. 12. Sempre que a assembleia geral dos acionistas for convocada para fixar a remuneração dos administradores, a companhia deve fornecer, no mínimo, os seguintes documentos e informações:

I – a proposta de remuneração dos administradores; e

II – as informações indicadas no item 13 do formulário de referência.”

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Não se aplica ao emissor.



Apresentação em cumprimento a INSTRUÇÃO CVM Nº 481, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

“Art. 9º...III – comentário dos administradores sobre a situação financeira da companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência;”

“Art. 10 Sempre que a assembleia geral for convocada para eleger administradores ou membros do conselho fiscal, a companhia deve fornecer, no mínimo, as informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do formulário de referência,...”

“Art. 12. Sempre que a assembleia geral dos acionistas for convocada para fixar a remuneração dos administradores, a companhia deve fornecer, no mínimo, os seguintes documentos e informações:

I – a proposta de remuneração dos administradores; e

II – as informações indicadas no item 13 do formulário de referência.”

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Não se aplica ao emissor.



Apresentação em cumprimento a INSTRUÇÃO CVM Nº 481, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

“Art. 9º...III – comentário dos administradores sobre a situação financeira da companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência;”

“Art. 10 Sempre que a assembleia geral for convocada para eleger administradores ou membros do conselho fiscal, a companhia deve fornecer, no mínimo, as informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do formulário de referência,...”

“Art. 12. Sempre que a assembleia geral dos acionistas for convocada para fixar a remuneração dos administradores, a companhia deve fornecer, no mínimo, os seguintes documentos e informações:

I – a proposta de remuneração dos administradores; e

II – as informações indicadas no item 13 do formulário de referência.”

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Não se aplica ao emissor.



Apresentação em cumprimento a INSTRUÇÃO CVM Nº 481, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

“Art. 9º...III – comentário dos administradores sobre a situação financeira da companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência;”

“Art. 10 Sempre que a assembleia geral for convocada para eleger administradores ou membros do conselho fiscal, a companhia deve fornecer, no mínimo, as informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do formulário de referência,...”

“Art. 12. Sempre que a assembleia geral dos acionistas for convocada para fixar a remuneração dos administradores, a companhia deve fornecer, no mínimo, os seguintes documentos e informações:

I – a proposta de remuneração dos administradores; e

II – as informações indicadas no item 13 do formulário de referência.”

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Não se aplica ao emissor.



Apresentação em cumprimento a INSTRUÇÃO CVM Nº 481, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

“Art. 9º...III – comentário dos administradores sobre a situação financeira da companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência;”

“Art. 10 Sempre que a assembleia geral for convocada para eleger administradores ou membros do conselho fiscal, a companhia deve fornecer, no mínimo, as informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do formulário de referência,...”

“Art. 12. Sempre que a assembleia geral dos acionistas for convocada para fixar a remuneração dos administradores, a companhia deve fornecer, no mínimo, os seguintes documentos e informações:

I – a proposta de remuneração dos administradores; e

II – as informações indicadas no item 13 do formulário de referência.”

13.16 - Outras informações relevantes

Não se aplica ao emissor.